

UNIVERSIDADE ESTUDAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

CRISTIANE ACOSTA

JOGAR E APRENDER: O JOGO COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA
O ENSINO DE HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JAGUARIAÍVA-PR

PONTA GROSSA

2024

CRISTIANE ACOSTA

JOGAR E APRENDER: O JOGO COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA
O ENSINO DE HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JAGUARIAÍVA-PR

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Ensino de História do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maura Regina Petruski.

PONTA GROSSA

2024

A185 Acosta, Cristiane

Jogar e aprender: o jogo como possibilidade metodológica para o ensino de história do patrimônio cultural de Jaguariaíva-PR / Cristiane Acosta. Ponta Grossa, 2024.

168 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maura Regina Petruski.

1. Patrimônio cultural. 2. Ensino - História. 3. Educação patrimonial. 4. Jogos. I. Petruski, Maura Regina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III. T.

CDD: 907.2



TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTIANE ACOSTA

**JOGAR E APRENDER: O JOGO COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE
JAGUARIAÍVA-PR**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 17 de setembro de 2024, pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Maura Regina Petruski (Orientadora)

Documento assinado digitalmente



DULCELI DE LOURDES TONET ESTACHESKI

Data: 25/09/2024 09:17:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski (UFMS)

Documento assinado digitalmente



ANDREA MAZUROK SCHACTAE

Data: 18/09/2024 10:52:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Andréa Mazurok Schactae (IFPR-UEPG)

Ponta Grossa, 17 de setembro de 2024.

À minha família, eles são os amores da minha vida.

AGRADECIMENTO(S)

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder força, determinação e sabedoria ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço ao meu marido pelo apoio incondicional, compreensão e incentivo em todos os momentos, principalmente na confecção do meu material didático.

À minha mãe, ao meu irmão, ao meu sobrinho, à minha sogra, sogro e cunhada pelo amor, pelo apoio e encorajamento constantes lembrando-me constantemente do propósito e importância deste trabalho.

Agradeço a todos os professores envolvidos no ProfHistória e à banca de qualificação pelas sugestões e observações que muito contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Expresso a minha gratidão à Professora Dra. Silvana Maura Batista, que iniciou a orientação da minha dissertação, fornecendo orientações valiosas e contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento.

Agradeço imensamente à Professora Dr. Maura Regina Petruski, que assumiu a orientação da minha dissertação a partir de 2023 e me acompanhou até a apresentação da banca. Sua dedicação, orientação precisa e apoio foram essenciais para o sucesso deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro concedido através de uma bolsa de estudos, que viabilizou a realização deste trabalho acadêmico.

Não poderia deixar de mencionar meus colegas de turma do ProfHistória 2022, que compartilharam comigo momentos de aprendizado, troca de experiência e apoio mútuo ao longo deste percurso acadêmico.

Gostaria de expressar minha gratidão à historiadora Plicila de Brito, por suas valiosas contribuições para o desenvolvimento deste estudo, através de textos sobre o patrimônio cultural jaguariaivense.

E, em especial, agradeço também ao meu bebezinho Theo por ser uma fonte constante de inspiração e motivação, e por me fazer perceber a importância de construir um mundo melhor para as futuras gerações.

A todos vocês, meu mais profundo agradecimento por fazerem parte desta jornada e por tornarem possível a realização deste sonho.

RESUMO

A presente dissertação busca analisar possibilidades do ensino de história através do patrimônio cultural da cidade de Jaguariaíva-PR para os anos iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo assim com elementos referenciais no reconhecimento da identidade cultural dos estudantes, num processo de resgate da memória local. Embora haja literatura sobre o patrimônio cultural e educação patrimonial nos repositórios *on-lines*, a maioria dos textos sobre Jaguariaíva estão focados em outras áreas, como Geografia e Biologia, e como os professores do Fundamental I são polivalentes com formação generalista ministrando disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, em sua maioria, não possuem formação específica para trabalhar com os conteúdos de história local, podendo então encontrar dificuldade em ministrar aulas sobre o patrimônio cultural da cidade de Jaguariaíva. A metodologia adotada foi a produção de um jogo em formato de trilha como material didático de apoio para os professores da rede municipal de ensino. O texto está dividido em três capítulos, o primeiro discute conceitos relacionados ao patrimônio cultural e sua importância na construção da identidade cultural, o segundo aborda sobre a história da cidade e o patrimônio cultural edificado de Jaguariaíva através do Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, a Praça Isabel Branco e Silva, a Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo e o Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, e o terceiro capítulo detalha o desenvolvimento do material didático desenvolvido como parte integrante do Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, destacando o uso de jogos e tecnologias digitais no ensino de história.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural; Ensino de história; Educação patrimonial; Jogos.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze possibilities for history teaching through the cultural heritage of the city of Jaguariaíva-PR for the early years of Elementary School, thereby contributing with referencial elements in the recognition of students' cultural identity, in a process of local memory rescue. Although there is literature on cultural heritage and heritage education in online repositories, most texts about Jaguariaíva are focused on other areas, such as Geography and Biology, and since Elementary School teachers are versatile with a generalist education, teaching subjects like Portuguese Language, Mathematics, Sciences, History, and Geography, they mostly lack specific training to work with local history content, potentially encountering difficulty in teaching about Jaguariaíva's cultural heritage. Therefore, this dissertation presents a board game as supportive educational material for teachers in the municipal education system. The text is divided into three chapters, the first discussing concepts related to cultural heritage and its importance in constructing cultural identity, the second addressing the city's history and cultural heritage through landmarks like the Sanctuary of Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Isabel Branco e Silva Square, Agent Durvalino de Azevedo Citizen Station, and the Matarazzo Reunited Factories Refrigerator, and the third chapter detailing the development of educational material as an integral part of the Professional Master's Program in History Teaching at the State University of Ponta Grossa, highlighting the use of games and digital technologies in history teaching.

Keywords: Cultural heritage; History teaching; Heritage education; Games.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pintura de Jean-Baptiste Debret	57
Figura 2 – Vista aérea de Jaguariaíva-PR.....	60
Figura 3 – Primeira edificação da Igreja do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria	78
Figura 4 – Paróquia Bom Jesus da Pedra Fria.....	80
Figura 5 – Igreja Bom Jesus da Pedra Fria após a sua revitalização	81
Figura 6 – Praça Isabel Branco e Silva	88
Figura 7 – Localização da Praça Isabel Branco	90
Figura 8 – Coreto da Praça Isabel Branco e Silva após a sua revitalização	91
Figura 9 – Primeira estação ferroviária de Jaguariaíva	98
Figura 10 – Vista da parte posterior da Estação Ferroviária de Jaguariaíva.....	99
Figura 11 – Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo	100
Figura 12 – Frigorífico Matarazzo, sem data	112
Figura 13 – Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo	113
Figura 14 – Prédio do antigo Frigorífico Matarazzo	115
Figura 15 – Linguagem de marcação HTML (Hypertext Markup Language) do jogo online	133
Figura 16 – Linguagem de estilo CSS (Cascading Style Sheets) do jogo online	134
Figura 17 – Linguagem de programação JavaScript do jogo online	135
Figura 18 – Tela inicial do jogo de trilha on-line	137
Figura 19 – Tabuleiro do jogo on-line computador	137
Figura 20 – Tabuleiro do jogo on-line celular	138
Figura 21 – Cartas com perguntas do jogo	139
Figura 22 – Verso das cartas com perguntas do jogo	140
Figura 23 – Mensagem de resposta incorreta	140
Figura 24 – Mensagem para continuar avançando no jogo	141
Figura 25 – Mensagem de fim de jogo	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALL	América Latina Logística
AMM	Associação Atlética Matarazzo
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIANÊ	Companhia Nacional de Estamparia
CSS	Cascading Style Sheets
HTML	Hypertext Markup Language
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRFM	Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Paraná
PMJ	Prefeitura Municipal de Jaguariaíva
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
SETMA	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	15
1.1 PATRIMÔNIO.....	16
1.2 BENS CULTURAIS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA	23
1.3 MARCOS TEMPORAIS DA CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO	27
1.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	40
CAPÍTULO 2 – JAGUARIAÍVA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO....	51
2.1 HISTÓRIA DE JAGUARIAÍVA	52
2.2 POLÍTICA DE PATRIMÔNIO LOCAL	63
2.3 LOCAIS PATRIMONIAIS EDIFICADOS DE JAGUARIAÍVA	70
2.3.1 Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.....	70
2.3.2 Praça Isabel Branco e Silva.....	85
2.3.3 Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo	95
2.3.4 Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo	106
CAPÍTULO 3 – MATERIAL DIDÁTICO	119
3.1 O ENSINO PELA LUDICIDADE E A UTILIZAÇÃO DE JOGOS.....	120
3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO.....	126
3.3 MATERIAL DIDÁTICO JOGO DE TRILHA SOBRE JAGUARIAÍVA	131
3.3.1 Confeção do jogo de trilha <i>on-line</i>	131
3.3.2 Apresentação do jogo de trilha <i>on-line</i> e as regras	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS... ..	146
APÊNDICE A – MATERIAL DO JOGO DE TABULEIRO PARA IMPRESSÃO.....	154

INTRODUÇÃO

Durante o Curso de Especialização em História, Arte e Cultura, realizado no ano de 2017, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desenvolvi um projeto de pesquisa sobre o patrimônio cultural de Jaguariaíva-PR. Três anos depois, em 2020, realizei o curso de especialização na área de Informática Instrumental Aplicada à Educação pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), quando abordei o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas aulas sobre a cidade de Jaguariaíva, retratando sobre o aporte tecnológico da cidade e os investimentos na área.

Esses trabalhos mencionados acima, me instigaram a continuar estudando sobre esses temas aprimorando-os, fazendo com que se tornassem objetos de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História, no qual busquei aprofundá-los empregando aspectos do patrimônio cultural edificado de Jaguariaíva como possibilidade para o ensino da história local, através do uso das TICs na produção do material didático específico.

Por meio de uma pesquisa prévia, pude perceber que há muitos textos que abordam a questão do patrimônio cultural e educação patrimonial em livros, revistas e periódicos, mas ao pesquisar sobre a cidade de Jaguariaíva-PR a maioria dos materiais estão voltados para as áreas de Geografia e Biologia, enfatizando a vegetação e o relevo local, trazendo poucas contribuições para o ensino sobre a História do município.

Para contribuir com a lacuna, procurou-se desenvolver esse trabalho como forma de minimizar a falta de informações sobre esse aspecto, mostrando a evolução que ocorreu ao longo do século XX com relação a alteração na nomenclatura que foi realizada ao termo patrimônio, que inicialmente vinha sendo chamado de “patrimônio histórico”, e a partir dos anos de 1980, passou a ser denominado “patrimônio cultural”, denominação mais ampla e abrangente, inserida no contexto do processo de reconhecimento de que a cultura não era apenas expressada por meio de artefatos físicos, e sim, também por um conjunto de bens culturais diversificados, como as tradições, histórias, conhecimentos e valores que foram moldando a identidade das sociedades.

Dentro desse contexto de transformações destaca-se a importância de promover uma educação patrimonial, principalmente no ambiente escolar, explorando elementos do acervo cultural onde os alunos estão inseridos, ou seja, na própria cidade, abrangendo e valorizando a diversidade cultural presente nessa sociedade, reconhecendo os diferentes grupos e narrativas existentes, promovendo uma compreensão mais completa e inclusiva da história edificada ao seu redor.

A cidade de Jaguariaíva-PR possui muitos bens culturais em seu patrimônio edificado construídos por integrantes de famílias que fizeram parte do desenvolvimento da cidade, dentre eles tem-se a “Praça Isabel Branco e Silva”, a escola “Isabel Branco e Silva”, o “Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria”, o prédio da “Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo”, e o prédio do antigo “Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo”.

As edificações mencionadas acima, selecionadas como objeto do presente trabalho, são consideradas pelos moradores locais como patrimônios da cidade, que fazem parte da formação da história do município.

Cada um deles torna-se relevante para um determinado grupo social ou alguma fase da história da região, englobando questões tanto religiosas, devido a consagração do padroeiro da cidade, o Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, quanto trabalhistas como a construção do Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo ou da linha férrea.

Tendo em vista que para os alunos é mais fácil compreender conceitos históricos a partir de seu conhecimento prévio, ainda mais se esse está relacionado à sua vivência histórica na cidade onde mora, a escola é o espaço mais adequado ao acesso a essas práticas, portanto, o presente texto objetiva contribuir para o ensino da história local por intermédio da educação patrimonial proporcionando o reconhecimento da identidade cultural dos estudantes.

Nesse sentido, como parte fundamental desta dissertação, será apresentado o material didático sobre os bens culturais edificados de Jaguariaíva como uma proposta metodológica para o ensino de História através de um jogo em forma de trilha *on-line*, proporcionando aprendizagens de uma forma mais lúdica.

Esta pesquisa é analítica-descritiva, e em primeiro momento foram realizadas leituras bibliográficas a respeito do tema buscando destacar alguns autores e temáticas relevantes sobre patrimônio, a partir dela foi possível perceber quais autores

tratam sobre a conceitualização de patrimônio, bem como a educação patrimonial e o ensino de história. A partir de então, foi realizada uma leitura analítica dessas produções, buscando as ideias-chaves dos textos através de uma leitura interpretativa e a confecção de sínteses para enfim realizar a escrita da dissertação.

Como exemplos de autores que contribuíram com essa parte da pesquisa podemos citar Paulo Cesar Tomaz (2010) que relatou sobre a mudança que ocorreu com o termo “patrimônio histórico” que foi substituído por “patrimônio cultural”, ampliando assim a conceitualização e demonstrando uma maior valorização acerca do tema. Bem como as colocações de Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2014) que cita como esse conceito foi adquirindo diferentes significados ao longo da história em vista de incluir outras narrativas históricas anteriormente marginalizadas. E os textos de José Ricardo Oria Fernandes (1992/1993 e 1995) e Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008) contribuíram acerca do estudo sobre a Educação Patrimonial e o Ensino de História local.

Após a realização da leitura e da análise bibliográfica de artigos, livros e periódicos, foi possível realizar uma pesquisa através dos materiais e textos presentes no site da prefeitura, no Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo, em livros da biblioteca pública municipal, nas leis da Câmara Municipal dos Vereadores acerca dos quatro patrimônios edificados da cidade de Jaguariaíva escolhidos para escrever na presente dissertação, quando foi possível correlacionar a história desses patrimônios com a leitura bibliográfica realizada e dissertar sobre a contribuição desses autores acerca do tema.

Como o tema da presente dissertação surgiu a partir da confecção de um material didático em forma de trilha sobre os patrimônios edificados da cidade de Jaguariaíva foi preciso escolher somente alguns desses patrimônios, primeiramente devido a uma determinada proximidade e relação entre eles, que contam parte da história da cidade, mas também buscou-se utilizar somente quatro patrimônios devido ao tempo para a escrita da pesquisa através da consulta de materiais e fontes disponíveis.

Nesta parte do texto as contribuições de autores como Camila de Brito Quadros Lara (2017) e Júlio César Moreno (2009) sobre a religiosidade católica do período colonial brasileiro, foram de suma importância para tratar sobre o Santuário do Bom Jesus da Pedra Fria. As autoras Maysa Faracco e Arlinda Cantero Dorsa (2001)

contribuíram sobre a questão da conservação e preservação das praças e o papel delas na vida da população. Leonel Brizolla Monastirsky (2006), Lando Rogério Kroetz (1985) e Eliane Netrebka Ramos (2018) auxiliaram nos estudos sobre as linhas férreas no sul do Brasil, principalmente na região dos Campos Gerais. Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982) trouxeram dados relevantes sobre a geografia industrial e Beatriz Silva Correia (2015) sobre os espaços reciclados/abandonados da indústria local do século passado.

Por último foi confeccionado um material didático, através de um jogo de trilha *on-line*, para ser utilizado durante as aulas de história pelos professores da rede municipal de ensino de Jaguariaíva, visando contribuir com o aporte metodológico dos professores do Ensino Fundamental I.

Para embasar o texto sobre o uso dos jogos na educação e o uso do lúdico no processo de ensino-aprendizagem, as reflexões dos autores Sahda Marta Ide (2005), Edson Antoni e Joeclito Zalla (2018) foram muito importantes. Nilton Mullet Pereira e Marcello Paniz Giacomoni (2018) retrataram sobre o jogo durante as aulas de história. E Philippe Perrenoud (2000) e Sidnei Renato Silveira (2019) relataram sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e as ferramentas computacionais no ambiente escolar. Todos esses autores contribuíram para a escrita da dissertação e um melhor entendimento acerca do tema abordado ao longo do texto.

Para tanto, a organização desta dissertação foi realizada da seguinte forma, no primeiro capítulo será apresentada a discussão em seções acerca dos seguintes temas: patrimônio; bens culturais, representações sociais e memória; marcos temporais da conceitualização de patrimônio; educação patrimonial e o ensino de história. Esse capítulo foi subdividido para um melhor embasamento teórico, apresentando uma reflexão profunda sobre o conceito e a importância do patrimônio cultural, destacando sua complexidade e diversidade, argumentando que o patrimônio vai muito além de meros bens materiais ou imateriais com valor histórico ou cultural, sendo uma construção compartilhada de sentido e identidade. Ao longo das seções deste capítulo do texto, serão tratadas as diferentes perspectivas relacionadas ao patrimônio, oferecendo uma abordagem mais ampla acerca do patrimônio cultural e sua relevância na sociedade.

No texto do capítulo dois será abordado o patrimônio cultural edificado de Jaguariaíva-PR, buscou-se selecionar apenas quatro dos bens do patrimônio cultural

edificado de Jaguariaíva: o “Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria”, o prédio da “Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo”, a “Praça Isabel Branco”, e o “Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo”. Ressalta-se neste capítulo a importância de se explorar o patrimônio local para a construção da identidade cultural dos alunos e o resgate de suas memórias, destacando a necessidade de conhecer os motivos por trás da construção desses locais e entender seu papel na história e na cultura local. Para embasar essa exploração da história local de Jaguariaíva, são citadas diversas fontes, incluindo pesquisas, livros e dados disponibilizados por historiadores locais, como a Plicila de Brito e Rafael Pomim, essas fontes ajudaram a delinear a história da cidade ao longo do tempo.

O capítulo três além de destacar a importância da proximidade entre professores e estudantes para o resgate da cultura local, enfatizando o papel dos jogos didáticos, especialmente para alunos do Ensino Fundamental I ele aborda sobre o papel do uso das Tecnologias da Informação Comunicação (TICs) na educação, explorando como essas ferramentas podem ser utilizadas para envolver e despertar o interesse dos alunos. Este capítulo também detalha o processo da confecção do material didático desenvolvido para a dissertação como parte integrante do curso do Profhistória, destacando suas características distintas, metodologias empregadas e objetivos educacionais almejados.

CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

A conceitualização do termo patrimônio é um processo complexo e diversificado que vai muito além de definir o que são bens materiais ou imateriais com valor histórico ou cultural, sendo uma construção compartilhada de sentido e identidade. A interpretação individual e única que as pessoas exercem é papel essencial nesse processo, dado que cada indivíduo possui suas próprias vivências, memórias e emoções em relação a determinados lugares, objetos, tradições ou costumes culturais.

O patrimônio é moldado em nossas mentes por meio de nossas vivências e laços íntimos afetivos, transformando o que pode parecer simples para alguns em algo de valor emocional profundo para outros. O entendimento do que significa patrimônio sofreu várias transformações ao longo da história, com algumas fases específicas acerca da sua conceituação, refletindo mudanças no pensamento cultural e social de cada época.

A ausência de preservação dos bens culturais e das memórias pode levar a consequências identitárias a longo prazo, incluindo a perda de elementos culturais e o enfraquecimento das relações identitárias entre gerações e sua história cultural. Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural não é apenas uma questão de escolha ou preferência, mas sim um direito que todas as comunidades têm de afirmar e proteger suas identidades culturais dentro das sociedades.

Portanto, neste primeiro capítulo, serão abordadas algumas concepções que norteiam a presente pesquisa, para tanto, ele será subdividido em três seções, visando proporcionar um estudo mais detalhado e uma melhor compreensão dos temas abordados. Inicialmente, será apresentada a discussão acerca da conceituação do patrimônio, e para auxiliar nessas discussões serão analisados os textos de Tiziano Chiarotti (2005), Natália Brayner (2007), Paulo Tomaz (2010), Manoel Guimarães (2012), Antonio Nogueira (2014), além da explicação sobre o tema por Maria Cecília Fonseca em *Uma breve trajetória do patrimônio cultural brasileiro: políticas, atores, perspectivas*, apresentada em vídeo pela Academia Brasileira de Letras em 2018, e *Patrimônio cultural: conceito*, apresentado pela historiadora Sylvia Costa Couceiro através do canal do Youtube Saber Tecnologias Educacionais e Sociais em 2015.

A segunda seção abordará o tema dos bens culturais, representações sociais e memória, nesse sentido, é de suma importância discutir sobre a valorização e proteção das memórias e tradições para assegurar a continuidade da herança cultural. Para isso, serão utilizados os textos de Jaques Le Goff (1990), José Ricardo Oria Fernandes (1992/1993), Pierre Nora (1993), Circe Bittencourt (2008), Paulo Tomaz (2010) e Maria Amélia Corá (2013).

Na terceira seção, a base do estudo será acerca dos marcos temporais da conceituação de patrimônio, abordando pontos de referência como o Período Romano, a Revolução Francesa, o período pós-segunda Guerra Mundial e a partir da década de 1980. Esses marcos históricos são fundamentais para compreender a evolução do conceito de patrimônio ao longo dos séculos. Serão analisados os textos de Oria Fernandes (1992/1993), Tiziano Chiarotti (2005), Natália Brayner (2007) e Luiz Oosterbeek (2015) e os vídeos de Maria Cecília Fonseca (2018) e de Sylvia Costa Couceiro (2015).

Por último, na quarta seção, serão abordadas a educação patrimonial e o ensino de história, que desempenham papéis importantes no desenvolvimento cultural das pessoas, proporcionando uma compreensão mais profunda e significativa do passado e as suas conexões com o presente. Esse tema será analisado a partir dos estudos de Oria Fernandes (1995), Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999), Flávio Silveira e Marcia Bezerra (2007), Circe Bittencourt (2008), Cláudia Teixeira (2008), Átila Tolentino (2016), Simone Scifoni (2017), João Demarchi (2018), José Nascimento, Erica Karnopp e Bianca Siqueira (2021) e Dulce Neves (2022).

1.1 PATRIMÔNIO

A construção do que é considerado patrimônio é um processo complexo e multifacetado que envolve tanto aspectos pessoais quanto sociais, não se tratando apenas de bens materiais ou imateriais com valor histórico ou cultural, mas também de uma construção coletiva de significado e identidade.

Em primeiro lugar, a construção subjetiva do patrimônio está relacionada à percepção individual das pessoas. Cada um de nós apresenta experiências próprias, memórias e sentimentos em relação a determinados lugares, objetos, tradições ou práticas culturais.

O patrimônio, nesse sentido, é construído em nossas mentes por meio de nossas vivências e conexões pessoais, o que para uma pessoa pode ser uma simples rua, uma praça ou uma loja de conveniência, para outra pode ser o local de sua infância, carregando um valor emocional intenso.

Por outro lado, a construção social do patrimônio está intrinsecamente ligada à cultura e à sociedade em que vivemos. As comunidades, grupos étnicos e nações desenvolvem ao longo do tempo uma compreensão compartilhada do que é valioso e significativo em sua história e identidade cultural, essa construção social é influenciada por fatores como tradições, valores, narrativas históricas, políticas públicas e movimentos sociais.

Contudo, essa forma de olhar para o patrimônio não chegou a essa interpretação rapidamente, ela teve uma longa trajetória de construção que vem desde a formação do Império Romano, sendo essa referência o ponto de partida para o estabelecimento da criação do conceito de patrimônio que se estendeu ao longo de séculos. Segundo a historiadora Maria Cecília Fonseca (2018), a princípio,

A noção de patrimônio afinal é a base é *pater* (a ideia de algo que recebemos do pai, e *monerem* – de memória e monumento, que relação entre gerações, transmitido ao longo do tempo, as patrimônio não é só que recebe, mas o que deseja transmitir, e que seja assumido por cada geração.

Segundo Tiziano Chiarotti “o patrimônio histórico não foi criado para ser emblemático, pois foi mediante o processo histórico que ele se tornou representativo” (2005, p. 312), o qual emergiu ao longo do tempo à medida que a sociedade atribuiu significados e importância a certos elementos do passado.

Dessa forma, para Manoel Guimarães (2012) patrimônio é,

[...] resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como *patrimônio histórico* é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados (Guimarães, 2012, p. 100).

Portanto, reconhecer um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é atribuir-lhe um valor pertencente a alguém ou a um grupo social. Para a historiadora Sylvia Costa Couceiro através do vídeo no canal Saber Tecnologias Educacionais e Sociais (2015), o termo patrimônio não surgiu de maneira isenta, ele

pode ser classificado de duas formas: primeiro, legal, como bens de imóveis que se transferem para a família, os herdeiros, e têm valor comercial, como uma casa ou um terreno. O segundo elemento que o categoriza é o espiritual, não tem valor comercial, que está mais ligado ao emocional, uma maneira de bordar ou uma forma de cozinhar uma determinada receita.

Assim, num primeiro momento, o patrimônio era associado apenas a bens materiais, como monumentos históricos, edifícios antigos ou objetos valiosos. No entanto, à medida que a sociedade muda com o tempo e a compreensão das complexidades culturais se aprofunda, a noção de patrimônio se expande para englobar novos elementos a essa significação.

Nesse processo de transformação há o reconhecimento de que a cultura não é apenas expressada por meio de objetos físicos, mas também através de tradições, conhecimentos, histórias e valores que moldam a identidade de um povo.

Nesse sentido, a interpretação que se tinha até então foi sendo substituída por uma abordagem mais ampla passando a ser denominada de “patrimônio cultural”, entendida como um conjunto de bens culturais que se relacionam com as identidades coletivas das comunidades, sendo a diversidade a palavra-chave para sua configuração.

Nesse contexto, a historiadora Sylvia Costa Couceiro cita que esse conceito se refere a algo construído ou elaborado pela humanidade que tenha significado e representação na identidade individual. Portanto, a noção da interpretação é bastante ampla, evolui, cresce e se expande através do debate político sobre a transformação da sociedade.

Essa perspectiva na mudança da significação do termo patrimônio enriqueceu o estudo do termo, incluindo sob a mesma categoria uma ampla gama de elementos culturais, englobando não apenas os monumentos, mas também as paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões artísticas, documentos históricos e sítios arqueológicos.

Levou-se então à uma valorização desses diversos elementos pela sociedade em geral, bem como por organismos governamentais em diferentes níveis, como o local, o estadual, o nacional e o internacional.

Assim, “patrimônio cultural” é uma expressão enriquecedora da cultura individual e coletiva, que transcende a materialidade para englobar as riquezas que

definem quem somos como sociedade. É uma lembrança de que, para compreender verdadeiramente nosso patrimônio, devemos olhar além dos objetos físicos e apreciar as histórias, as tradições e as memórias que formam a essência de nossa identidade cultural.

Essa definição ressalta a importância de proteger e valorizar o patrimônio cultural como parte integrante da herança cultural de uma sociedade, ele não é apenas um legado do passado, mas também um componente vital do presente e do futuro, que ajuda a comunidade a se conectar com suas raízes, manter suas tradições e expressar sua singularidade cultural.

Entre esses desafios e demandas, destacam-se as muitas mudanças que ocorreram acerca dos termos utilizados, como no caso da utilização de “patrimônio histórico” substituído por “patrimônio cultural”, como citado por Paulo Tomaz (2010):

No Mundo Ocidental, o termo *patrimônio histórico*, cujo conceito focava o monumento, a materialidade, aos poucos vem sendo substituído por um termo mais amplo, mais abrangente, o chamado *patrimônio cultural*, entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Essa nova forma de abordar o assunto enriqueceu a noção de patrimônio, englobando sob a mesma perspectiva as múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, os quais passaram, a partir daí, a ser valorizados pelas comunidades e organismos governamentais nas esferas local, estadual, nacional e até mesmo internacional (Tomaz, 2010, p. 7).

Essas mudanças realizadas no termo são de suma importância, não só para ampliar o conceito de patrimônio, mas também indicando que o patrimônio cultural é valorizado, acrescentando cada vez mais à coletividade de conhecimentos, como analisa Antonio Nogueira (2014),

Considerando que os estudos sobre o patrimônio têm se multiplicado em uma profusão de leituras, apropriações e construções de significados em torno do patrimônio, a perspectiva histórica, de caráter retrospectivo, tem sido reivindicada quando se tem como objetivo investigar as singularidades dos processos de patrimonialização em sua historicidade (Nogueira, 2014, p. 48).

Nesse contexto, a perspectiva histórica tem um papel fundamental ao investigar a transformação de bens em patrimônio ao longo do tempo, havendo uma diversidade de pontos de vista e abordagens em relação ao conceito de patrimônio, dentre as quais está a educação patrimonial que é o eixo central do presente trabalho.

Assim, a perspectiva histórica se destaca como uma ferramenta valiosa para compreender as razões e processos pelos quais certos elementos se tornam parte do patrimônio cultural. Nesse sentido, a autora Natália Brayner afirma que “o *patrimônio cultural* de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (2007, p. 12). E Antonio Nogueira (2014), afirma ser necessário “identificar os valores culturais de um dado bem, de os reconhecer socialmente e assim constituir patrimônio” (2014, p. 53).

O patrimônio cultural, portanto, não é um conceito estático, mas sim dinâmico e sujeito a mudanças ao longo do tempo, onde à medida que a sociedade se transforma e novas perspectivas emergem, a definição do que é considerado patrimônio também se modifica. Isso pode envolver a inclusão de elementos anteriormente marginalizados, a reavaliação de narrativas históricas e a preservação de aspectos culturais em risco de desaparecer.

Para Antonio Nogueira (2014),

o conceito de patrimônio cultural se multiplicou e foi ganhando diferentes significados. Transcendendo os adjetivos que recebeu ao longo do tempo (histórico, artístico, móvel, imóvel, tangível, intangível, material, imaterial, paisagístico, genético, tesouro vivo, etc.), a ressemantização do conceito de patrimônio é, em si mesma, sinalizadora das concepções de tempo, lugar social de produção, perspectiva teórica e metodológica e sentido político (Nogueira, 2014, p. 52).

Essa mudança de interpretação do patrimônio reflete as diferentes perspectivas que foram sendo utilizadas ao longo do tempo, seja por contextos relacionados à posição social, à produção de cultura, à abordagem teórica do momento, as metodologias utilizadas, e no seu significado dentro do entendimento de cada geração ao longo dos anos.

Novos valores culturais e abordagens surgem, e o conceito de patrimônio reflete o contexto social em que é produzido, depende muito de perspectivas variadas, sejam as mudanças sociais, acadêmicas e as questões de interesse sobre o que é valioso, podendo afetar as políticas de preservação, produção cultural e a identidade coletiva.

Assim sendo, em relação ao patrimônio cultural de uma determinada sociedade, a consignação de bens que integram está relacionada a diversos fatores, como assevera Natália Brayner (2007), que,

O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura. Ou seja, são os *valores*, os *significados* atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo) (Brayner, 2007, p. 13).

Dessa forma, observa-se que o patrimônio coletivo não é fruto apenas da vontade de uma sociedade local, mas também das políticas públicas e da participação do Estado, “os significados atribuídos aos bens culturais, assim como às práticas a eles associadas, podem se transformar ao longo do tempo e também podem variar de uma pessoa para outra, de uma família para outra, ou de um bairro para outro” (Brayner, 2007, p. 14).

Podemos chama-la de uma construção individual e social do patrimônio que é um processo em constante evolução, moldado pela interação entre as experiências individuais e as influências coletivas da cultura e da sociedade. Compreender essa dinâmica é essencial para preservar e valorizar o patrimônio cultural em sua diversidade e complexidade, garantindo que ele continue a enriquecer nossa compreensão da história e da identidade cultural.

Cada grupo social é único, dotado de vivências próprias e convívio social diferente, mesmo dentro da mesma família, podem haver discordâncias, por isso, essa variação em atribuições de significados aos bens culturais pode constituir-se parte dos patrimônios culturais através dessa significação.

Buscando uma definição, Natália Brayner (2007) declara que “os *bens culturais materiais* (também chamados tangíveis) são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos. Ao passo que os *bens culturais imateriais* estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, aos modos de ser das pessoas” (2007, p. 16). Assim sendo, os bens tangíveis são aqueles que são palpáveis, podemos observar, chegar perto, tocar, visitar, enquanto os imateriais são transmitidos de geração em geração por meio dos modos de viver e dos saberes de cada sociedade.

Percebe-se então, que o termo de patrimônio passou por um período de reavaliação e mudança em seu conceito. Isso se deve aos anseios de novos sujeitos históricos que foram surgindo ao longo dos anos, através de debates que levam à

busca incessante do que deve ser lembrando, protegido e valorizado como parte do patrimônio cultural.

Tudo isso reflete as transformações sociais e culturais dos períodos envolvidos “o conceito de patrimônio deve ser pensado em termos de uma prática social construída histórica e culturalmente em consonância com a busca de identidade e as demandas de ‘vontade de memória’ no tempo presente” (Nogueira, 2014, p. 52).

Partindo dessa perspectiva, é possível ater-se às questões pertinentes ao patrimônio cultural material e imaterial e à sua preservação, tendo como ponto de partida o ensino de história local, pois na localidade onde está inserido o aluno pode reconhecer e atribuir valor aos bens culturais significativos à sua memória, história e reconhecimento de uma identidade cultural que vem a contribuir para o exercício da cidadania.

Isso nos leva a buscar os lugares de memória da sociedade local, e entender a questão do patrimônio cultural, que acaba por se tornar essencial nesse sentido, visto que esses lugares carregam as memórias coletivas de uma determinada sociedade. Portanto, trabalhar com patrimônio cultural demanda uma abordagem que vai além do simples armazenamento de objetos históricos, e requer, em primeiro lugar, uma base sólida de educação.

A educação é concebida como um processo contínuo e evolutivo, um caminho pelo qual indivíduos adquirem conhecimento, habilidades e valores ao longo da vida. Nesse sentido, o trabalho com patrimônio cultural não é apenas transmitir informações estáticas, mas sim promover uma educação que seja um produtor de reflexão crítica.

Uma educação reflexiva permite que os alunos questionem, analisem e compreendam profundamente o patrimônio cultural, suas raízes e seu significado, isso não se limita apenas ao conhecimento do passado, mas também à compreensão de como o patrimônio cultural influencia o presente e o futuro.

Além disso, a educação é um agente transformador de realidades sociais, e ao trabalhar com patrimônio cultural, ela pode desempenhar um papel crucial na conscientização das pessoas sobre a importância da preservação, no respeito à diversidade cultural e na promoção da inclusão social.

Em virtude dessas análises apresentadas acima, e da ligação que o patrimônio tem com a questão da memória que a beneficia em sua construção, no próximo tópico

serão apresentadas algumas considerações sobre a relação entre os bens culturais, representações sociais e a memória.

1.2 BENS CULTURAIS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA

O armazenamento, recuperação e evocação de informações diversas representam uma capacidade fundamental aos grupos sociais, sendo essa habilidade tradicionalmente conceituada como “memória”. O pesquisador Pierre Nora (1993) em relação à memória, coloca que ela é classificada como “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (1993, p. 9).

Assim, Pierre Nora (1993) nos evidencia que a memória não é algo restrito a referenciais de um passado distante, colocando-se como um vínculo entre o que ocorreu no passado e o momento atual, atuando como parte da experiência humana.

A ideia de “um elo vivido no eterno presente” destaca que a memória pode influenciar a compreensão e a percepção dos indivíduos relacionado ao mundo ao redor, ajudando a dar sentido às experiências presentes e contribuindo para moldar a identidade que eles têm e o entendimento do passado.

Dessa maneira, é possível afirmar que a memória é um componente dinâmico e ativo das experiências humanas, contudo, quando se trata da preservação das memórias de forma coletiva e que abrange um grupo maior de pessoas é algo mais complexo, devido a multiplicidade de elementos que a compõem, como eventos, fatos e narrativas, dada a forma em que essas informações são registradas e preservadas.

Nesse sentido, nos é permitido afirmar que a memória é vista como base, ou seja, o alicerce que sustenta a construção da história, pois é por meio dela que as pessoas guardam e preservam informações sobre diversos aspectos do passado, possibilitando reinterpretá-lo, trazendo informações e experiências passadas para o presente.

Para Pierre Nora (1993),

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Essa citação apresentada acima, destaca a complexidade da memória como um componente essencial da vida humana, todavia, ela está sujeita a uma série de influências, transformações e interpretações ao longo do tempo, uma vez que sua atuação é complexa, estando vulnerável e influenciada pela discussão entre a “lembração e o esquecimento”, isso ocorre porque as sociedades/pessoas podem promover em suas memórias “deformações” e “manipulações”.

Portanto, a prática cultural é uma forma de manter essas memórias de grupo “vivas”, transmitindo-as de uma geração para outra, visto que muitos bens patrimoniais podem se perder ao longo dos anos.

Nesse sentido, é essencial garantir a preservação do patrimônio cultural de uma comunidade ou sociedade, pois “a não preocupação em guardar tais memórias pode provocar, em longo prazo, que alguns elementos sejam deixados de lado, não resguardando as transformações às quais os bens culturais vão se adaptando e, com isso, as memórias e as tradições vão se perdendo” (Corá, 2013, p. 7).

Há consequências a longo prazo caso essas memórias não sejam preservadas, podendo levar à perda de elementos culturais e ao enfraquecimento da conexão entre gerações com o seu passado cultural. Portanto, é fundamental valorizar e preservar as memórias e tradições para garantir a continuidade da herança cultural, em razão de que,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (Nora, 1993, p. 13).

A citação de Nora sugere que é necessário criar mecanismos e ferramentas para registrar e preservar memórias, onde as sociedades podem criar arquivos, documentos, monumentos e realizar eventos que a mantenham viva, pois ela não é algo que surge espontaneamente, mas sim, requer esforço e ação deliberada para ser preservada por intermédio de locais físicos, práticas culturais e educativas, principalmente as desenvolvidas em ambiente escolar, isso porque os lugares de memória não existem por si mesmos, eles são criados e mantidos pelas sociedades como uma maneira de manter viva a história e a identidade cultural.

A defesa da memória pode ser uma reação a desafios e ameaças à sua preservação, tornando-a ainda mais essencial, para Jacques Le Goff (1990),

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 426).

Se não houver preservação dos bens sejam eles materiais ou imateriais, as próximas gerações não terão acesso ao conhecimento, seja esse ligado a história de sua família, comunidade, cidade ou nação, pois “não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver” (Tomaz, 2010, p. 4).

Para Paulo Tomaz (2010),

Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (Tomaz, 2010, p. 2).

Essa citação sugere que a materialidade desses elementos arquitetônicos e históricos são capazes de atuar como um gatilho para a memória, fazendo com que as pessoas relembrem e compreendam a forma de vida daqueles que os utilizaram no passado.

Cada edificação, local ou monumento não é apenas um conjunto de materiais físicos, mas também carrega consigo uma riqueza de significados e experiências associados a ele, não sendo meramente objetos estáticos, pois têm uma história embutida nele.

A preservação é um reflexo da relação entre uma comunidade, sua história e seu ambiente construído como cita Paulo Tomaz (2010):

A preservação do patrimônio histórico deve-se ao fato de que a vida de uma comunidade, de um povo, está relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história. A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos

constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas (Tomaz, 2010, p. 6).

Vale ressaltar que a preservação do patrimônio não é apenas uma questão de conservar edifícios antigos, mas também de manter latente a memória, a identidade e as possíveis relações das pessoas com alguns desses lugares. É uma forma de garantir que as gerações futuras possam entender e apreciar a história e a cultura de uma comunidade, reconhecendo sua importância, despertando o sentimento de valorização.

Sendo assim, Circe Bittencourt afirma que, e “essas preocupações originam-se da necessidade de refletir sobre o que tem sido constituído como memória social, como patrimônio da sociedade, e indagar se o resgate da memória de todos os setores e classes sociais se tem efetivado” (2008, p. 277).

A preocupação principal é assegurar que o resgate e a preservação da memória não se restrinjam apenas a determinados setores privilegiados da sociedade, mas que se estendam a todas as camadas sociais. Isso implica em garantir que a história e a memória de grupos minoritários, marginalizados ou historicamente excluídos também sejam representadas e preservadas.

Avaliar se as políticas e iniciativas educacionais, culturais e patrimoniais estão alcançando o objetivo da preservação do patrimônio cultural de uma comunidade é essencial, para verificar se há desigualdades na representação e na preservação da memória, evitando assim desigualdades e assegurando que a herança cultural seja representativa e inclusiva.

Pode-se perceber que as “minorias”¹ são as mais prejudicadas quando se trata da preservação de suas memórias, não pela falta de documentação ou de patrimônios, mas pela não preservação desses bens. Para ilustrar essa ideia do direito a cultura, Oria Fernandes (1992/1993) salienta que:

Há que se criar os meios e mecanismos eficazes para que o cidadão comum tenha direito à cultura, tenha direito à memória coletiva e tenha condições de se apropriar desse patrimônio que, normalmente, vem sendo monopólio exclusivo dos setores dominantes da sociedade (Fernandes, 1992/1993, p. 275).

¹ Mulheres, indígenas, negros, pessoas com deficiência, pessoas de baixa renda, etc.

Os setores dominantes da sociedade se apropriam de forma mais completa dos bens culturais de um determinado território e conseguem preservar as suas memórias de maneira mais abrangente do que os grupos minoritários, isso significa que grupos privilegiados têm influência sobre como a história é contada e como a cultura é representada.

Oria Fernandes (1992/1993) sugere a necessidade de criar mecanismos eficazes para que a cultura e a memória sejam mais amplamente compartilhadas e acessíveis a todos, sendo a educação patrimonial um dos caminhos a ser desenvolvido. Essa abordagem se relaciona diretamente com os marcos temporais e a conceituação de patrimônio, pois a forma como entendemos e valorizamos o patrimônio é influenciada por contextos históricos específicos.

1.3 MARCOS TEMPORAIS DA CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO

O conceito de patrimônio passou por diversas transformações ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas perspectivas culturais e sociais. Segundo a historiadora Sylvia Costa Couceiro através do vídeo no canal Saber Tecnologias Educacionais e Sociais (2015), os marcos temporais importantes dessa conceituação foram: o Período Romano, que via herança individual e coletiva; a Revolução Francesa, que trouxe contestações ao poder e a destruição dos prédios públicos; após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU e da UNESCO; e a partir de meados da década de 1980, com a inclusão dos bens imateriais. Esses momentos históricos ajudam a compreender a evolução do conceito de patrimônio ao longo dos séculos.

Um dos primeiros marcos do conceito de patrimônio é o Império Romano, que segundo a historiadora Maria Cecília Fonseca (2018), sua noção estava baseada no significado da palavra latina *pater*, que quer dizer pai. Nesse contexto, patrimônio era algo recebido dos ancestrais e que era transmitido às gerações futuras ao longo do tempo, sendo que ele não era apenas o que se recebia, mas também o que desejava-se transmitir, quando cada geração assumia o desejo de preservação.

Para a autora, cada geração que irá decidir o que considera importante preservar, essa decisão acaba sendo baseada nos valores e nas prioridades que se está vivendo no momento. Contudo, na Antiguidade, o patrimônio estava fortemente

relacionado aos monumentos históricos e arquitetônicos, tais como templos e palácios, edifícios esses considerados patrimônio devido à sua importância histórica e cultural.

Outro marco que pode ser apontado como parâmetro para a mudança no pensamento do que é patrimônio está situado no contexto da Revolução Francesa, momento em que as coleções da Igreja, da realeza e da aristocracia eram protegidas, a título particulares e passaram para o domínio público em 1793, por intermédio de decisões da Assembleia Constituinte da França, iniciativa que marcou uma ação importante, visto que esses acervos não eram apenas representações das classes que os detinham, mas bens que deveriam ser ressignificados como uma riqueza coletiva, a ser compartilhada com todos os cidadãos.

A partir dessa nova interpretação do que seria um patrimônio, instituiu-se uma série de políticas públicas para que, a partir de então, buscasse a preservação do patrimônio histórico e artístico no mundo ocidental. Tais políticas foram baseadas em um determinado modelo de civilização que valorizava os bens materiais produzidos pelas sociedades ocidentais, que se contrapunha a população que depredava esses bens, ocasionando a destruição de muitos monumentos.

Nesse contexto, grupos que se identificavam como “cultos”² começaram a discutir sobre a importância do patrimônio cultural para uma dada sociedade, argumentando que esses bens não eram apenas propriedade de uma elite, mas que eram parte da identidade cultural de todos os cidadãos, discussões essas que levaram à criação de uma legislação sobre patrimônio, que passou a proteger esses bens para o futuro.

Segundo a historiadora Sylvia Costa Couceiro através do vídeo no canal Saber Tecnologias Educacionais e Sociais (2015), a palavra patrimônio passou a ser associada a edificações de valor singular, ligadas à elite. No entanto, a legislação sobre patrimônio também passou a proteger bens de outras naturezas, como obras de arte, documentos históricos e manifestações culturais.

A Revolução Francesa, portanto, teve um impacto significativo na definição do que é patrimônio cultural, pois contribuiu para que se promovesse a mudança da

² Adjetivo que caracteriza uma pessoa que é instruída, civilizada, informada, que tem conhecimento sobre vários assuntos.

compreensão do patrimônio como propriedade privada para a visão de patrimônio como riqueza coletiva.

Observando as colocações apresentadas acima, é possível afirmar que a manutenção ou a destruição do patrimônio, pode ser um indicador de grandes processos de conflito cultural ou social, e quando um determinado grupo social decide preservar um bem cultural está promovendo a afirmação de sua identidade e valores, por outro lado, quando um bem cultural é destruído, isso pode ser interpretado como um sinal de ruptura ou desvalorização da cultura daquele grupo.

Maria Cecília Fonseca (2018) afirma que desde a primeira metade do século XX, existiam três pontos para afirmar o que era um patrimônio: a questão da antiguidade, a excepcionalidade do bem em questão, e a autenticidade.

Para a autora, o primeiro ponto, relacionado à antiguidade do bem cultural, deveria ter uma certa idade, ou seja, ser considerado antigo, elemento esse visto como um sinal de valor e importância. A excepcionalidade do bem cultural, se relacionava ao valor ou a importância especial dele, que poderia ser estética, histórica, cultural ou qualquer outra. Com relação a autenticidade, ele deveria manter a sua integridade original ao longo do tempo, essa autenticidade era vista como um sinal de valor e respeito à história.

No entanto, segundo Maria Cecília Fonseca (2018), esses três pontos foram considerados excludentes, pois valorizavam os bens culturais tradicionais, produzidos pelas elites, além disso, eles foram considerados rígidos, pois não permitiam a inclusão de novos bens culturais ou diferentes.

Alguns bens não se encaixariam nos três pontos tradicionais, como os bens culturais contemporâneos nos quais se inserem as obras de arte, a arquitetura, a música e a literatura produzidas atualmente, como também os bens populares como as festas e as danças folclóricas.

Para que ocorra a preservação da nossa história, cultura e identidade é necessário que exista uma nova visão do patrimônio cultural, que nos permita a inclusão de maior diversidade de bens culturais.

O terceiro momento que fez modificar a ideia conceitual de patrimônio cultural foi a Segunda Guerra Mundial, quando,

A própria ideia de patrimônio mundial da Humanidade nasce, em 1972, com esse propósito globalizador e pacificador, combinando as preocupações de

preservação que haviam emergiam no quadro da Segunda Guerra Mundial com as novas inquietações sobre o meio ambiente e a lógica inelutável da globalização (Oosterbeek, 2015, p. 17).

A ideia de patrimônio mundial da humanidade, que foi criada pela UNESCO em 1972, teve um propósito globalizador e pacificador, isso significa que ela buscava promover a compreensão e o respeito entre as diferentes culturas do mundo, a partir da valorização de seu patrimônio cultural.

Nesse sentido, vê-se que houve uma combinação de duas preocupações no surgimento da ideia de patrimônio mundial, a primeira voltada às preocupações de preservação que haviam emergido com a Segunda Guerra Mundial, que visava proteger a memória e a identidade das diferentes culturas. E segundo, as novas inquietações sobre o meio ambiente a lógica inevitável da globalização, o que gerou novas preocupações sobre a preservação do patrimônio cultural, que pode ser ameaçada pela falta de compreensão e respeito entre as diferentes culturas.

O reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural de todas as culturas são essenciais para a construção de um mundo mais justo e pacífico. Portanto, observa-se a importância da ideia de patrimônio mundial para a promoção da paz e do entendimento entre as diferentes culturas do mundo.

Alguns exemplos de como a ideia de patrimônio mundial pode ser aplicada para promover a paz e o entendimento entre as diferentes culturas incluem, a criação de programas de intercâmbio cultural entre países que trazem oportunidades para as pessoas de diferentes culturas conhecerem e valorizarem o patrimônio uma das outras, a realização de eventos culturais internacionais, que geram oportunidades para diferentes culturas se apresentarem, a criação de organizações internacionais voltadas para a preservação do patrimônio cultural, com cooperação entre países.

Segundo Luiz Oosterbeek, a UNESCO “considera assim que todo o patrimônio, ainda que localizado num país, deve ser considerado como herança de toda a humanidade, assumindo este princípio como indiscutível” (2015, p. 17). O autor afirma que um patrimônio cultural não pertence a um único grupo de pessoas, mas toda a humanidade, ele deve ser considerado uma herança para toda a humanidade, mesmo estando localizado em um país específico, princípio esse defendido pela UNESCO. Esse princípio reconhece a importância da diversidade cultural e a necessidade de cooperação internacional na preservação do patrimônio cultural, gerando um mundo mais justo e pacífico.

Portanto, a década de 1970 foi marcada pela criação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela UNESCO, destacando a importância da preservação do patrimônio cultural e natural em nível global.

Para Maria Cecília Fonseca (2018), após a Segunda Guerra Mundial, a criação da ONU e da UNESCO implicou na definição de critérios mais inclusivos para a proteção do patrimônio cultural. Essa ação de reconhecimento era importante para consolidar a paz entre as nações e superar um certo modelo elitista vigente. E em 1964, uma reunião em Veneza levou a uma redefinição dos critérios de monumentos e de excepcionalidade.

Ainda para a autora em 1972, a Convenção para a Proteção Mundial, Cultural e Natural foi adotada pela UNESCO, esse documento estabeleceu uma série de compromissos para os países signatários, incluindo a proteção e conservação de bens culturais e naturais de valor universal excepcional. Essa Convenção também abriu caminho para a inclusão de novos tipos de patrimônio, como patrimônio ferroviário, industrial e rural, isso levou à percepção de que quase tudo poderia ser considerado patrimônio.

No entanto, para Maria Cecília Fonseca (2018), a Convenção foi criticada por seu viés eurocêntrico, a Bolívia, por exemplo, liderou um movimento para reconhecer o patrimônio das culturas autóctones da América do Sul, esse movimento levou à adoção da Declaração de Quito em 1978, que reconheceu a importância do patrimônio das culturas indígenas.

Segundo Sylvia Costa Couceiro (2015) no final da guerra há uma contestação de tudo o que ocorreu antes, com críticas ao racismo, lutas por liberdade religiosa, e direitos civis, a autora também cita a criação da ONU e da UNESCO, entidades que começam a monopolizar o debate sobre patrimônio.

As discussões sobre patrimônio cultural foram ampliadas para os países de Terceiro Mundo, que não encontravam espaço para suas manifestações culturais, pois essas manifestações, muitas vezes realizadas por populações não letradas, não se enquadravam no conceito de patrimônio da época, que era restrito a bens edificadas, construído, único e singular, e que deveria ser preservado em seu estado original.

Diante dessa situação, houve uma contestação e um pedido de ampliação do conceito de patrimônio, onde os países de Terceiro Mundo reivindicaram que seus

bens culturais, mesmo que não se enquadrassem no conceito tradicional, também fossem reconhecidos e preservados.

Portanto, esses marcos temporais mostram como o entendimento do que constituiu o patrimônio cultural evoluiu ao longo da história, refletindo a crescente consciência da importância de preservar e valorizar a herança cultural e natural do mundo.

Em se tratando do Brasil, pode-se perceber que a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012, define o patrimônio cultural como,

as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Pode-se perceber então, que a preservação do patrimônio cultural é importante para a manutenção da identidade de um povo, o patrimônio cultural nos conecta com o passado e nos ajuda a compreender o presente, ele é um reflexo da diversidade cultural de um povo, e deve incluir bens de todas as categorias e de todas as culturas.

Essa Emenda Constitucional afirma que o patrimônio cultural é composto por uma ampla gama de bens, e eles podem ser divididos em duas categorias principais: bens materiais e bens imateriais.

Os bens materiais são compostos por aquilo que pode ser tocado, visto ou sentido, como: obras, objetos, documentos, edificações, monumentos, museus, teatros, bibliotecas, bem como cidades históricas, sítios arqueológicos, paisagens naturais, etc., e como exemplos de bens imateriais podemos citar músicas, festas populares, receitas familiares, técnicas e costumes.

Pode-se perceber então que a Constituição de 1988 traz, em seu texto, uma conceituação ampla ao usar o termo “patrimônio cultural”, isso demonstra a ampliação da visão sobre o mesmo e como essa se dá com as mudanças, como afirma Natália Brayner (2007),

o entendimento do que é patrimônio cultural é construído ao longo do tempo, a partir de reflexões sobre as experiências de preservação e pesquisas realizadas pelo próprio IPHAN e também por outras instituições, nacionais e internacionais, que atuam nesse campo, assim como a partir da observação

e incorporação de iniciativas dos diferentes setores da sociedade (Brayner, 2007, p. 10).

Portanto, para a autora o entendimento do que é patrimônio cultural é um processo dinâmico e contínuo, ou seja, esse entendimento não é fixo, mas é construído ao longo do tempo, a partir de diferentes fontes, através das reflexões sobre as experiências de preservação e pesquisas realizadas pelo próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e também por outras instituições, nacionais e internacionais, que atuam nesse campo.

O IPHAN é o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, ele tem realizado ao longo da sua história um importante trabalho de preservação e pesquisa que contribui para a construção de um entendimento mais amplo do patrimônio cultural.

Nesse sentido, é importante que o entendimento do que é patrimônio cultural reflita a diversidade da sociedade e as diferentes perspectivas sobre a cultura. Por isso, é necessário observar e incorporar as iniciativas dos diferentes setores da sociedade, como comunidades, movimentos culturais e organizações da sociedade civil. Portanto, patrimônio cultural é um patrimônio de todos, portanto todos devem ter voz na definição do que é considerado patrimônio.

A compreensão do patrimônio cultural é dinâmica e moldada por uma variedade de fatores, incluindo ações governamentais, pesquisas acadêmicas e o envolvimento ativo da sociedade. Destaca-se então a importância da colaboração e da reflexão contínua para desenvolver uma visão mais abrangente e atualizada do patrimônio cultural, essa compreensão não é estática, mas é moldada por várias influências e fontes de conhecimento.

O IPHAN é uma autarquia federal do Governo brasileiro responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país, bem como pela proteção e promoção dos bens culturais do território, ele foi criado no governo de Getúlio Vargas, por meio da Lei nº 378, em 13 de janeiro de 1937, esta data marca o início das ações oficiais do governo brasileiro para a preservação do patrimônio cultural do país.

Sobre o IPHAN, Natália Brayner (2007) afirma que:

O IPHAN tem trabalhado no sentido de reformular e aperfeiçoar suas estratégias de atuação para atender aos novos desafios e demandas que

surgem, na medida em que as noções de cultura, povo, identidade, nação e patrimônio são reinterpretadas e ampliadas (Brayner, 2007, p. 10).

Esses desafios e demandas citados pela autora são decorrentes da reinterpretação e ampliação das noções de cultura, povo, identidade, nação e patrimônio. O IPHAN está se adaptando a uma nova realidade, em que as concepções sobre o que é patrimônio cultural são mais amplas e inclusivas, isso significa que o patrimônio cultural não se limita mais a bens materiais, como monumentos e obras de arte, mas também inclui bens imateriais, como manifestações culturais, saberes e práticas tradicionais.

A reinterpretação das noções de cultura, povo, identidade, nação e patrimônio também implica na participação mais ativa da sociedade na preservação do patrimônio cultural, isso porque o patrimônio cultural é visto como um bem coletivo, que pertence a todos.

O texto de Brayner (2007) foi publicado em um contexto em que o IPHAN estava passando por uma série de mudanças, que foram motivadas pela necessidade de adequar a política de patrimônio cultural brasileira aos novos desafios e demandas da sociedade, como a ampliação dos critérios de inclusão de bens no patrimônio cultural incluindo os bens de diferentes grupos culturais e períodos históricos, obtendo a maior participação da sociedade civil no processo de preservação do patrimônio cultural com a valorização do patrimônio cultural como um bem público.

Neste contexto, Oria Fernandes (1992/1993) afirma que,

Com o avanço teórico-metodológico das Ciências Sociais, que mais têm se dedicado ao estudo das manifestações culturais, esta expressão vem sendo substituída pela de “Patrimônio Cultural”. Assim, sai-se do limite estreito da terminologia tradicional, para falar-se em “Patrimônio Cultural”, em vez de “Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico”, pois há outros valores culturais que não se enquadram na terminologia antiga (Fernandes, 1992/1993, p. 267).

No passado, a expressão “Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico” era comumente usada para se referir a elementos culturais valiosos, como monumentos históricos, obras de arte e paisagens naturais. No entanto, conforme o conhecimento e as discussões acerca do termo foram avançando, percebeu-se que essa terminologia tradicional e limitada não abrangia completamente a diversidade de valores culturais presentes em uma sociedade.

Consequentemente, a expressão “Patrimônio Cultural” passou a ser preferida, pois ela reflete uma visão mais ampla e inclusiva, reconhecendo que o patrimônio cultural não se limita apenas a aspectos históricos, artísticos e paisagísticos, ela engloba uma variedade de valores culturais, incluindo tradições, práticas cotidianas, expressões de identidade e memória coletiva.

Observa-se então, que o termo “patrimônio histórico” é limitado, porém o termo “patrimônio histórico, artístico e paisagístico”, por sua vez, é longo demais e não consegue abranger todos os aspectos que cabem ao termo “cultural”. Por isso, a mudança torna-se tão significativa, reconhecendo assim a riqueza da diversidade cultural e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e flexível no estudo e preservação do patrimônio cultural.

Logo, aqui no Brasil, para criar instrumentos adequados que possam reconhecer e preservar os patrimônios culturais, o IPHAN precisou criar o Inventário Nacional de Referências Culturais, que realiza um levantamento dos referenciais culturais de um determinado lugar ou grupo.

Para Brayner (2007),

o Inventário Nacional de Referências Culturais é um instrumento para conhecer e *documentar* bens culturais, como também para conhecer o valor atribuído pelos grupos sociais a esses bens. Assim, ao realizar esse trabalho de inventário, o Iphan está, ao mesmo tempo, *documentando* e identificando problemas e soluções para a salvaguarda das manifestações culturais (Brayner, 2007, p. 18).

Observa-se, então, que o inventário de bens culturais promove uma maior articulação entre o acervo patrimonial e a preservação desses bens, bem como a sua manutenção. O inventário é uma ferramenta que permite a coleta de informações detalhadas sobre os bens culturais de uma determinada região, comunidade ou nação, essa documentação inclui uma ampla variedade de elementos, tanto materiais quanto imateriais, como monumentos, tradições e práticas culturais.

O inventário não se limita apenas a listar bens culturais, mas também busca compreender o significado e a importância que esses bens têm para os grupos sociais que os valorizam, isso envolve entender as conexões emocionais, históricas e culturais que as pessoas têm com esses elementos do patrimônio.

Dessa forma, permite-se que as sociedades conheçam melhor as suas próprias riquezas culturais e encontrem maneiras de protegê-las para as gerações futuras.

Além disso, o Inventário Nacional de Referências Culturais serve como um meio de envolver a comunidade na preservação de suas próprias tradições e práticas culturais, ele irá identificar as possíveis ameaças ao patrimônio cultural, como deterioração, perda de tradições ou ameaças externas, e também pode sugerir maneiras de proteger e revitalizar esses elementos culturais.

É necessário que os registros documentais também sejam guardados e isso cabe ao Inventário Nacional de Referências Culturais, segundo Natália Brayner (2007):

Ter uma manifestação cultural documentada (por meio de descrições textuais, fotos, vídeos, desenhos, entre outros) pode servir a diversos fins: como fonte de pesquisa, como referências do passado para que possamos entender quem somos hoje, como memória de uma manifestação cultural que não mais ocorre, mas que permanece viva na memória das pessoas e que pode vir a ser reorganizada (Brayner, 2007, p. 20).

A citação afirma que a documentação de manifestações culturais é importante por diversos motivos, primeiramente, ela pode ser utilizada como fonte de pesquisa para estudiosos e pesquisadores, isso porque a documentação pode favorecer informações sobre a história, a forma e o significado de uma manifestação cultural.

A documentação também pode ser benéfica como referência do passado para que possamos entender quem somos hoje, pois as manifestações culturais são reflexos da sociedade em que são produzidas, e ao documentar essas manifestações, podemos compreender melhor a nossa história e a nossa cultura.

Além disso, a documentação pode servir como memória de uma manifestação cultural que não mais ocorre, e a documentação pode preservar essa manifestação cultural para as gerações futuras.

Por fim a documentação pode atender como base para a reorganização de uma manifestação cultural, isso porque a documentação pode ser usada para reviver uma manifestação cultural que foi perdida ou “esquecida”. Sendo assim, tanto as descrições textuais, fotos, vídeos, bem como desenhos podem ser exemplos de documentações de manifestações culturais, elas podem ser feitas por indivíduos, grupos ou organizações.

Nesse sentido, o inventário é importante tanto para os pesquisadores e historiadores, quanto para a comunidade em geral, como fonte ou referencial de pesquisa. Além disso, ele auxilia na elaboração de planejamento e confecção de

material didático, podendo auxiliar também os professores em sala de aula, promovendo, assim, um trabalho de educação patrimonial.

O estudo sobre o patrimônio cultural e seus bens materiais e imateriais de uma localidade, região ou nação, pode ser realizado em sala de aula para que a conservação e a preservação desses bens ocorram. Corroborando com esse pensamento, Natália Brayner (2007) afirma que o cuidado com os patrimônios não deve ser somente responsabilidade dos órgãos governamentais, pois

No nosso cotidiano também podemos promover a preservação desse patrimônio: ensinar aos nossos filhos o valor dos bens culturais; procurar conhecer e valorizar nossos mestres e artistas locais; envolver-se, direta ou indiretamente, na luta pela preservação dos patrimônios ameaçados de desaparecimento (Brayner, 2007, p. 28).

É necessário ir além, todos são responsáveis pela preservação de um bem cultural, seja ele material ou imaterial, sendo um papel do Estado, mas também da comunidade, garantir que os bens sejam preservados para que todos tenham acesso a eles. É importante que as crianças e adolescentes aprendam a valorizar o patrimônio cultural como parte de sua identidade e história, para isso, é necessário que os adultos ensinem com conversas, leituras, visitas a museus e outros espaços culturais.

A preservação do patrimônio não apenas protege a história de um local, mas também permite que diferentes grupos sociais reconheçam suas identidades ao longo do tempo. Essa relação é ainda mais evidente quando consideramos que os edifícios, ao mudarem de função, refletem as transformações das sociedades que os habitam. Assim, garantir o acesso a esses espaços históricos torna-se uma forma de preservar as diversas narrativas que moldam uma comunidade.

Nesse sentido, Tiziano Chiarotti (2005) afirma que:

[...] essas mudanças nas funções de algum prédio não são devidas somente ao tempo, mas também à relação das pessoas com esse lugar. Parte da história da civilização humana pode ser vislumbrada por meio de suas construções, elaboradas para resolver ou solucionar um dado problema, como também através da conquista da natureza do homem (Chiarotti, 2005, p. 314-315).

Observa-se então que a história da humanidade pode ser observada através das construções, esses edifícios estão ligados à vida das pessoas e a forma como elas interagem com o meio ambiente construído.

As mudanças nas funções de um prédio não ocorrem simplesmente devido ao envelhecimento do edifício, em vez disso, essas transformações são moldadas pelas necessidades em constante evolução da sociedade. Os edifícios são projetos originalmente para atender a uma determinada função ou resolver um problema específico, no entanto, à medida que a sociedade muda, novos problemas surgem, e as funções dos edifícios podem ser ajustadas de acordo com essas novas necessidades.

Esses edifícios não são apenas estruturas físicas, mas também carregam significados culturais e históricos, eles são testemunhas da história da civilização humana, refletindo não apenas a capacidade de resolver problemas práticos, mas também a relação do homem com a natureza e o ambiente construído.

Ao longo da história, os seres humanos têm projetado e adaptado edifícios para atender às suas necessidades, e essas mudanças refletem não apenas as mudanças das sociedades, mas também suas conquistas, valores e modos de vida.

Portanto, essas histórias devem ser preservadas e os indivíduos devem ter acesso a esses bens culturais como aborda Oria Fernandes que cita que “o direito de acesso à cultura pressupõe a garantia de que, além de produzir cultura, todo indivíduo deve ter acesso aos bens culturais produzidos por essa mesma sociedade” (Fernandes, 1992/1993, p. 271).

A citação de Oria Fernandes afirma que o direito de acesso à cultura é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os indivíduos, independentemente de sua classe social, etnia, gênero ou qualquer outro fator. Pressupõem que, além de produzir cultura, todo indivíduo deve ter acesso aos bens culturais produzidos por essa mesma sociedade.

Portanto, a cultura é um elemento essencial para o desenvolvimento humano, ela nos permite expressar nossas identidades, compreender o mundo ao nosso redor e nos conectar com outras pessoas. No entanto, o acesso à cultura nem sempre é garantido a todos, há muitas barreiras que podem dificultar o acesso à cultura, a distância, o custo, a falta de informação e a discriminação.

Destaca-se então, a importância de garantir o acesso à cultura para todos os indivíduos, promovendo uma igualdade e a inclusão social, isso significa garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de participar de atividades culturais, como

assistir espetáculos, visitar museus e bibliotecas, e usufruir de outras formas de expressão artística.

Nas últimas décadas, o conceito de patrimônio cultural tem se expandido, passando a incluir não apenas monumentos e sítios históricos, mas também paisagens culturais, essa mudança se deve, em grande parte, à crescente diversidade e divergência de interesses socioculturais nas sociedades contemporâneas, como cita Luiz Oosterbeek (2015):

Em grande medida, a evolução do conceito de patrimônio cultural nas últimas décadas, deslocando-se progressivamente da esfera dos monumentos e sítios para a esfera das paisagens culturais, visou acomodar a crescente diversidade e divergência de interesses socioculturais, tentando oferecer a cada um deles o direito à coapropriação de um conjunto de marcadores territoriais, na esperança de que tal evitasse rupturas e novos conflitos de fronteira (Oosterbeek, 2015, p. 17).

No passado, o patrimônio cultural era visto como um conjunto de bens culturais representativos da identidade nacional ou de uma determinada cultura, e os monumentos e sítios históricos eram considerados os bens culturais mais importantes, pois representavam a memória e a história de um povo.

No entanto, com o reconhecimento da diversidade cultural, esse conceito de patrimônio cultural passou a ser considerado limitado e excludente, pois muitas culturas e grupos sociais não se identificavam com os bens culturais tradicionais, que eram frequentemente associados a uma elite branca, europeia e masculina.

A expansão do conceito de patrimônio cultural para incluir as paisagens culturais é uma tentativa de acomodar essa diversidade cultural, onde as paisagens culturais são espaços geográficos que possuem um significado cultural para uma determinada comunidade, elas podem incluir elementos naturais, como montanhas, florestas ou rios, bem como elementos construídos, como cidades, vilarejos ou ruínas arqueológicas.

A inclusão das paisagens culturais no conceito de patrimônio cultural oferece a todos os grupos sociais o direito de coapropriar um conjunto de marcadores territoriais, isso significa que todos podem se identificar com esses espaços e participar da sua preservação.

A esperança é que essa mudança evite rupturas e novos conflitos de fronteira, pois ao reconhecer a diversidade cultural, o conceito de patrimônio cultural pode ajudar a promover a convivência pacífica entre diferentes grupos sociais.

O Brasil ainda enfrenta desafios para tornar o termo mais eficaz e inclusivo, um desses desafios é a definição de critérios mais objetivos para a seleção de bens culturais. Atualmente, os bens são selecionados com base em critérios subjetivos, que podem não representar a diversidade cultural do país. Outro desafio é a participação da sociedade no processo de preservação do patrimônio cultural, o processo atual é centralizado no poder público, e a sociedade civil tem pouco espaço para participar.

Para superar esses desafios, é necessário que o governo defina critérios mais objetivos para a seleção de bens culturais e crie mecanismos de participação mais efetivos da sociedade civil no processo de preservação.

Assim, ao revisitar o conceito de patrimônio cultural, percebe-se que uma ampliação possibilita a inclusão de mais grupos sociais na seleção de bens culturais, resultando em uma participação mais abrangente desses grupos, podendo auxiliar assim no ensino de educação patrimonial dentro do ensino de história.

1.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

A educação patrimonial e o ensino de história desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento cognitivo e cultural dos indivíduos, proporcionando uma compreensão mais profunda e significativa do passado e suas conexões com o presente.

O termo educação patrimonial é considerado recente dentro dos âmbitos de pesquisa histórica, segundo Átila Tolentino (2016), a expressão foi introduzida no Brasil a partir do ano de 1983 com o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, que foi realizado pelo Museu Imperial.

A partir daí, em 1999 Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro escreveram o “Guia básico da educação patrimonial”, que fala sobre uma metodologia educativa específica a ser trabalhada com o patrimônio cultural, onde é possível analisar que as autoras definem a educação patrimonial como,

um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e

enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento**, **apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural** (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Este texto foi bastante analisado por alguns autores como João Demarchi (2018), que afirma que “reconhecer-se-á que não cabe à educação patrimonial determinar de antemão o que é patrimônio cultural nem quais são os significados que lhe serão atribuídos” (2018, p. 159).

Para o autor, a educação patrimonial não deve assumir a tarefa de predefinir o que é considerado patrimônio cultural ou quais significados devem ser associados a ela de maneira fixa, em vez disso, ele destaca a importância de reconhecer a diversidade de perspectivas e interpretações em relação ao patrimônio cultural.

Portanto, a educação patrimonial deve promover uma abordagem mais inclusiva e participativa, permitindo que diferentes grupos tenham voz na definição e interpretação do patrimônio cultural.

Para Flávio Silveira e Marcia Bezerra (2007), o pensamento de Educação Patrimonial deve “servir como sinal que nos obriga a questionar o papel da educação na constituição do patrimônio, o papel do patrimônio no processo educativo e a função de ambos na dinâmica social que articula a lembrança e o esquecimento” (2007, p. 92).

Esta citação sugere que o patrimônio cultural pode atuar como um indicador, um sinal, que nos leva a questionar diferentes dimensões relacionadas à educação e a dinâmica social.

As autoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999) afirmam que a:

Educação Patrimonial é um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **auto-estima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Para tanto, essa ideia de “alfabetização cultural” é contestada por Átila Tolentino (2016), que afirma que “a educação patrimonial não pode ser assumida na

perspectiva de conscientização da população, em que é necessário levar a luz do conhecimento ao outro” (2016, p. 42).

Isso implica que a abordagem não deve ser meramente através de uma transferência de conhecimento de especialistas e/ou professores para a população, ao assumir que esta última carece de conhecimento. Para Tolentino (2016), o enfoque pode ser visto como unidirecional e não considerar o conhecimento, perspectivas e experiências que a própria comunidade pode trazer para a compreensão de seu patrimônio cultural.

Através da educação patrimonial, busca-se adotar uma abordagem mais participativa e colaborativa, reconhecendo a importância da troca de conhecimento entre especialistas e a comunidade. Porém, segundo Átila Tolentino (2016) é possível perceber que é recorrente no estudo patrimonial o uso de bens culturais tutelados pelo Estado, nesse sentido “constrói-se uma falsa ideia de que o Estado representa toda a sociedade e de que todos são representados nele” (Demarchi, 2018, p 148).

Todavia, há uma percepção equivocada de que o Estado, como instituição governamental, é uma representação abrangente e completa de todos os seguimentos e interesses existentes na sociedade. Nesse sentido, há exclusões, desigualdades ou distorções na representação afetiva dos diversos segmentos sociais dentro das instituições estatais, haja vista que “a patrimonialização das referências culturais passa a ser um direito social. Um direito que todas as comunidades formadoras da sociedade brasileira possuem: o direito de pronunciar suas memórias” (Demarchi, 2018, p. 155).

A preservação do patrimônio cultural não é apenas uma questão de escolha ou preferência, mas sim um direito que todas as comunidades têm de afirmar e proteger suas identidades culturais na sociedade brasileira.

É necessário ter um tratamento mais colaborativo e educativo na preservação do patrimônio cultural, destacando a importância de envolver comunidades locais de maneira significativa nos processos de conservação. Para os autores Flávio Silveira e Marcia Bezerra (2007):

Infelizmente, no Brasil – seja na perspectiva da Antropologia ou na da Arqueologia –, pouca atenção tem sido dada às experiências de ensino-aprendizado que buscam a valorização dos bens patrimonializáveis pelas comunidades nas quais os mesmos desempenham algum papel em sua dinâmica cultural, mais especificamente aquelas tentativas de envolver as pessoas que convivem diariamente com os bens a serem conservados em

projetos de desenvolvimento a fim de que considerem os seus saberes e fazeres acumulados ao longo do tempo e suas relações com os patrimônios como relevantes para o próprio âmbito da conservação (Silveira; Bezerra, 2007, p. 86-87).

O texto destaca a importância de considerar os bens culturais como patrimônio a partir da perspectiva das próprias comunidades, reconhecendo o significado cultural que esses bens têm para as pessoas que vivem diariamente com eles.

No contexto do ensino de história, emerge a oportunidade de explorar narrativas que vão além de meros eventos cronológicos, buscando compreender as causas, consequências e as diversas perspectivas que moldaram o curso dos acontecimentos. A interligação entre a educação patrimonial e o ensino de história proporciona uma interpretação integrada, enriquecendo a aprendizagem ao estimular o desenvolvimento do pensamento crítico, da empatia e da capacidade de análise contextual.

Segundo Simone Scifoni (2017):

O compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias (Scifoni, 2017, p 13).

Ainda para Simone Scifoni (2017), a educação patrimonial deve partir da problematização da realidade, e ao promover a apreciação e preservação do patrimônio cultural, a educação patrimonial se torna uma ferramenta essencial para a construção de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a valorização da diversidade cultural.

Por sua vez, o ensino de história contribui para a formação de uma sociedade histórica sólida, incentivando o questionamento, a reflexão e o entendimento das raízes que moldaram as sociedades atuais. Para Circe Bittencourt (2008):

O compromisso do setor educacional articula-se a uma *educação patrimonial* para as atuais e futuras gerações, centrada no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional (Bittencourt, 2008, p. 278).

Observa-se que no setor educacional da educação patrimonial é necessário que se tenha uma relação com o pluralismo cultural, onde o compromisso do setor educacional não deve se limitar a evocar apenas eventos históricos notáveis ou valores associados a grupos privilegiados na sociedade. Em vez disso, a educação patrimonial deve se concentrar em contribuir para a memória e preservação daquilo que tem significado para diversas comunidades, sejam elas locais, regionais ou de natureza nacional. O objetivo é abranger e valorizar a diversidade cultural presente em uma sociedade, reconhecendo que diferentes grupos têm suas próprias experiências e narrativas importantes.

Isso implica em não apenas ensinar a história oficial³ ou eventos amplamente reconhecidos, mas também incluir e dar espaço para as histórias, tradições e memórias das comunidades locais e regionais, “considerando o patrimônio como um campo de conflito, um lugar de disputa identitária, a educação patrimonial não deve definir previamente o que deverá ser preservado nem estabelecer qual o significado que a ele deve ser preservado” (Demarchi, 2018, p. 148). A educação patrimonial, nesse contexto, busca promover uma compreensão mais completa e inclusiva da história e cultura de uma nação, reconhecendo e respeitando a pluralidade de perspectivas e experiências culturais.

A análise e a reflexão sobre como diferentes grupos interagem com seu patrimônio são de extrema importância como cita Átila Tolentino (2016):

No campo do patrimônio, essa discussão é fundamental para se analisar como os diferentes grupos se apropriam de sua herança cultural e como são regidos os jogos de disputas e as relações de poder em torno da seleção dos patrimônios e da construção das narrativas de memórias coletivas (Tolentino, 2016, p. 43).

É necessário examinar criticamente como as comunidades se relacionam com seu patrimônio, considerando as disputas e as relações de poder que moldam a seleção de elementos culturais e a construção das narrativas de memórias coletivas,

³ Esse conceito refere-se à narrativa histórica amplamente reconhecida, geralmente é a versão da história que é ensinada nas escolas, promovida pelos meios de comunicação e refletida em datas comemorativas e outros símbolos culturais. Ela enfatiza eventos, figuras e narrativas que são consideradas importantes para a identidade nacional, política e cultural de um país ou comunidade. No entanto, ela pode ser influenciada por agendas políticas, ideológicas ou de poder, e pode não refletir completamente a diversidade de perspectivas e experiências dentro da sociedade.

porque isso contribui para uma visão mais rica e representativa do passado e da identidade cultural de uma sociedade.

Algumas cidades e municipalidades, podem encontrar dificuldade no estudo da história específica de sua região, visto que nem todas possuem historiadores formados e habilidades para desenvolverem trabalhos de pesquisa nessa linha investigativa, fazendo com que outros se dediquem ao tema, os chamados memorialistas.

Em muitos casos, como citam José Nascimento, Erica Karnopp e Bianca Siqueira (2021):

O início da elaboração e construção de história das localidades, ou mesmo das municipalidades, ocorreu a partir do trabalho dos chamados *memorialistas*, que se aproximavam do interesse dos acontecimentos do seu lugar e que, via de regra, por razões pessoais, começaram a reunir fontes e registrar o que entendiam ser sua história. Embora carregados de boas intenções, essa escrita não observava os aspectos científicos da escrita historiográfica (Nascimento; Karnopp; Siqueira, 2021, p. 422).

Nesse sentido, os memorialistas nem sempre possuíam/possuem um conhecimento historiográfico, baseando-se em histórias vividas e fatos que marcaram seus conhecidos e a si mesmos, reunindo fontes de acervos de suas famílias e de grupos próximos.

Nesse contexto, defende-se que o estudo da história de uma comunidade deve fazer parte das aulas de história e ser conhecida pelos estudantes, contudo, é necessário que se tenha um material confeccionado por profissionais ligados à área de História, para que a história seja contada de forma a perceber os diversos aspectos desse local. Por isso que, apesar do trabalho dos memorialistas ser de suma importância, em sua grande maioria, não possuem rigor científico visto que não seguem uma linha investigativa construída nas academias.

Percebe-se, então, que os estudos referentes ao patrimônio cultural estão presentes nos currículos do Ensino Fundamental I, contudo, vê-se que muitos currículos ainda carregam uma visão eurocêntrica e cronológica na disciplina de história. Nesse sentido, vê-se uma necessidade de mudança nesses currículos, buscando tornar a aprendizagem de história mais significativa para os estudantes, relacionando eventos históricos com sua própria experiência e contexto. Isso pode ajudar os alunos a se envolverem mais profundamente com o passado e a

compreender como os eventos locais e regionais estão interligados com a história mais ampla do país e do mundo.

Essa abordagem também enfatiza a importância de reconhecer a relevância da história local na formação da identidade cultural e histórica dos alunos, vê-se, nesse sentido, a importância de se utilizar as fontes históricas e fazer um direcionamento dos conteúdos históricos sobre a localidade visando o reconhecimento de elementos referenciais que contribuem na construção das identidades culturais dos alunos, conectando o local ao global e reconhecendo a importância da história local na compreensão de história em um contexto mais amplo.

A história pode ser explorada em qualquer ambiente, desde que os alunos sejam orientados a compreender o que constitui fontes históricas não escritas, como afirma Circe Bittencourt (2008) que:

O importante é saber explorar historicamente qualquer “lugar”, fazer um direcionamento do “olhar” do aluno, levando-o a entender o que são *fontes históricas* não escritas: as construções, os telhados das casas, o planejamento urbano, as plantações, os instrumentos de trabalho, as informações obtidas pela memória oral das pessoas comuns. As marcas do passado são as fontes históricas que se transformam em material de estudo (Bittencourt, 2008, p. 280).

É importante abordar o estudo histórico de qualquer local, enfatizando a necessidade de direcionar o olhar dos alunos para além dos documentos escritos, para fontes que podem ser observadas no ambiente, como construções, arquitetura, paisagens, ferramentas e objetos de trabalho.

As marcas do passado estão em todos os lugares e podem se tornar material de estudo para os historiadores, esses elementos visíveis e tangíveis podem contar histórias valiosas sobre o passado, proporcionando um amplo conhecimento sobre a cultura, a economia, a sociedade e a vida cotidiana em diferentes épocas.

Para que o aluno possa alcançar esse nível de compreensão, é necessária uma análise mais detalhada das metodologias empregadas nas aulas de história. De acordo com Dulce Neves, “tal ação configura no estudo e pesquisa de um local em que o estudante está inserido e se percebe enquanto sujeito histórico” (2022, p. 33).

Ao estudar e pesquisar a história de sua própria comunidade, região ou localidade, o aluno não apenas adquire reconhecimento sobre o passado, mas também desenvolve uma compreensão mais profunda de sua própria identidade e papel na história.

Átila Tolentino (2016) destaca o papel do educador patrimonial na facilitação de um processo coletivo de construção da definição de patrimônio, afirmando que:

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (Tolentino, 2016, p. 44).

Isso ressalta a complexidade do processo e a importância de lidar com divergências de maneira construtiva, implicando em trocas de ideias, experiências e perspectivas entre os membros da comunidade, reconhecendo a diversidade de opiniões e a importância da negociação para chegar a consensos.

O estudo do ensino de história passou por muitas mudanças nos últimos anos, e os novos caminhos são a utilização de micro-temas, o que favorece o ensino e o estudo da história municipal. Nesse sentido, viu-se a necessidade de se trabalhar os temas presentes no cotidiano dos alunos e não somente os grandes temas, como afirma Oria Fernandes (1995):

As novas tendências historiográficas, filiadas à “Nouvelle Histoire”, nas suas vertentes do cotidiano, do imaginário e das mentalidades coletivas, e a História Social inglesa, ao recuperar a experiência social de outros sujeitos históricos até então relegados pela historiografia tradicional, elegeram como objeto de estudo não mais os grandes temas, mas, sobretudo, os micro-temas, tendo como referência a História Local (Fernandes, 1995, p. 46).

O estudo da história da comunidade local, de micro-temas, ao invés da historiografia tradicional e eurocêntrica, está presente no texto de Oria Fernandes (1995), que evidencia as novas tendências para o Ensino de História.

Ao refletir sobre o texto de Oria Fernandes (1955) e suas propostas para um ensino de história mais inclusivo e focado nas comunidades locais, é importante considerar que apesar do avanço de quase três décadas a perspectiva eurocêntrica ainda persiste em muitos currículos e práticas educacionais. Essa continuidade pode ser atribuída a diversos fatores, como a resistência às mudanças nas estruturas educacionais, e também a falta de valorização das narrativas locais. No entanto, a necessidade de revisitar essas propostas se torna ainda mais urgente atualmente devido as demandas por uma educação mais inclusiva e que respeite a diversidade cultural.

Sobre essas iniciativas educativas, afirma-se que “devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem que podem ser construídas coletivamente” (IPHAN, 2014, p. 20).

Nesse sentido, a memória é a base sobre a qual a história é construída, e ao permitir que os alunos explorem o passado por meio de uma variedade de fontes, possibilita o desenvolvimento de habilidades para examinar as transformações que ocorreram na sociedade.

Por isso, é necessário promover a preservação e a valorização do patrimônio cultural, que se constitui de monumentos, tradições, artefatos e práticas culturais significativas para uma sociedade. Para atingir esses objetivos, é necessário criar ações educativas que informem as pessoas sobre a importância desse patrimônio e que incentivem a sua preservação, como analisa o IPHAN (2014):

Outro fator importante para a ampliação das possibilidades de ações educativas de preservação e valorização do Patrimônio Cultural é o estabelecimento e vínculos das políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo o intercâmbio de ferramentas educativas para enriquecer o processo pedagógico a elas inerente (IPHAN, 2014, p. 25).

Observa-se então que as políticas públicas relacionadas ao Patrimônio Cultural devem ser conectadas de maneira estratégica a outras áreas, como cultura, turismo, meio ambiente, saúde, desenvolvimento urbano e educação, portanto essas estratégias de preservação não devem ser tratadas de forma isolada, mas integradas a outras áreas do interesse público.

Quando há essa conexão entre políticas públicas, pode-se observar um enriquecimento no processo de ensino aprendizagem, tornando-o mais eficaz, as ações de preservação do patrimônio cultural acabam por se tornar uma parte integrada do currículo educacional e das estratégias de desenvolvimento, proporcionando uma compreensão mais completa, preservação da memória e uma valorização do patrimônio de um dado local.

O intercâmbio dessas ferramentas e dos esforços em diferentes áreas para promover a preservação e a valorização do patrimônio cultural enriquece a abordagem educativa nessa área, com um estudo mais significativo no estudo da história específica de uma cidade. “Dessa forma, são possíveis a otimização de recursos na

efetivação das políticas públicas e a prática de abordagem mais abrangentes e intersetoriais, compreendendo a realidade como lugar de múltiplas dimensões da vida” (IPHAN, 2014, p. 25).

O uso de recursos locais é uma maneira eficaz de se ensinar história aos alunos, envolvendo as fontes disponíveis na comunidade, tais como os documentos de arquivo, objetos em museus, livros em bibliotecas, monumentos históricos e as histórias transmitidas oralmente por meio da comunidade.

Quando se utiliza fontes locais, os alunos também desenvolvem habilidade de pesquisa, uma vez que aprendem como coletar, analisar e interpretar informações históricas, o que é essencial para a produção do conhecimento histórico.

Para Flávio Silveira e Marcia Bezerra (2007),

É preciso que a participação dos grupos sociais vinculados aos bens por intermédio de práticas sociais e simbólicas cotidianas seja levada em consideração, a fim de que os mesmos reflitam acerca do valor que sua cultura (atual ou ancestral) apresenta para contextos culturais mais amplos, num sentido nacional e transnacional (Silveira; Bezerra, 2007, p. 88).

Portanto, o uso de elementos da região do entorno do aluno no ensino da história não apenas enriquece a aprendizagem, mas também capacita a se envolverem na produção do conhecimento histórico desde cedo, ao mesmo tempo que os sensibiliza para a importância da preservação da memória local.

Para as autoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999), o “patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles” (1999, p. 6). Porém, Átila Tolentino (2016) afirma que “conhecer, por si só, não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais” (2016, p. 45).

Em conjunto, essas citações sugerem que o envolvimento emocional inicial, despertado pela surpresa e curiosidade, pode ser um ponto de partida para o aprendizado sobre o patrimônio cultural. No entanto, a citação de Átila Tolentino (2016) destaca que esse conhecimento precisa ser complementado por ações práticas e estratégias eficazes para garantir a preservação efetiva do patrimônio cultural.

Vale ressaltar que nem todo professor do Ensino Fundamental I possui formação em História, portanto Oria Fernandes (1992/1993) ressalta que:

A Educação Patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões atinentes ao Patrimônio Cultural, que compreende desde a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de disciplinas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do Patrimônio Histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do Patrimônio Cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (Fernandes, 1992/1993, p. 273-274).

Para os professores do ensino fundamental I, que não possuem formação específica, muitas vezes é necessário que os órgãos públicos realizem cursos de aperfeiçoamento no que se refere a educação patrimonial, pois esse resgate e preservação da memória e da identidade local é adquirida com o tempo.

Partindo dessa ideia de capacitação aos professores, para as autoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999):

A **metodologia** da Educação Patrimonial pretende ser um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola. Para alcançar a multiplicação das ideias e conceitos propostos, no campo da educação sobre o patrimônio cultural é importante que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas, nas associações de bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 44).

Destaca-se então a educação patrimonial como um instrumento valioso para o trabalho pedagógico, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, não estando limitada ao espaço tradicional da sala de aula, mas pode ser aplicada em diferentes contextos, não apenas na escola, mas também em comunidades e grupos sociais diversos, ou seja, para diversos públicos.

Entretanto quando aplicada em sala de aula deve-se atentar a capacitação dos professores para atuar em múltiplos ambientes, pois isso irá garantir que as ideias e conceitos sobre o patrimônio cultural sejam transmitidos de forma adequada.

Em suma, as considerações de Circe Bittencourt (2008), Oria Fernandes (1992/1993 e 1995) e das autoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999), destacam a importância da educação patrimonial como um meio eficaz de despertar o interesse dos alunos pelo tema. Em resumo, a educação patrimonial não apenas ensina sobre patrimônio, mas também engaja os alunos, despertando curiosidade e apreço pela cultura e história local.

CAPÍTULO 2 – JAGUARIAÍVA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

Explorar o patrimônio local é essencial para a construção da identidade cultural dos alunos, sendo de suma importância conhecer os motivos que levaram à construção desses locais em sua cidade e entender como são utilizados nos dias atuais por proporcionar uma compreensão mais profunda da história e da cultura local.

Nesse sentido, para auxiliar nos estudos sobre a história local de Jaguariaíva, foram utilizadas as pesquisas realizadas por José Axt (2007) em *Do tropeirismo aos dias atuais*, disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo, os livros *Viagem à Comarca de Curitiba* de Saint-Hilaire escrito em 1820, *Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região* de José Lopes (2002), *Os 100 anos da Comarca de Jaguariaíva: juízes* de Carlos Thon e Orlando Frizanco (2007), *Frigorífico das indústrias reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva*, escrito pela historiadora Angela Brandão (2000), e os dados disponibilizados pela historiadora da cidade de Jaguariaíva, Plicila de Brito. Além disso, foram consultados artigos escritos por Plicila, que estarão no livro em homenagem aos duzentos anos de Jaguariaíva, com previsão de publicação para 2024, através dessas fontes, foi possível delinear a história da cidade ao longo do tempo.

Esse capítulo será dividido em três seções: o primeiro retratará um pouco da história de Jaguariaíva, passando pelo período dos primeiros povoamentos da região, a instalação de uma capela, que marcou o início da vida religiosa católica na área, em seguida, a formação das regiões conhecidas como Cidade Alta e Cidade Baixa, indicando a diferenciação geográfica e social dentro do município. O texto também ressaltará dois marcos importantes no desenvolvimento local, a chegada da ferrovia e a instalação do Frigorífico Matarazzo, a construção da linha férrea possibilitou a integração da cidade com outras regiões e impulsionou a economia local, enquanto o estabelecimento do frigorífico representou um grande empreendimento industrial que contribuiu significativamente para a economia e a vida da comunidade.

A segunda seção abordará sobre a política de patrimônio local a partir do que é citado na Constituição Federal de 1989 sobre a proteção do patrimônio cultural local, do estudo do Plano Diretor Municipal de 2018 correlacionando-o ao de 2008 e as mudanças ocorridas entre eles, como a importância da inserção do IPHAN, com

discussões acerca do Ensino de História a partir da realidade social local por Oria Fernandes (1995) e o fortalecimento da identidade local por Le Goff (1990).

A terceira e última seção abordará um pouco da história de quatro patrimônios edificados da cidade de Jaguariaíva: o Santuário do Bom Jesus da Pedra Fria, a Praça Isabel Branco e Silva, a Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo e o Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo. Cada um desses patrimônios será tratado individualmente, com sua própria subseção dedicada a ele, dentro de cada uma delas, haverá discussões específicas sobre a história, contexto de construção, importância cultural, arquitetônica e social, entre outros aspectos relevantes para cada um deles. Cada patrimônio será fundamentado teoricamente para compreender melhor a importância e o significado desses locais dentro do contexto histórico e cultural de Jaguariaíva.

2.1 HISTÓRIA DE JAGUARIAÍVA

Segundo consta no livro *Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região* “até o final do século XVII os Campos Gerais⁴, estavam despovoados, serviam apenas de passagem aos viajantes que de Curitiba iam a São Paulo” (Lopes, 2002, p. 4). Portanto, essas terras denominadas de Campos Gerais, região situada entre Curitiba e São Paulo, desempenhavam um papel crucial como rota de passagem durante o século XVII, destaca-se aqui a área que viria a se tornar Jaguariaíva, como um dos pontos estratégicos no trajeto. Assim, a história inicial dos Campos Gerais e de Jaguariaíva se entrelaça, marcada pela sua importância como uma via de ligação entre dois importantes polos coloniais, Curitiba e São Paulo, antes de se transformar em áreas de assentamento permanente e desenvolvimento econômico.

A mudança de conjuntura de local despovoado e desabilitado que prevalecia no território teve início em 23 de julho de 1719, quando Maximiliano de Góes e Siqueira recebeu do então tenente da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, uma carta de sesmaria⁵ que lhe concedia um pedaço de chão abrangendo

⁴ É uma área geográfica do estado do Paraná, sua delimitação é determinada por critérios que incluem aspectos vegetais, eventos históricos, culturais e econômicos que conectam os municípios, ela é conhecida por suas amplas planícies, que se destacam pelas vastas extensões de campos e vegetação de cerrado.

⁵ As cartas de Sesmarias eram documentos passados pelas autoridades para doar terras. Nelas os donatários ou governadores de províncias autorizavam ou não as doações. (Diniz, 2005, p. 4).

terras situadas entre os rios Jaguari e Itararé, localizadas próximos ao território do que viria a ser futuramente a cidade de Jaguariaíva.

José Lopes (2002) afirma que nesse mesmo período, outras cartas de sesmarias foram sendo concedidas a moradores da região de São Paulo⁶ entre os rios Jaguaricatu e Jaguariaíva, e que essas pessoas também buscavam uma área de pastagem para a criação dos seus gados, terras essas que originaram as fazendas Boa Vista, Tucunduva, Jaguariahyva, Limoeiro e Cinza.

Próximo a essas terras passavam comitivas de tropeiros, que com o passar do tempo começaram a utilizá-las como ponto de parada para descansar, trocar mercadorias e colocar os animais para beber água e pastar, fazendo com que alguns grupos acabassem se fixando nas proximidades formando pequenas comunidades.

O rio Jaguariaíva era utilizado como uma importante rota de passagem da região de Itararé aos Campos Gerais na época, e várias tropas que viajavam pela região frequentemente pernoitavam nesse local antes de atravessá-lo.

Dessa maneira, assim como outras tantas cidades que foram se edificando⁷, dentro da rota dos tropeiros, Jaguariaíva também se estruturou, pois essas terras serviram de passagem no trajeto do chamado Caminho do Viamão que é uma “importante rota do gado (muar, bovino e cavalar), o Caminho do Viamão estendia-se da foz do Rio da Prata à Feira de Sorocaba e, de lá, às mais recônditas latitudes do Brasil” (Bueno; Barreto; Dias, 2021, p. 8).

Através do mapa 1 é possível verificar a localização geográfica do Caminho Viamão no sul do território brasileiro, Jaguariaíva se formou na localização entre as cidades de Castro e Itararé, neste mapa também é possível observar outras duas rotas tropeiras utilizadas para chegar à feira de Sorocaba em São Paulo, o “Caminho de Palmas” e o “Caminho da Vacaria dos Pinhais”.

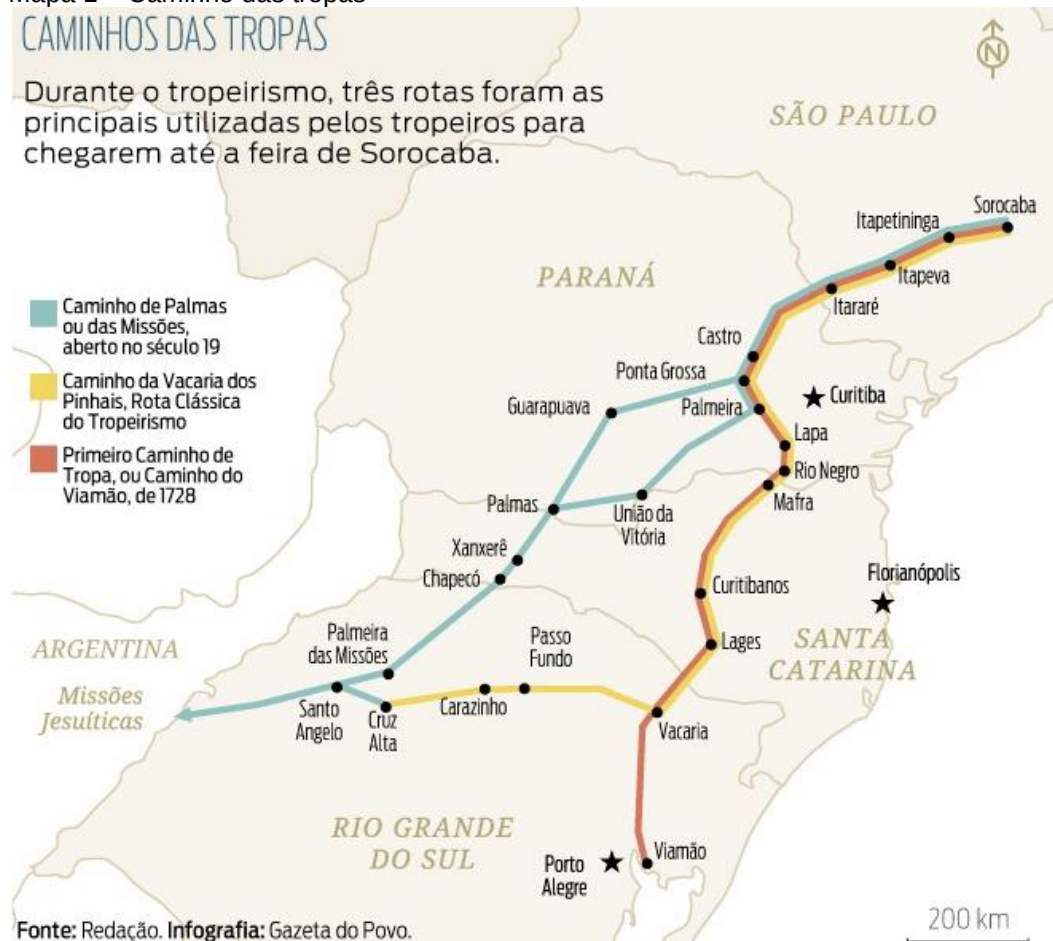
O mapa abaixo está mostrando algumas rotas históricas localizadas no sul do Brasil, formando cidades como Lapa, Ponta Grossa e Castro, a qual abrigaram várias paradas frequentadas por tropeiros que viajavam do Rio Grande do Sul em direção à Sorocaba, “por essa região passava o ‘caminho das tropas’, ligando Viamão, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, em São Paulo” (Lyra; Parchen; Pastina, 2006, p. 231).

⁶ Capitão Bartolomeu Paes de Abreu, fazenda Boa Vista (1704) e Pinheiros (1704). Manuel Gonçalves de Aguiar, Fazenda Tucunduva (1726) e Limoeiro (17??). Manuel Dias da Silva, fazenda Jaguariaíva (1726?).

⁷ Cidades como Campo Tenente, Campo Magro, Carambeí, Mangueirinha, Piraí do Sul e Sengés apresentam influência tropeira. (Ferreira, 2006).

Esse caminho tropeiro foi essencial para o desenvolvimento econômico das regiões envolvidas, pois permitia o comércio e a expansão territorial através do estabelecimento de novos assentamentos ao longo do caminho.

Mapa 1 – Caminho das tropas



Fonte: ANTONELLI, Diego. Legado construído no lombo do cavalo: pesquisadores querem levar à Unesco a proposta de transformar o homem tropeiro em patrimônio cultural da humanidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 dez. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/legado-construido-no-lombo-do-cavalo-47tpgoeb139yfap24ktkwpkcu/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Como nas rotas tropeiras haviam muitos perigos por serem regiões com poucos assentamentos de terra, o governo via como essencial o uso de pólvora e armamento para a proteção das tropas, e na região da Fazenda Jaguarihyva “era o coronel Luciano Carneiro depositário da pólvora e do chumbo que o governo enviava para os Campos Gerais, a fim de que os moradores se pudessem defender de assaltos dos bugres ou índios selvagens⁸” (Saint-Hilaire, 1820, p. 48). O nome do Coronel Luciano

⁸ Essa é uma denominação considerada pejorativa dada pelos colonizadores europeus aos povos originários.

Carneiro Lobo que aparece no texto de Saint-Hilaire é retratado no livro de Lopes (2002) também, ao citar as compras e vendas das terras de Jaguariaíva.

No texto de Lopes (2002) pode-se perceber que as terras da fazenda Jaguariahyva foram sendo passadas de geração a geração aos herdeiros ao longo dos anos até serem vendidas para Luciano Carneiro Lobo, em 24 de outubro de 1795, através de uma escritura lavrada na cidade de São Paulo, sendo este o nome que mais ganha destaque na história de Jaguariaíva.

O nome da cidade de Jaguariaíva surgiu devido ao nome da fazenda mencionada acima, ela recebeu esse nome devido ao rio que passava por essas terras, o rio Jaguariaíva. Através do livro de José Lopes (2002) é possível observar que este rio foi chamado assim devido a uma possível confusão entre dois rios localizados na rota dos tropeiros, ambos chamados de Jaguari, para confirmar esta afirmação, o autor cita o texto de uma carta de sesmaria que solicitava terras entre os rios Jaguari e Itararé e relaciona aos nomes dos rios,

Na carta mencionada acima, em uma das duas citações, o rio Jaguari parecer estar escrito Taquari, e, de fato, há um rio chamado Taquari, antes do Itararé para quem vinha de São Paulo, mas a distância entre os dois, conforme roteiros antigos, era de 8 a 10 léguas, mas pediram 3 léguas, e no pedido da confirmação da sesmaria de Morungava foi anexada essa carta. Talvez os dois rios, Jaguaricatu e o Jaguariaíva, inicialmente fossem conhecidos apenas por Jaguari, que significa rio do jaguar, e, para diferenciá-los foram anexados adjetivos em ambos, um *catu*, que significa *bom* e outro *aíva*, que significa *mau* ou *ruim*, e pode ser explicado porque o rio Jaguaricatu podia ser cruzado a vau quase durante o ano inteiro e o Jaguariaíva só nas estiagens não necessitava de canoas (Lopes, 2002, p. 7).

Devido ao rio Jaguaricatu ficar em torno de 40km de distância do rio Jaguariaíva, essa proximidade pode ter feito gerar uma confusão entre os tropeiros da época ao referir-se a ambos como Jaguari o que fez com que os nomes Jaguaricatu e Jaguariaíva surgissem para diferenciá-los, este último sendo citado no livro de Saint-Hilaire de 1820 e na gravura de Jean-Baptiste Debret de 1827.

Auguste de Saint Hilaire, foi um famoso naturalista francês que viajou para várias regiões do Brasil, ele visitou a fazenda Jaguariaíva em 1820, relatando esta viagem em seu livro *Viagem à Comarca de Curitiba*. Outro nome que passou pelas terras da fazenda Jaguariaíva foi Jean-Baptiste Debret, em 1827, ele foi um pintor, desenhista e professor francês que integrou a Missão Artística Francesa no Brasil, e realizou a primeira pintura da região de Jaguariaíva.

Saint-Hilaire faz menção em seu livro tanto sobre a região de Jaguariaíva, quanto a hospitalidade do Coronel local, mencionando-o mais de uma vez em seus registros, e ao atravessar as terras de Jaguariaíva ele a descreve da seguinte maneira:

Após haver passado a noite à margem do Jaguariaíba, subi a colina bastante íngreme que se eleva ao lado desse rio; penetrei em um bosque inteiramente constituído de pinheiros, atravessei, em seguida, um campo; e cheguei logo depois à fazenda de Jaguariaíba, propriedade do coronel Luciano Carneiro, a quem eu havia sido recomendado por várias pessoas e do qual já tenho dito alguma coisa. Da alta elevação do terreno, onde achava situada a sua casa, descortinava-se um dos mais amplos panoramas até então por mim admirados. O terreno é ondulado e oferece à nossa vista, em tôdas as direções, postos imensos estremeados de alguns bosques de araucárias. Ao longe, alteiam-se vários morros que fazem parte das terras ocupadas pelos índios (Saint-Hilaire, 1964, p. 44).

Essa citação descreve a experiência do autor ao visitar a região de Jaguariaíva destacando a beleza da paisagem local, essa descrição transmite uma sensação de admiração pela beleza natural da região e pela grandiosidade da propriedade do coronel Luciano Carneiro.

Também há uma menção à Jaguariaíva no livro de Prado, publicado em 1973, explicando que em uma das quarenta aquarelas de Jean-Baptiste Debret existe uma referência à cidade de Jaguariaíva – Porto de Javuaiaíva:

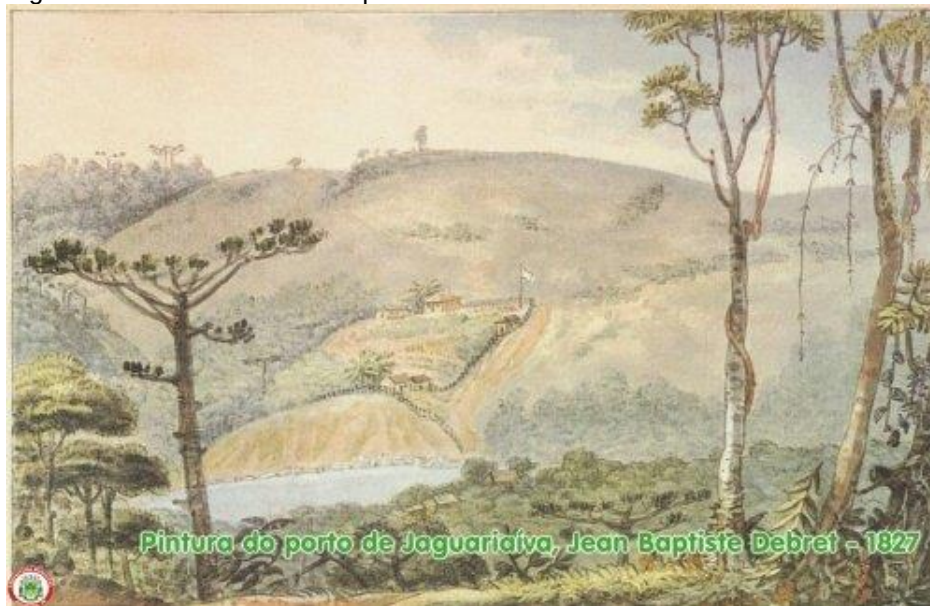
Porto de Jaguariaíva era nome pelo qual os viajantes antigos conheciam pequeno grupo de casebres situados dos dois lados do rio desse nome [...]. Pouco depois da visita de Debret (15-9-1828) foi criada a freguesia de Jaguariaíva, iniciativa cuja execução foi postergada até meados do século em consequência de sérias divergências surgidas entre elementos da família do coronel Luciano Carneiro, que mandara erigir a primeira capela sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria. Nas proximidades do local fixado pelo artista situa-se, hoje, a cidade de Jaguariaíva, sede do município desde 1875 (Prado, 1973, p. 91).

Apesar de a citação anterior afirmar que Jaguariaíva se tornou freguesia após a visita de Debret, a elevação de Jaguariaíva como Freguesia ocorreu no dia 15 de setembro do ano de 1823, através do Alvará Imperial de Dom Pedro I, é através desta data que se comemora o aniversário da cidade atualmente.

Ainda sobre o livro *Jean-Baptiste Debret* de João Fernando Prado (1973), é possível examinar também a primeira representação do Porto de Jaguariaíva, em aquarela elaborada por Jean-Baptiste Debret, no entanto, no livro, essa imagem está

em escala de cinza. Através da figura 1 é possível observar essa aquarela elaborada no ano de 1827 que está presente no site da Prefeitura Municipal de Jaguaraiáva:

Figura 1 – Pintura de Jean-Baptiste Debret



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Jaguaraiáva (2022)

A partir dos dados do livro *Os 100 anos de Comarca de Jaguaraiáva*: juízes dos autores João Thon e Orlando Frizanco (2007), “em 1842, com a morte do Coronel Luciano Carneiro Lobo, a viúva Dona Isabel Branco fica com parte das terras da fazenda Jaguaraiáva. Em 1856, Dona Isabel Branco oficializa a doação do terreno para o Senhor Bom Jesus da Pedra Fria” (2007, p. 15). Isso sugere um vínculo entre a propriedade da terra e o desenvolvimento de estruturas religiosas católicas na região, indicando a influência da família Carneiro Lobo na história local, porém pôde-se perceber, através da pesquisa, que desde o ano de 1797 o Coronel Luciano Carneiro Lobo tentava erigir a capela em questão, o que na verdade só passa a ser construída em 1869, anos após o falecimento do Coronel Luciano e de Dona Isabel.

Ainda segundo o livro de Carlos Thon e Orlando Frizanco (2007), Jaguaraiáva foi elevada à categoria de Villa em 24 de abril de 1875, e sua comarca foi criada anos depois, porém embora tenha ocorrido essa criação a “Lei 717, de 09/12/1882 foi publicada e retira a condição de Comarca” (2007, p. 18). Não há dados que relatem o motivo que levou ao fato da revogação da comarca na época em questão, onde somente em 1907, através da Lei nº 674 de 19 de março a Comarca de Jaguaraiáva foi restaurada.

Outro evento de suma importância para a história da cidade foi a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e José Axt (2007) retrata que entre os anos de 1900 e 1908, foi finalizada a parte paranaense da construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande do Sul, uma conexão vital com o extremo sul do país, que passa por Jaguariaíva.

Essa construção era uma resposta à necessidade de integração e desenvolvimento econômico do Brasil, especialmente nas regiões sul e sudeste do país, isso é explicado por Lando Kroetz (1985) ao afirmar que:

Para atender o escoamento dos produtos que estavam sendo dirigidos principalmente para o mercado externo, as Companhias das estradas de ferro surgiram na seguinte ordem cronológica: [...] a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, objetivando a interligação entre o sul e o sudeste brasileiro, como medida de Segurança Nacional e pretendendo facilitar o escoamento da madeira e de produtos agro-pastoris (1905) (Kroetz, 1985, p. 43).

A construção da ferrovia representava uma grande conquista para a época, pois permitia o escoamento mais rápido e eficaz da produção agrícola, pecuária e madeireira das regiões envolvidas, como no caso de Jaguariaíva, além disso, a conexão ferroviária poderia facilitar o acesso a mercados externos, ampliando as oportunidades comerciais e impulsionando a economia local e nacional.

Segundo a historiadora Plicila de Brito (2024), a operação desta linha ferroviária entre Piraí do Sul e Jaguariaíva teve início em 19 de outubro de 1905, com sua inauguração oficial ocorrendo em 1º de abril de 1909. Neste interim, segundo os dados do site da Prefeitura de Jaguariaíva, a Comarca de Jaguariaíva foi elevada à condição de cidade em 5 de maio de 1908, através da Lei Estadual nº 811 em 5 de maio, a região então foi oficialmente reconhecida como uma cidade, deixando de ser uma vila ou outra categoria administrativa inferior, esse processo geralmente ocorre quando uma localidade atinge um certo nível de desenvolvimento econômico, social e populacional.

Refletindo sobre a questão do desenvolvimento da região, também era necessário pensar na parte educacional de Jaguariaíva, para tanto, Cyro Lyra, Rosina Parchen e José La Pastina (2006), citam que no dia 26 de abril de 1910, um ano após a inauguração do entroncamento ferroviário, foi firmado um contrato para realizar a construção de um grupo escolar em Jaguariaíva, na região da Cidade Alta. A inauguração ocorreu no ano de 1911 e pelo decreto nº 324 de 12 de abril de 1912, o

governo prestou uma homenagem à memória de Dona Isabel Branco e Silva, atribuindo o seu nome a esse grupo escolar, essa medida reconheceu e destacou a importância e contribuição de Dona Isabel para a comunidade educacional da região.

Ainda segundo os autores o grupo escolar, ao longo de sua história, abrigou outras atividades de forma não concomitante, como banco de sangue, escola profissionalizante até mesmo a instalação da APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcionais), e nos últimos anos ela passou por um processo de revitalização e deixou de funcionar como escola, hoje está servindo como a sede da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente (SETMA).

Essa diversificação de funções demonstra a adaptabilidade do espaço às necessidades da comunidade ao longo do tempo, e ao abrigar a sede da SETMA destaca-se a importância de preservar e reutilizar prédios históricos para novos fins que beneficiem a comunidade local.

No mesmo ano da inauguração do Grupo Escolar Isabel Branco uma extensão da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foi construída em 1911, chamada Ramal do Paranapanema, “com a finalidade de unir a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande à Estrada de Ferro Sorocaba, em Ourinhos, atravessando o Norte Pioneiro, partindo de Jaguariaíva até Ourinhos” (Kroetz, 1985, p. 43).

O objetivo era unir as duas estradas de ferro, criando uma rota estratégica que facilitaria o transporte de mercadorias e passageiros entre as regiões, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento econômico e social das áreas por onde passava, em Jaguariaíva estimulou o desenvolvimento da região onde ficou conhecida como “Cidade Baixa”.

Existe uma divisão no município de Jaguariaíva que são chamadas de “Cidade Alta” e “Cidade Baixa”, elas são áreas distintas na cidade que acabaram sendo diferenciadas pela relativa diferença de altitude entre elas, onde o Rio Capivari as divide fisicamente, tornando a ponte uma área de conexão entre elas.

O principal centro socioeconômico e comercial de Jaguariaíva era na região da Cidade Alta, e por isso era necessário a construção de um edifício para abrigar a sede da prefeitura local, Cyro Lyra, Rosina Parchen e José La Pastina (2006) citam que a construção que abrigou a primeira sede da prefeitura de Jaguariaíva foi edificada em 1918, situada em um terreno de esquina, localizada a duas quadras de distância da Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria, esse edifício, que recebe atualmente a

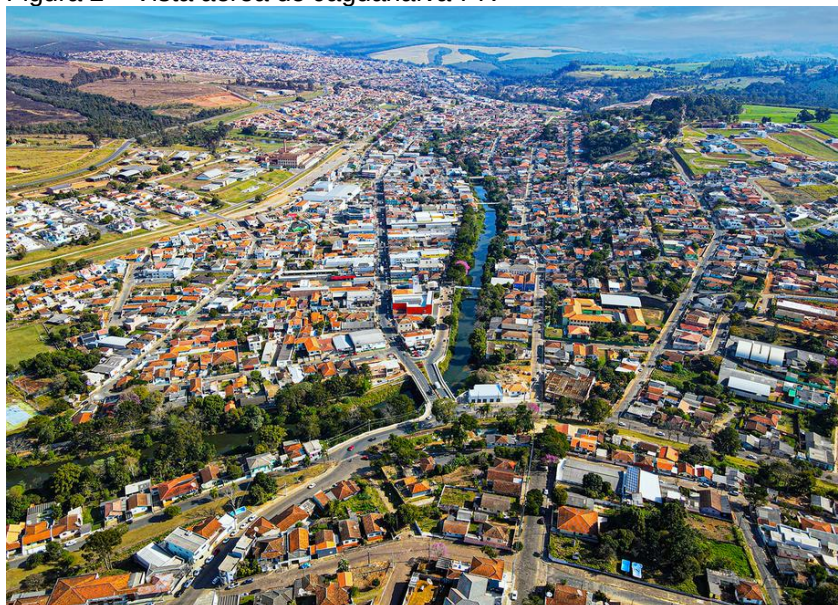
denominação de Casa da Cultura Prof. Dr. João Batista da Cruz, passou por um processo de tombamento estadual, sob o processo nº 02/92, inscrição nº 117, do Livro do Tombo Histórico na data de 20 de outubro de 1992.

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, o prédio estava deteriorado até 2009, por isso passou por um processo de restauração, com intervenções ligadas a estrutura de cobertura, forro, piso, a escada de madeira, entre outros. Sua restauração foi entregue no ano de 2020 utilizando recursos provenientes da cidade e também do governo federal, com o intuito de ser a sede do Departamento Municipal de cultura, sendo uma área para eventos sociais e exposições culturais.

Ao revitalizar o edifício e transformá-lo em um espaço para atividades culturais e eventos sociais, a administração municipal reconheceu a relevância desse patrimônio para a identidade local, além disso, ao tornar o local acessível ao público, cria-se uma oportunidade para que moradores e visitantes possam conhecer e apreciar a história e a cultura da região.

Na fotografia da figura 2 é possível observar uma imagem atual da cidade de Jaguariaíva, datada do ano de 2022, em vista aérea, nela é possível observar o rio Capivari, que corta a cidade, dividindo-a em Cidade Alta e Cidade Baixa (centro):

Figura 2 – Vista aérea de Jaguariaíva-PR



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Jaguariaíva (2022)

É possível perceber que até a década de 1920 “a economia de Jaguariaíva estava voltada sobretudo para a pecuária, restringindo-se a vida à chamada ‘cidade

alta” (Brandão, 2000, p. 55). A região da “Cidade Alta” foi a primeira a se desenvolver em Jaguariaíva, mas ainda voltada ao setor pecuário como base da economia local, portanto as estruturas administrativas, comerciais e residenciais começaram ali, essa é a área onde ficavam as terras doadas por Dona Isabel Branco e Silva, onde em parte dela foi construída a capela do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

A “Cidade Baixa” demorou um pouco mais para se desenvolver em relação a “Cidade Alta”, pois “além da estação de trem e de poucas casas, era praticamente desabitada” (Brandão, 2000, p. 55). Houve então uma divisão geográfica e socioeconômica na cidade, com diferentes áreas servindo a diferentes propósitos e abrigando diferentes segmentos da população, sendo assim a cidade passou a ter dois polos comerciais.

Uma das estruturas fundamentais nesse contexto é a estação ferroviária, que desempenhou um papel crucial na conectividade e no desenvolvimento da região, e após a instalação do Frigorífico Matarazzo, era necessário construir um novo prédio para esta estação ferroviária, que desde 1905 abrigava uma estação em madeira. Eliane Netrebka Ramos (2018) relata em seu texto que o atual prédio da estação em alvenaria foi erguido em 1935 e, “em 2000, através do Processo nº 004/98, inscrição nº 134, foi tombado como patrimônio histórico e cultural do estado do Paraná” (2018, p. 168).

Esse novo edifício não apenas atendia às demandas funcionais da estação, mas também contribuía para a configuração e identidade urbana de Jaguariaíva, o reconhecimento do valor histórico e cultural da estação ferroviária foi destacado quando o prédio foi tombado como patrimônio cultural, esse ato ressalta a importância da estação não apenas como uma infraestrutura de transporte, mas também como um símbolo da história e da identidade da cidade.

A manutenção da estação é um testemunho da importância contínua do transporte ferroviário na vida da comunidade e, preservando sua herança histórica e cultural, e o que ao contrário de muitas cidades, onde as antigas estações ferroviárias foram abandonadas ou demolidas, como afirma Eliane Netrebka Ramos (2018) sobre Arapoti e Wenceslau Braz, “a estação ferroviária de Jaguariaíva mantém-se imponente na configuração urbana dessa cidade” (2018, p. 168). A respeito da estação ferroviária, serão fornecidas mais informações na subseção 2.2.3 do capítulo 2 deste trabalho dissertativo.

Além da instalação da linha férrea que fez com que houvesse uma movimentação econômica na área da Cidade Baixa, outro empreendimento foi a instalação do Frigorífico Matarazzo, um dos empreendimentos do Conde Francisco Matarazzo, o desenvolvimento da cidade foi impulsionado com a chegada dessa indústria que trouxe investimentos e oportunidades de emprego para a região “a economia da cidade de Jaguariaíva, que foi e segue liderada por indústrias, tem seu desenho urbano marcado pelo edifício Matarazzo, que hoje exerce funções limitadas nas atividades da comunidade” (Correia, 2015, p. 17).

Portanto, no ano de 1919, segundo a afirmação de Plicila de Brito (2024), o poder público jaguariaivense reconheceu os benefícios potenciais que a instalação de uma grande indústria traria para a cidade, e em decorrência disso, o governo concordou em conceder benefícios à empresa por um período de dez anos, fechado o acordo as obras para a instalação do frigorífico começaram no início de 1920.

A decisão de oferecer benefícios para atrair uma indústria para a cidade evidencia a visão estratégica para o desenvolvimento econômico local, essa medida mostra o reconhecimento da importância de investimentos industriais para impulsionar a economia da cidade e gerar empregos.

O Frigorífico Matarazzo desempenhou um papel central na economia local, tornando-se referência no desenho urbano da cidade, seu edifício se destaca na paisagem, simbolizando o progresso industrial e o dinamismo econômico de Jaguariaíva, como afirma Beatriz Correia (2015):

Matarazzo é hoje um complexo arquitetônico importante na cidade de Jaguariaíva PR, e sua inserção urbana, que abriga um conjunto de edificações históricas, define traçados urbanísticos e acolhe bens materiais e imateriais, parte de um contexto hoje pouco valorizado dentro das potencialidades pensadas nesta tese (Correia, 2015, p. 44).

A autora menciona que o local abriga não apenas bens materiais, como prédios e estruturas físicas, mas também bens imateriais, como histórias, tradições e memórias que fazem parte da identidade cultural da comunidade.

De acordo com as informações apresentadas pela historiadora Plicila de Brito (2024), o frigorífico Matarazzo esteve em operação até o ano de 1964, no entanto, os registros documentais referentes a esse período são limitados, sendo que restam apenas algumas fotografias, reportagens e relatos de alguns trabalhadores daquela

época. No que concerne à história da Frigorífico Matarazzo, serão expostas mais informações na subseção 2.2.4 do segundo capítulo desta dissertação.

Segundo os dados da Prefeitura de Jaguariaíva, no ano de 1933 a cidade passa a ser constituída como um distrito sede⁹, assumindo um papel crucial na estrutura administrativa e socioeconômica do município se tornando a área principal da cidade onde se encontram as instituições administrativas, comerciais e culturais, na época o município era constituído de quatro distritos, que envolviam Jaguariaíva, Água Branca, Cachoeirinha e São José de Paranapanema¹⁰, e a partir do ano de 1979 o município passou a ser constituído de apenas dois distritos, Jaguariaíva e Eduardo Xavier da Silva.

Como o principal centro urbano, na área central ou distrito sede se encontram os órgãos governamentais, como a prefeitura e a câmara municipal, além de empresas, comércios, escolas, hospitais e espaços culturais, essa concentração de recursos e serviços essenciais faz com que o distrito sede seja o ponto de referência e oportunidades.

Atualmente, com base no estudo realizado pelo IBGE, no ano de 2010, Jaguariaíva é uma cidade do Estado do Paraná presente na região dos Campos Gerais, tem a população estimada em trinta e cinco mil e cento e quarenta e um habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 24,18 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando uma área de 1.453,066 Km² no estado do Paraná, está fazendo divisa territorial com os municípios de São José da Boa Vista, Arapoti, Piraí do Sul, Doutor Ulysses e Sengés.

2.2 POLÍTICA DE PATRIMÔNIO LOCAL

Quando se aborda a política de patrimônio local, torna-se necessário discutir as leis que regem o município em relação a sua gestão do desenvolvimento urbano e territorial. Nesse contexto, destaca-se o Plano Diretor Municipal (PDM), um instrumento fundamental de política urbana e territorial, que por meio de diretrizes,

⁹ Os distritos são divisões internas de um município, que podem incluir áreas urbanas ou rurais.

¹⁰ O distrito de Água Branca mudou de nome algumas vezes, primeiramente para Jaguaricatu, depois Bertagnoli e atualmente é Eduardo Xavier da Silva. O distrito de Cachoeirinha passou a ser chamado de Arapoti, hoje se encontra como distrito sede, desligado de Jaguariaíva. O distrito de São José do Paranapanema teve seu nome modificado para São José e atualmente é Calógeras, fazendo parte do distrito de Arapoti.

objetivos, normas e instrumentos específicos, estabelece as bases para o uso e ocupação do solo, que visa garantir um crescimento sustentável, equilibrado e compatível com as necessidades da população e do meio ambiente.

O PDM é elaborado com a participação da sociedade, sendo de responsabilidade do poder público municipal e deve ser revisado periodicamente para acompanhar as mudanças sociais, econômicas, ambientais, culturais e históricos do município. O atual Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva, instituído pela Lei nº 2.758 de 2018, está fundamentado na Constituição Federal, no Estatuto da cidade e na Constituição do Estado do Paraná.

Antes da instituição da Lei nº 2.758 de 2018, vigorava a Lei nº 1820 de 29 de dezembro de 2008, a qual também abordava o Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva, algumas modificações foram realizadas de um plano para o outro, em vista dos dez anos de distanciamento entre eles, visando adequá-lo às novas diretrizes estaduais e federais, um exemplo disso é a inclusão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde no ponto VI do PDM, do seu artigo 40º, cita que Jaguariaíva deve “obedecer as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou outro órgão que venha a substituí-lo, em relação aos sítios arqueológicos e paleontológicos”.

Durante a sua trajetória, o IPHAN tem desempenhado uma tarefa significativa de conservação e investigação, que colabora para o desenvolvimento de uma compreensão mais abrangente do legado cultural brasileiro. Como essa autarquia não foi mencionada no texto de 2008 do PDM de Jaguariaíva, é extremamente significativa essa inclusão em 2018, visto que o IPHAN é o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Isso sugere uma preocupação em fortalecer a proteção do patrimônio cultural da região, alinhando o Plano Diretor Municipal às políticas nacionais de preservação do patrimônio. Essa explicação contextualiza a importância das mudanças legislativas para refletir as demandas e as prioridades atuais da comunidade e do país em relação ao desenvolvimento urbano e à preservação do patrimônio da cidade.

No que concerne ao patrimônio cultural da cidade, é possível analisar que no Capítulo II do atual PDM de Jaguariaíva, apresenta os princípios e objetivos gerais da política do desenvolvimento municipal, e em um dos seus objetivos do Art. 7º, visa garantir o “III – equilíbrio e a qualidade do ambiente natural, por meio da preservação

dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico”.

Essa disposição no Plano Diretor reflete o compromisso da administração municipal com a conservação e valorização do patrimônio local, reconhecendo sua importância para a identidade, qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade de Jaguariaíva.

Apesar deste compromisso o governo municipal em preservar o patrimônio cultural da cidade, é possível perceber a ausência de aspectos relacionados à preservação ambiental do patrimônio cultural no âmbito educacional da cidade no Plano Diretor do Município de Jaguariaíva de 2018. Apesar desta lei trazer informações sobre a educação, elas estão relacionadas ao acesso à escola em si, ao ensino de qualidade, sobre a erradicação do analfabetismo, garantir a permanência na escola, e questões relacionadas a preservação e a educação ambiental, mas as diretrizes não estão relacionadas à preservação do patrimônio cultural da cidade.

Ou seja, há menções sobre à educação, abordando aspectos importantes relacionados a ela, como políticas para melhorar o sistema educacional e garantir oportunidades educacionais para todos, mas não parece haver uma ênfase específica na preservação do patrimônio cultural da cidade. A ausência de diretrizes relacionadas à preservação do patrimônio cultural indica uma possível lacuna na integração entre o planejamento educacional e planejamento urbano-cultural do município.

Percebe-se, então, que no município de Jaguariaíva existe uma preocupação dos órgãos públicos em preservar os patrimônios culturais locais, que mesmo não estando relacionados à educação no PDM, isso contribui para a efetivação de um ensino sobre a história local/regional baseada nos bens culturais preservados, isso pode ser verificado devido às restaurações e revitalizações realizadas nos patrimônios locais, bem como a preocupação com o acervo documental do município no Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.

Ao contextualizar os conteúdos históricos com eventos e personagens que ocorreram no ambiente próximo dos alunos, o ensino se torna mais significativo e relevante para eles “o ensino da História, a partir da realidade social do local (bairro, comunidade, município, estado ou região), permitiria atingir algumas metas que consideramos fundamentais para a construção da identidade e formação da cidadania de nossos alunos [...]” (Fernandes, 1995, p. 46). O autor ressalta que ao ancorar o

ensino de História na realidade próxima dos alunos é possível promover uma aprendizagem mais significativa e relevante, o que contribui para a construção da identidade local dos estudantes.

Sendo assim, o ensino de história não apenas enriquece o conhecimento histórico dos alunos, mas também contribui para a sua formação como cidadãos críticos e participativos, conscientes do papel que desempenham na sociedade em que vivem, isso possibilita uma compreensão mais profunda e vívida dos aspectos históricos, estimulando o senso de pertencimento à comunidade e regatando memórias.

Essa é uma abordagem pedagógica que destaca a importância da história local na formação da identidade e da cidadania que pode ser alinhada com o texto do Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva (2018), que na Seção I, do macrozoneamento municipal, através do Art. 40, apresenta diretrizes:

- I – preservar os bens naturais de importância ambiental e arqueológica e paleontológica; [...];
- III – melhorar a infraestrutura dos espaços para receber os turistas;
- IV – fomentar a visitação nos locais;
- VI – obedecer as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou outro órgão que venha a substituí-lo, em relação aos sítios arqueológicos e paleontológicos (Jaguariaíva, 2018).

A preservação dos bens naturais, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos, é fundamental para conservação da biodiversidade local e proteger o patrimônio cultural da cidade, ao mesmo tempo, a melhoria da infraestrutura turística contribui para criar condições adequadas para receber os visitantes, proporcionando uma experiência positiva e incentivando o turismo na região.

Essas diretrizes refletem o compromisso do município de Jaguariaíva com a conservação do seu patrimônio natural e cultural, reconhecendo a importância desses recursos para a identidade e qualidade de vida da comunidade, bem como para a promoção do turismo e desenvolvimento sustentável.

Por fim, a obrigatoriedade de obedecer às diretrizes do IPHAN em relação aos sítios arqueológicos e paleontológicos demonstra o compromisso do município com a preservação do seu patrimônio cultural, além do respeito às legislações e normativas vigentes. A menção ao IPHAN no Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva sugere que o município reconhece a importância da cooperação com essa autarquia para a preservação e gestão do patrimônio cultural local, isso pode envolver a elaboração de

inventários de bens culturais, a realização de estudos de impacto ambiental e cultural, a promoção de ações de educação patrimonial e a busca de recursos para a conservação e restauração de bens históricos e culturais.

Portanto, reconhece-se a importância da atuação conjunta com órgãos federais, como o IPHAN, especializados nessa área, pode contribuir para a promoção do turismo local, o fortalecimento da identidade local e o desenvolvimento sustentável do município, observa-se então a importância que se deve dar às interrelações das políticas públicas com as áreas de cultura, educação, meio ambiente, turismo, etc.

Nesse contexto, as políticas educativas desempenham um papel crucial ao se afastarem de abordagens antiquadas centradas em acervos museológicos e construções isoladas, como cita o IPHAN (2014):

As políticas educativas foram se afastando de ações centradas em acervos museológicos e restritas a construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educacionais. Seus efeitos se potencializam quando conseguem interligar os espaços tradicionais de aprendizagem a equipamentos públicos, como centros comunitários e bibliotecas públicas, praças e parques, teatros e cinemas (IPHAN, 2014, p. 24).

Essa citação aborda uma mudança nas políticas educativas, especialmente no contexto da preservação do patrimônio cultural, no uso de acervos museológicos e espaços culturais na educação, anteriormente, as ações educativas de escolas, ONGs e associações estavam mais focadas em museus e construções isoladas, onde os alunos eram expostos passivamente aos objetos e informações ali presentes, limitando-se a abordagens museológicas tradicionais.

No entanto, houve uma evolução no entendimento dos espaços territoriais como fontes de aprendizagem dinâmicas e multifacetadas, que é resultado de uma série de contribuições de educadores, pesquisadores, profissionais da área da cultura e gestores educacionais ao longo do tempo, não sendo possível atribuir essa mudança a uma única pessoa ou grupo específico, pois ela foi gradual e envolveu diversos atores e movimentos na área da educação e da cultura.

Essa evolução na compreensão dos espaços territoriais como recursos de aprendizagem mais dinâmico, busca conectar os espaços tradicionais de aprendizagem, como museus e centros históricos, com outros equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, teatros e cinemas. Essa interligação visa enriquecer a experiência educativa dos estudantes e promover uma

compreensão mais holística e contextualizada do patrimônio cultural e histórico de uma região.

Esses territórios como espaços educativos passíveis de aprendizagem podem ser observados no município de Jaguariaíva, tanto na formação de museus, como também nas praças, escolas e igrejas, corroborando com a proposta do IPHAN (2014), que afirma que os efeitos se potencializam ao interligar os espaços tradicionais de aprendizagem aos equipamentos públicos, que “tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas a práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários” (IPHAN, 2014, p. 24).

A ideia é que esses locais não apenas sirvam como pontos de visitas ou contemplação, mas também como espaços de aprendizagem ativa, nos quais as pessoas podem se envolver em experiências educativas diversas, isso implica uma abordagem integrada da educação, na qual os aspectos culturais, históricos e identitários de uma comunidade são incorporados às práticas educativas.

Percebe-se então nas diretrizes da Seção II, das políticas de desenvolvimento social, do Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva (2018), em seu Art. 24, que:

- XIII – garantir o acesso e o incentivo à Cultura através do Departamento Municipal de Cultura, da valorização do Patrimônio Histórico; do incremento da Biblioteca Municipal e das atividades culturais; [...];
- XVII – estimular o uso dos espaços e equipamentos públicos para manifestações culturais; [...];
- XIX – ampliar projetos de resgate histórico e cultural;
- XX – diversificar as atividades culturais; [...];
- XXIV – adequar a uma política de incentivo à preservação do patrimônio histórico como apoio à atividade de turismo;
- XXV – desenvolver projetos de utilização e otimização dos edifícios públicos históricos (Jaguariaíva, 2018).

Essas diretrizes demonstram o compromisso do município de Jaguariaíva com a promoção da cultura, preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, visando melhorar a qualidade de vida da população e promover o turismo na região. Ou seja, o governo municipal prevê em seu Plano Diretor que é necessário garantir acesso e incentivo à cultura, conforme mencionado pelo IPHAN (2014), essa autarquia ressalta sobre a importância da interligação entre órgãos para efetivar a construção da identidade dos munícipes através de uma educação patrimonial.

A função primordial das instituições públicas, segundo o IPHAN (2014), é “mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre pautado pelo respeito à diversidade sociocultural” (IPHAN, 2014, p. 23). Destaca-se então, o compromisso das instituições públicas em promover uma gestão participativa e democrática do patrimônio cultural, garantindo a sua preservação e valorização de acordo com os princípios de diversidade e respeito às comunidades locais.

A relação entre a história local e o patrimônio cultural é fundamental para o reconhecimento de uma identidade cultural, pois, como afirma Le Goff “a ausência de um passado conhecido e reconhecido, à míngua de um passado, pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade e identidade coletivas” (1990, p. 204).

Essa citação de Le Goff ressalta que a falta de um passado conhecido e reconhecido pode acarretar problemas significativos de mentalidade e identidade para um grupo ou uma sociedade, isso significa que a ausência de uma conexão com o passado pode levar a uma sensação de desconexão, perda de referências culturais e até mesmo conflitos identitários.

Portanto, o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural local são essenciais para fortalecer a identidade cultural de uma comunidade, fornecendo uma base sólida para a compreensão e sua história, tradições e valores, contribuindo assim para o senso de pertencimento dentro da comunidade.

Uma das formas de se trabalhar as identidades locais dos estudantes é através dos temas locais abordados em sala de aula sobre patrimônio cultural, esses temas estão dispostos nos currículos escolares no Ensino Fundamental I.

Esse estudo sobre o patrimônio cultural local acaba por chamar a atenção, representando a identidade basicamente inserida num determinado recorte territorial, que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 30, compete ao município, “IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” e no art. 242 cita que “§ 1º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (Brasil, 1988).

Segundo o que trata esse artigo da Constituição Federal, a atribuição conferida aos municípios pela Constituição Federal para a proteção do patrimônio cultural local reflete a importância da preservação da diversidade cultural e histórica do Brasil. As

autoridades municipais têm a responsabilidade de garantir que os bens culturais, sob sua jurisdição, sejam preservados e promovidos de acordo com a legislação vigente, em cooperação com as esferas federal e estadual. Ao fazer isso, contribuem não apenas para a valorização da identidade local, mas também para o fortalecimento da identidade nacional, reconhecendo e celebrando as diversas contribuições culturais e étnicas que moldaram a história do país.

A proteção dos patrimônios edificados de Jaguariaíva se insere nesse contexto mais amplo de preservação cultural prevista pela Constituição Federal, que atribui aos municípios a responsabilidade de salvaguardar e promover seus bens culturais, portanto, cabe aqui falar um pouco sobre os patrimônios edificados de Jaguariaíva.

2.3 LOCAIS PATRIMONIAIS EDIFICADOS DE JAGUARIAÍVA

2.3.1 Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria

A religiosidade é uma parte intrínseca da vida diária de muitas pessoas, influenciando suas crenças, valores e comportamentos, ela não está restrita a cerimônias formais ou ocasiões especiais, mas permeia todas as esferas da existência humana, “o indivíduo religioso confere a determinados espaços, marcas e símbolos com os quais se identifica e se reconhece pertencer a um grupo” (Lara, 2017, p. 73). Essas marcas e símbolos são importantes para a sua fé, onde esses elementos simbólicos não apenas representam sua conexão com o divino, mas também seu pertencimento a uma comunidade de crentes que compartilham das mesmas crenças e práticas religiosas.

Segundo Camila Lara (2017), ao longo da história a religiosidade tem sido uma presença constante na vida cotidiana, manifestando-se através das crenças e superstições individuais, que buscam compreender e dar sentido ao mundo ao seu redor, além de encontrar uma identidade e pertencimento dentro de sua comunidade religiosa.

A influência do patrimônio cultural religioso católico do Brasil data da colonização portuguesa, o legado deixado pelos colonizadores portugueses no Brasil, incluiu além dos costumes, aspectos culturais, sociais e econômicos, “impôs seu domínio através dos símbolos e práticas religiosas” (Lara, 2017, p. 57). Isso se

manifestou através de práticas e valores religiosos católicos, que foram integrados à estrutura social e cultural da sociedade brasileira.

A disseminação do catolicismo através da construção de igrejas, realização de rituais e celebrações, além da imposição de festividades religiosas, contribuiu para a consolidação do poder e da influência portuguesa sobre a população brasileira.

Mesmo a disposição espacial das igrejas católicas nas cidades e sua relação com o planejamento urbano remonta ao processo de colonização, fato este citado por Camila Lara (2017):

Ao observarmos a disposição espacial da maioria das igrejas católicas dentro do planejamento urbano, verifica-se um padrão que, muitas vezes se repete e que remonta o processo de colonização e o modelo de cidades. A principal igreja católica (Matriz ou Catedral) geralmente está no centro das cidades, onde há também uma praça à sua frente, ladeada por centros de poder público e econômico como agências bancárias, cartórios, fóruns, comércio de produtos e serviços, dentre outros. Ou seja, esses espaços ditos privilegiados na *ordem urbana* detêm variados valores simbólicos para os grupos sociais que os utilizam, dentre os quais está logicamente, o sagrado, identificado, sobretudo pela simbologia da imaterialidade religiosa detentora de significados (Lara, 2017, p. 59).

O texto observa que a maioria das igrejas católicas segue um padrão na disposição dentro do planejamento urbano como heranças do período colonial, esse padrão incluía a presença marcante da igreja no centro da cidade e uma praça em frente a ela, bem como os centros comerciais que ladeavam essa região, “e é justamente nesse espaço central, que também é um importante lugar de memória, que a igreja se tornará, décadas depois, uma das expressões culturais presentes na memória materializada da comunidade” (Lara, 2017, p. 72).

A autora Camila Lara (2017) ressalva que, situada no espaço central da cidade, a igreja não apenas desempenha um papel religioso, mas também se torna um símbolo cultural e histórico da comunidade, sua presença física na paisagem urbana, juntamente com a importância religiosa e social, contribui para a construção da identidade coletiva e para a preservação da memória histórica da comunidade ao longo das décadas.

É nesse local que os primeiros habitantes de ascendência europeia se estabeleceram, onde ocorreram as primeiras celebrações cívicas e religiosas desses grupos, práticas fundamentais para a vida dessa comunidade, além disso é onde se encontram as primeiras residências, estabelecimentos comerciais e as primeiras

instituições políticas. Com a formação da cidade de Jaguariaíva não foi muito diferente, porém vale ressaltar nesse ponto que os primeiros povos da região foram as comunidades indígenas, mas elas foram silenciadas ao longo da história da região, os povos originários foram caçados, escravizados e aculturados pelas comunidades que se estabeleceram nesse local.

Os dados recentes realizadas por pesquisa da historiadora de Jaguariaíva, Plicila de Brito (2024), relata que o Coronel Luciano Carneiro Lobo comprou as terras da fazenda Jaguariaíva em 1795, e após dois anos há um documento datado de 1797, onde o Coronel juntamente com a sua primeira esposa, Dona Francisca Buena de Sá, fazem um pedido de ereção de uma capela nas terras de Jaguariaíva¹¹:

R. ao Rd. Dr. Arcediago N.
Provor., N. G. Palácio Episcopal
De S. Paulo 22 de Jarº de 1797.

Dizem o Sargto. mor Luciano Carneiro Lobo, e sua mer. D. Francisca Buena de Sá, da villa de Castro, Comarca de Paranaguá, deste Bispado de S. Paulo; que lhes temhúa Fazd. de crear animais naparagem chamada Jagryahyva istante aquella Villa 13, ou mais Legoas, emhú quarto das casas se costuma Celebrar o Santo Sacrificio da Missa, occasioens em que preciso he preciso Ministrarze o Santissimo Sacramento a algum, escravo, ou (...) que não pode vir á Matris; porquê os Supe. concervai ali hua Imagem do Snr. Bom Jezus da Pedra fria, que pela devoção de muitos Fieis, hé venerada, lhe querem os Suppes. erigir huá Capella, com o mesmo titulo, invocação, dotandolhe par a Patrimonio, e Fabrica, o Regular fundo desirminado pela Constituhicão, e conforme a divisa Cannonnica, imposton na mesma Fazenda, tudo afim do mayor culto, e veneração da dita Imagem, em Serviço do mesmo Deós, e bem das Almas dos Fieis, que residem tam dispersos, e longe da sua Matris, naquelles Campos, e Certoens, pelo que P. a V. Exª se digne conceder lhes Licença para erigirem e edificar a dª Capella, e que precedindo as deligencias do estilo, e dando V. Exª as co miçoens necessarias para isso, possão mdar. Celebrar o Santo Sacraficio da Missa A ele passem as ordens do costumE. (Brito, 2024).

Este documento destaca a necessidade dos donos da Fazenda Jaguariaíva em erigir uma capela em suas terras, dedicada ao Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, para atender às necessidades espirituais da comunidade que reside longe da Villa de Castro, local este onde estava localizada a igreja mais próxima, “as invocações aos Santos e Santas, ao Senhor Bom Jesus e a Nossa Senhora, sob os mais variados títulos, são fundamentais para a compreensão da vivência religiosa no catolicismo brasileiro” (Moreno, 2009, p. 22). Demonstrando-se então a importância da fé e da

¹¹ Documento do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo, sob o nome de “Freguesia de Jaguariaíva – A criação da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria”, escrito por Plicila de Brito texto a ser publicado pela Editora Texto e Contexto em 2024.

devoção religiosa dos donos da Fazenda Jaguariaíva que vem em busca de recursos espirituais para atender às necessidades espirituais dos fiéis da comunidade local e também consolidar o poder da igreja católica nesses espaços, seja ela de trabalhadores de suas terras ou arredores, que vivem em áreas distantes das estruturas eclesiais principais.

No livro “Saint Hilaire (1820)”, há duas menções ao oratório existente na casa do Coronel Luciano Carneiro Lobo, uma citando como era a divisão da casa, onde em um corredor existia “[...] em cada extremidade uma saleta, numa das quais instalaram o oratório [...]” (Saint-Hilaire, 1964, p. 44-45), e outra que comenta sobre oito paulistas que vieram a mando do coronel para caçar povos indígenas dos arredores da fazenda que “[...] foram antes ao oratório do coronel e ali abriram o nicho em que se achava a imagem da Virgem, ajoelharam-se e oraram por alguns momentos [...]” (Saint-Hilaire, 1964, p. 48).

Pelos textos analisados é possível observar que a cidade de Jaguariaíva foi escravocrata e a mando dos coronéis locais havia caça dos povos originários aliada a uma religiosidade, desumanizando esses povos, portanto, além da fé católica haviam outras formas de religiosidade historicamente silenciadas e oprimidas a longo da história da região.

Nesta época citada por Saint-Hilaire em 1820, o Coronel Luciano Carneiro Lobo já se encontrava viúvo e agora casado com Dona Isabel Branco e Silva, destaca-se então a presença e a importância do oratório na casa do Coronel, sendo um espaço utilizado para oração e devoção religiosa, demonstrando a relevância da fé na vida das pessoas naquela época e naquela comunidade específica.

Pode-se perceber que os oratórios são fundamentais para o fortalecimento da vida religiosa das famílias, Júlio César Moreno (2009) fala sobre o catolicismo devocional quando cita que:

Os oratórios familiares propiciam o desenvolvimento e a manutenção da vida religiosa num espaço muito mais flexível, possibilitando expressões que serão muito mais vinculadas às necessidades do cotidiano e facilitando uma relação mais intimista com o orago de sua preferência. Os oratórios domésticos são, fundamentalmente, a grande expressão dessa religiosidade (Moreno, 2009, p. 19).

Esses oratórios proporcionam um espaço flexível e íntimo para a expressão da devoção católica e facilitava uma relação mais próxima com os santos de devoção,

eles permitiam que as práticas religiosas fossem realizadas de acordo com as necessidades e os horários da vida diária, tornando a experiência religiosa mais acessível e integrada ao dia a dia das pessoas.

No livro de José Lopes, *Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região* de 2002, também há uma menção ao oratório que existia na Fazenda Jaguariaíva, ao citar que:

O coronel Luciano Carneiro Lobo possuía em sua fazenda um oratório que denominavam a capela do Senhor Bom Jesus e requereu uma provisão, que lhe foi concedida em 28 de maio de 1830. O bispo de São Paulo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, atendendo o que representaram o coronel e outros moradores nas vizinhanças de Jaguariaíva e acharem-se munidos de alvará de sua majestade imperial, da criação de uma freguesia nas vizinhanças da capela de Jaguariaíva, houve por bem lhe conceder faculdades para que pudessem fundar, erigir e edificar sua igreja matriz com a invocação do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, no lugar mais conveniente nas vizinhanças da capela de Jaguariaíva. Essa fundação não ocorreu (Lopes, 2002, p. 69).

Na citação há uma nova menção para edificar sua Igreja Matriz em orago ao Senhor Bom Jesus da Pedra Fria nas terras da Fazenda Jaguariaíva, podendo perceber então, que o pedido de edificação efetuado pelo Coronel Luciano Carneiro Lobo, em 1797, não foi efetivado. Sendo assim, apesar da concessão do bispo de São Paulo¹² e dos esforços do Coronel Carneiro Lobo e sua esposa Dona Isabel Branco para a fundação da igreja matriz o texto menciona que a fundação também não ocorreu.

Segundo João Derntl (2010) na época do Brasil colonial, inicialmente, era concedida autorização para construir uma capela curada¹³, ministrada por pároco, essa capela precisava ter a sua própria propriedade fundiária e um patrimônio capaz de garantir uma renda anual mínima para sua manutenção, renda esta que seria através dos dízimos e doações dos fiéis da capela. No entanto, a concessão para a edificação de uma capela era baseada em critérios econômicos e demográficos, embora questões políticas também pudessem influenciar essa decisão.

¹² A região onde hoje se encontra o Paraná só recebeu a denominação de Província do Paraná pela elevação da Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, à categoria de Província com a denominação de Província do Paraná pela Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853, portanto respondia à Província de São Paulo. (Brasil, 1853).

¹³ É uma capela que está sob responsabilidade de um sacerdote ou clérigo.

Jaguariaíva estava sob jurisdição administrativa da Villa de Castro, e como resultado, os habitantes locais precisavam se deslocar até lá para realizar diversos procedimentos religiosos e civis, como batizados, casamentos e velórios, isso sugere uma dependência significativa de Castro para assuntos legais e cerimoniais, indicando uma conexão administrativa e social entre as duas localidades.

A população da Fazenda Jaguariaíva e seus arredores almejavam a edificação de uma Igreja Matriz nas redondezas devido ao distanciamento da Villa de Castro, e, munidos não só devido as suas necessidades espirituais, mas também relacionadas as questões políticas, era importante também a elevação da região em freguesia para que, através de uma paróquia local, fossem realizados além dos sacramentos da Igreja Católica, resolver as questões políticas da região, “em geral, os moradores suplicavam a elevação a freguesia alegando encontrarem-se carentes de assistência espiritual devido à distância à sede paroquial e a dificuldades dos caminhos” (Derntl, 2010, p. 66). Portanto, a falta de proximidade com a paróquia principal e as condições precárias das estradas dificultavam o acesso dos moradores aos serviços religiosos e sacramentais.

No texto de Nelci Ruth (2020) há uma menção sobre os atributos de uma paróquia:

Além do significado religioso, para os colonizadores portugueses e os governantes por eles indicados (ou para os descendentes destes) existia a questão política, social e econômica, principalmente através da arrecadação do tributo do dízimo, obrigatório para todos os paroquianos ou cidadãos residentes dentro dos limites da Freguesia (Ruth, 2020, p. 45).

Além dos deveres com os sacramentos da Igreja Católica, como o batismo, eucaristia, matrimônio e extrema unção, bem como celebrar missas e cultos religiosos, fornecendo um local para a comunidade se reunir e participar das práticas de adoração, no período colonial e imperial brasileiro, as paróquias eram responsáveis por manter os registros de eventos civis e religiosos, como nascimentos, batismos, casamentos e óbitos, que eram importantes para a administração civil e eclesiástica. A paróquia era responsável pela administração dos bens da igreja, incluindo a manutenção dos edifícios e propriedades da paróquia, gestão financeira e distribuição de recursos para obras de caridade e manutenção das atividades religiosas.

Portanto, as paróquias também tinham uma importância política, reconhecia-se a paróquia como uma entidade política local, onde elas tinham estrutura de governo

própria e estavam envolvidas em questões administrativas locais, nesse sentido a arrecadação do dízimo fornecia recursos financeiros significativos para a igreja e para os governantes locais, contribuindo para a estabilidade econômica da comunidade.

O processo histórico de estabelecimento religioso na região da Fazenda Jaguariaíva, através de uma capela, Igreja Matriz ou paróquia foi demorado com muitos obstáculos e percalços ao longo do caminho, e somente no dia “7 de janeiro de 1832 nova provisão foi dada para a ereção da capela, tendo o vigário de Castro¹⁴ determinado o local” (Lopes, 2002, p. 70).

Em seu livro José Lopes (2002) cita que o lugar escolhido pelo vigário de Castro, para estabelecer a freguesia na região de Jaguariaíva e também a construção da matriz não recebeu a aprovação do governo provincial de São Paulo. Plicila de Brito (2024) também relata que no arquivo público do Paraná, através da Lei nº 7 de 6 de setembro de 1848, há um pedido de remoção da Freguesia para um novo local, e que a construção da Matriz seria às custas do povo.

Nelci Ruth (2020) afirma em seu texto que era necessário manter as igrejas posicionadas em pontos elevados, destacando-as para serem facilmente observadas pelos visitantes. Portanto, a escolha do vigário de Castro pode ter sido motivada baseada em considerações como a densidade populacional, a acessibilidade para os moradores locais ou a localização geográfica escolhida para o estabelecimento da freguesia. No entanto, em 15 de fevereiro de 1853, Dona Isabel Branco e Silva “conseguiu provisão para um oratório particular em sua fazenda sob o orago do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria de Jaguariaíva” (Lopes, 2002, p. 72). Percebe-se então que mesmo que a igreja principal não tenha sido estabelecida na localidade inicialmente escolhida, ainda havia interesse na prática religiosa e na construção de locais de devoção religiosa na região.

No ano seguinte ao pedido de Dona Isabel Branco e Silva, José Lopes (2002) relata que:

Em ofício do presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos ao juiz municipal da vila de Castro, datado de 11 de novembro de 1854, ele comunicou que a igreja da freguesia a ser criada em Jaguariaíva deveria ser construída na fazenda dos Pinheirinhos (Pinheiros), de Luís Ferreira de Almeida, e que

¹⁴ Quando Jaguariahyva foi elevada à Freguesia em 15/09/1823 por Alavará de Dom Pedro I, pertencia à Villa de Castro e estava subordinada também à Comarca de Castro, que foi criada pela Lei nº 2, de 26/07/1854. A Comarca de Jaguariahyva foi criada pelo Decreto nº 674 de 19 de março de 1907 (Thon; Frizanco, 2007).

havia necessidade de proceder-se a desapropriação do terreno pela Província do Paraná; a indenização ao proprietário seria por conta de dona Isabel Branco e Silva e de sua família (Lopes, 2002, p. 54).

O autor afirma ainda que Dona Isabel Branco e Silva não aceitou pagar a indenização devido ao alto preço colocado sobre o terreno Luís Ferreira de Almeida, de 1:000\$000, sendo que para ela essas terras não valiam nem 200\$000. Portanto, Joaquim Carneiro Lobo Filho, foi designado como procurador público, e recebeu do presidente Henrique Beaurepaire Rohan, em 6 de fevereiro de 1856, a autorização para realizar a desapropriação do terreno necessário para a construção da paróquia no lugar conhecido como Enxovia, no bairro da Cinza, que pertencia a Manuel Caetano de Quadros. A área de Enxovia foi escolhida devido à sua maior densidade populacional e à abundância de recursos naturais, sendo considerada mais adequada do que as terras de Luís Ferreira de Almeida, porém nem a desapropriação e nem a venda das terras ocorreu, devido à objeção de Dona Isabel Branco e Silva que não queria que a igreja da freguesia fosse edificada neste local.

A questão só foi resolvida anos mais tarde como cita Lopes (2002):

Em 1863 Dona Isabel Branco e Silva saiu de sua fazenda de Jaguariaíva, acompanhada por grande comitiva, em direção ao Porto Velho, onde pernito; no dia seguinte, dirigiu-se com seu séquito, do qual fazia parte o engenheiro alemão Heuchel, para demarcar o local da capela, tendo ela mesmo capinado o lugar onde foi colocado o primeiro esteio. [...] A bênção da capela foi em 17 de julho de 1864, por frei Matias e em 20 de abril de 1866 Dona Isabel assinou a escritura de doação do terreno em que se estava erigindo a dita capela por esmola à imagem do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria (Lopes, 2002, p. 75).

Esses eventos destacam a importância histórica da capela e sua ligação com a comunidade local e sua fé religiosa católica, e também demonstra o poder político e econômico da Dona Isabel Branco. A capela recebeu o nome de Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, que veio a se tornar o padroeiro de Jaguariaíva.

Segundo Plicila de Brito (2024) a matriz teve sua construção iniciada em 1863 e finalizada no ano seguinte, recebendo a bênção para funcionamento em 20 de setembro de 1864. A historiadora também afirma que com o falecimento de Dona Isabel Branco e Silva, no dia 7 de agosto de 1870, o seu corpo foi sepultado no subsolo da igreja, isso ocorreu devido a doação de Dona Isabel Branco e Silva tanto das terras como da imagem do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria para a edificação da igreja.

Através da fotografia da figura 3 é possível observar a primeira edificação da Matriz do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria nas terras de Jaguariaíva, retratada aproximadamente em torno do ano de 1890:

Figura 3 – Primeira edificação da Igreja do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria



Fonte: Acervo Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

A imagem anterior é uma fotografia em preto e branco que mostra a Matriz de Jaguariaíva com uma fachada imponente, composta por um corpo retangular e com apenas uma torre sineira, esta igreja estava localizada em um campo aberto, com algumas vegetações ao redor e poucas casas ao seu entorno.

Cyro Lyra, Rosina Parchen e José La Pastina (2006, p. 231) afirmam que a Igreja do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria foi utilizada como Matriz da cidade até 1954. Posteriormente, atribuíram a função de Matriz à Igreja São Francisco de Assis e Santa Terezinha do Menino Jesus, já edificada e localizada na região da Cidade Baixa. Isso ocorreu devido à construção da rede ferroviária e do Frigorífico Matarazzo, o que acarretou na mudança do centro social e econômico do município, que levou a mudança da igreja Matriz da cidade. A Paróquia São Francisco de Assis e Santa Terezinha do Menino Jesus e a Igreja do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria encontram-se com uma distância aproximada entre elas de 1,5km.

Ainda segundo os autores Cyro Lyra, Rosina Parchen e José La Pastina (2006), por perder a sua função de Matriz, a Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria ficou

desativada até o ano de 1964, e no ano de 1986 recebeu um decreto diocesano que a elevou a categoria de paróquia.

A Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria passou por um processo de tombamento estadual através do processo nº 004/87, sob inscrição nº 89, no dia vinte e nove de janeiro do ano de 1988, no Livro do Tombo Histórico (Lyra; Parchen; La Pastina, 2006, p. 231). Esse processo de tombamento reconhece oficialmente o valor histórico e cultural da paróquia, tornando-a um bem protegido pelo Estado, isso significa que ela estará protegida de demolição, descaracterização e outras formas de alteração que possam comprometer sua integridade.

O tombamento pôde influenciar e incentivar o turismo cultural em Jaguariaíva, tanto é que segundo o site da Agência Estadual de Notícias (2019), no ano de 2008 foi criada pelo Bispo Emérito Dom Fernando José Penteado, a Rota do Rosário, através de um projeto de evangelização da Diocese de Jacarezinho-PR¹⁵, que tem por finalidade a comunhão entre os santuários e a divulgação dos patrimônios culturais, históricos e arquitetônicos do Norte Pioneiro aos Campos Gerais, atraindo o público a museus, festas, shows, celebrações e eventos religiosos e culturais. Esta rota representa um estímulo ao turismo religioso e serve como incentivo para os visitantes prolongarem sua estadia e explorarem outras atrações nessas áreas.

Segundo os dados do site da Rota do Rosário esse projeto contempla a todos os públicos, visto que o Brasil é o país com o maior número de católicos do planeta, disponibilizando em sua plataforma dados do IBGE que confirma a ideia. A ideia é transformar a região em um polo de turismo religioso, que seja uma referência tanto nacional quanto internacional. Não há dados quanto as datas que ocorrem o turismo, mas há informações que a divulgação das atividades turísticas será realizada através da imprensa escrita, falada e televisionada.

O turismo com a Rota do Rosário que inclui a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, não apenas oferece uma perspectiva histórica sobre a região de Jaguariaíva, segundo o site, o turismo não envolve somente a visita da Paróquia do Bom Jesus da Pedra Fria, mas também o Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo e o Museu Ferroviário da cidade.

¹⁵ A Diocese de Jacarezinho é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no estado do Paraná, no Brasil, ela foi criada em 10 de maio de 1926 pela bula '*Quum in Dies Numerus*' do Papa Pio XI, onde Jaguariaíva é um decanato.

Destaca-se a relevância do turismo religioso, especialmente na Rota do Rosário, pois ele não se limita apenas a proporcionar experiências espirituais e devoção, mas também desempenha um papel importante no contexto do ensino de história local. Ao explorar esses locais sagrados e aprender sobre sua história, os alunos têm a oportunidade de se conectar com as raízes culturais e religiosas católicas de sua região.

Portanto, ao integrar o turismo religioso com o ensino de história local, os educadores têm a oportunidade de oferecer aos alunos uma experiência educacional enriquecedora e significativa. Eles podem explorar não apenas os aspectos espirituais desses locais, mas também sua importância histórica e cultural, proporcionando uma compreensão mais profunda do papel da história na construção da identidade e no desenvolvimento regional.

Os alunos podem investigar como a criação dessa rota influenciou o desenvolvimento das cidades e regiões do Norte e Norte Pioneiro do Paraná, bem como seu impacto na economia e na identidade cultural dessas áreas. Percebendo também como as tradições religiosas e culturais se entrelaçam com a história da região.

A figura 4 traz a fotografia colorida da Paróquia do Bom Jesus da Pedra Fria antes da sua revitalização/restauração dos anos 2010, através dela é possível perceber que agora a edificação da paróquia de Jaguariaíva possui duas torres sineiras laterais, e onde está localizada há outros edifícios ao seu redor, diferentemente da figura 3:

Figura 4 – Paróquia Bom Jesus da Pedra Fria



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Jaguariaíva

Através da análise de Cyro Lyra, Rosina Parchen e José La Pastina (2006) é possível destacar um pouco mais sobre a sua arquitetura, onde o estilo do templo apresenta estilo arquitetônico tradicional na nave, formado por duas torres, sacristia e capela-mor, os autores ainda afirmam que:

A composição plástica revela o confronto entre um arcabouço luso-brasileira com um vocabulário neogótico, em voga na arquitetura religiosa da segunda metade do século XIX, notadamente no estado do Paraná, por influência do clero de origem alemã. Contrapõem-se, assim, nossa igreja, uma volumetria e uma disposição de cheios e vazios típicos da tradição lusitana, com as envasaduras ogivais e os zimbórios delgados da torre, característicos da contribuição do imigrante do Norte da Europa (Lyra; Parchen; La Pastina, 2006, p. 231).

A arquitetura da paróquia reflete essa mistura de influências, com a presença de características típicas da tradição lusitana e também de elementos neogóticos. Essa análise ressalta a riqueza e a diversidade cultural presente na arquitetura religiosa, destacando como diferentes influências e tradições se fundem e se manifestam em uma única estrutura, proporcionando uma expressão visual única e representativa de sua época e contexto histórico.

A composição arquitetônica atual da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria pode ser observada através da fotografia da figura 5, foto esta tirada após a sua revitalização em meados dos anos 2010:

Figura 5 – Igreja Bom Jesus da Pedra Fria após a sua revitalização



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Jaguariaíva

Segundo os dados do Museu Municipal de Jaguariaíva¹⁶ o altar-mor e os secundários, todos esculpidos em madeira, foram inicialmente doados pelo Dr. Francisco Xavier da Silva¹⁷. No entanto, em 2011, devido a infestação de cupins, os altares desabaram, mas foram restaurados utilizando todos os elementos sacros originais, sendo apenas reconstituída a estrutura delas, quando à parte arquitetônica da igreja, suas dimensões foram preservadas.

Conforme informações divulgadas no portal da Diocese de Jacarezinho (2023), no dia 31 de janeiro de 2016, a Paróquia foi oficialmente elevada a Santuário Diocesano, por meio de decreto assinado pelo bispo Dom Antonio Braz Benevente, nessa mesma ocasião, foi consagrado um novo altar ao Santuário.

Os santuários religiosos servem não apenas como locais de culto, mas também símbolos de identidade e pertencimento para a comunidade de fiéis, como afirma Dariane Pirehowski (2016):

Os santuários são expressão material e simbólica. A devoção materializada é um símbolo para a comunidade que busca, no material e, ou espiritual, uma identificação com os demais em um espaço fixo, denominado de santuário, igreja. O grupo passa a compartilhar da mesma religiosidade, porém, está sob o domínio social e cultural de um indivíduo, ou de um grupo que representa a Igreja (Pirehowski, 2016, p. 36).

Portanto, o papel dos santuários religiosos é como expressões tanto material quanto simbólicas da devoção dos fiéis, ela representa não apenas um local onde ocorrem práticas religiosas, mas também um ponto de referência que evoca sentimentos de espiritualidade e conexão com o divino. A materialização da devoção, seja através de objetos sagrados, imagens, rituais ou mesmo a própria estrutura física do santuário, funciona como um símbolo de identificação para a comunidade de fiéis.

Em seu texto Dariane Pirehowski (2016) salienta que os santuários, como locais sagrados dedicados à devoção, muitas vezes originam-se das práticas religiosas do catolicismo popular, mas ao longo do tempo, são preservados e reestruturados pela instituição eclesiástica, citando que “com o processo de romanização houve a inserção de novos elementos do catolicismo institucional com

¹⁶ Breve Histórico do Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria de Jaguariaíva-PR. Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.

¹⁷ Figura política da região de Castro nascido em 1838.

as missas, batizados, procissões e a própria administração por parte da Igreja” (2016, p. 97).

Destaca-se então a evolução dos santuários ao longo do tempo, especialmente no contexto do catolicismo, apesar de terem surgido inicialmente de práticas populares, foram gradualmente absorvidos e adaptados pela estrutura institucional da Igreja Católica, incorporando elementos do catolicismo oficial.

Conforme os dados do portal diocesano de Jacarezinho (2023), houveram comemorações do aniversário de 200 anos da cidade de Jaguariaíva e do santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria. Neste dia foi realizada uma benção do monumento dos 200 anos, localizado nos arredores do Santuário e juntamente com o pároco e reitor local, Padre Maycon José, o bispo diocesano, Dom Antonio Braz, foi colocada uma cápsula do tempo dentro do monumento, que foi lacrada e está prevista para ser aberta novamente daqui a 200 anos.

No dia seis de agosto, é comemorado o dia do padroeiro da cidade de Jaguariaíva, o Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, e ao longo da semana, é realizada uma festa que acontece na Cidade Alta, principalmente na Praça Isabel Branco, em frente ao Santuário. Durante esse período, além das novenas para os devotos, que se iniciam uma semana antes do dia oficial da festa, são instaladas ao redor da praça barracas de guloseimas, parque de diversões, e há também shows e bingo no último dia da festividade.

Destaca-se então a importância desta festividade como um patrimônio imaterial, em honra ao padroeiro da cidade, essa celebração é um evento significativo que atrai pessoas de todas as idades da cidade, reunindo grupos diversos da comunidade para celebrar tanto o santo padroeiro como ir para a festa em si, por ser um espaço de sociabilidade e não apenas de devoção.

Segundo Dariane Pirehowski (2016) as festividades em devoção aos santos são um momento de encontro, celebração e contato espiritual profundo, a autora salienta ainda que:

As festas populares em devoção aos santos tornam-se o ambiente e a oportunidade perfeitos para a realização de um contato mais próximo, “mais íntimo” – é o momento de se aproximar das autoridades religiosas que também cultuam o santo, outros devotos e, principalmente, de estar presente no lugar onde, necessariamente, ocorreu algo que seja associada à vida ou a presença do santo (Pirehowski, 2016, p. 97).

Essa festividade não apenas proporciona momentos de devoção e fé, mas também promove a união e a integração entre os moradores da região, fortalecendo os laços comunitários, contribuindo e reforçando a identidade cultural e social do município como um todo.

É importante reconhecer que em uma comunidade onde há uma festividade religiosa predominante, como a mencionada, outras denominações religiosas podem se sentir marginalizadas ou excluídas dos laços comunitários fortalecidos por esse evento específico. Para promover a inclusão e a integração de todas as denominações religiosas na comunidade, é importante adotar uma abordagem inclusiva e respeitosa. Isso pode envolver a promoção de eventos e atividades que celebrem a diversidade religiosa, bem como a criação de espaços de diálogo e cooperação entre diferentes grupos religiosos.

Isso pode ser alcançado por meio de políticas e práticas que promovam a igualdade de tratamento e oportunidades para todas as religiões. Ao reconhecer e celebrar a diversidade religiosa, a comunidade pode fortalecer seus laços comunitários de forma inclusiva e sustentável, promovendo uma cultura de respeito, cooperação e convivência pacífica entre todos os seus membros, independente de suas crenças religiosas.

Além disso, essa festividade pode ser vista como uma oportunidade para promover o ensino de história local nas cidades, através de visitas guiadas, palestras e oficinas, exposições e mostras, bem como apresentações culturais, concursos e até mesmo jogos educativos. Dessa forma, a festividade em honra ao padroeiro não apenas fortalece os laços sociais dentro da comunidade, mas também oferece uma oportunidade valiosa para enriquecer o ensino de história local, tornando-o mais relevante e envolvente para os estudantes.

O ensino de história local “está amplamente relacionado aos propósitos da disciplina escolar de história, como um campo de memória para construção do conhecimento histórico e das identidades, por ser pensado e adaptado para o local” (Nascimento; Karnopp; Siqueira, 2021, p. 428). Sendo uma abordagem que pode tornar o aprendizado de história mais significativo e relevante para os alunos, ou seja, o conteúdo histórico abordado está relacionado diretamente com a comunidade, sua cultura, sua história e sua identidade. Ao estudar a história local, os alunos têm a

oportunidade de se envolver mais profundamente com o passado de sua própria região, o que torna o aprendizado mais relevante e pessoal.

Além disso, essa abordagem contribui para o desenvolvimento do conhecimento histórico dos alunos e ajuda a construir uma identidade mais forte, ligada à sua comunidade e cultura. Portanto, o ensino de história local é visto como uma escolha pedagógica que atende aos propósitos da disciplina de história, ao mesmo tempo em que fortalece a conexão dos alunos com sua própria história e identidade cultural.

Destaca-se também, segundo o texto de Lara (2017), que a importância do patrimônio cultural religioso não está apenas como uma manifestação cultural, mas também como um elemento crucial para a preservação da identidade e da memória de uma sociedade, ajudando a manter vivas as tradições e os valores que definem sua história e sua identidade.

Esse patrimônio cultural religioso refere-se aos diversos elementos tangíveis e intangíveis associados às práticas e às tradições religiosas de uma comunidade ou sociedade, podendo incluir os edifícios religiosos, arte sacra, textos sagrados, rituais, festividades e outras expressões culturais relacionadas à religião, desempenhando um papel fundamental como um testemunho histórico e cultural, ajudando a preservar o referencial cultural de uma sociedade ao longo do tempo.

Nesse sentido, ao realizar o estudo da história local através do patrimônio cultural religioso, promove-se um fortalecimento cultural e uma grande ligação com a comunidade em que vivem. Em suma, o estudo da história local e a preservação do patrimônio cultural religioso desempenham papéis essenciais na preservação da completa trama que constitui nossa identidade cultural e histórica.

2.3.2 Praça Isabel Branco e Silva

Segundo o texto de Nelci Ruth (2020) o espaço em frente às igrejas nas povoações colonizadas por portugueses desempenhava um papel vital na vida social e cultural das comunidades, servindo como um local multifuncional para encontros e eventos comunitários de diversas naturezas, como interação social, troca de informações e celebração cultural. Esses momentos ocorriam de forma regular após

as cerimônias ou festividades religiosas, bem como de forma esporádica, por meio de feiras, exposições de produtos, reuniões políticas e eventos cívicos.

Nas cidades, foram construídos, ao longo da história, diversos elementos físicos que foram edificadas com intenções de transmitir uma versão que remetem a história dessa localidade, dentre eles é possível mencionar as praças, “foi no final do século XIV, que as praças passaram a receber construções/obras de arte, denominados de monumentos” (Ruth, 2020, p. 32). A introdução de monumentos nessas praças marca uma evolução na maneira como as cidades representam sua história e como os habitantes se conectam com o passado da localidade.

Carlos Machado, Angela Ribeiro e Maria Ribeiro (2020) citam que “é possível encontrar vários monumentos, placas e bustos que tentam contar uma versão da história da cidade” (2020, p. 90). Tais elementos são utilizados como formas de remeter a memória com perspectiva de promover uma narrativa visual a quem os observa, buscando representar momentos específicos e considerados significativos no contexto da sua formação, ou figuras/personagens categorizados como importantes para a história da cidade.

Esses elementos/monumentos na paisagem urbana fazem parte do esforço que algum determinado grupo da sociedade usou para preservar e transmitir a sua história, por monumento “entende-se obra ou construção destinada a transmitir à posteridade a memória seja de um fato ou pessoa notável, alguma obra notória, memória, recordação ou lembrança” (Anjos, 2011, p. 72). Porém, também é importante realizar uma análise crítica e contextualizada dessas representações históricas, visando responder perguntas como, o que elas representam ou representaram, quem os confeccionou, em que momento isso ocorreu, quais motivos levaram a colocar esses elementos no local onde ele está, essa análise permite uma compreensão mais profunda das narrativas e perspectivas por trás desses elementos, bem como de seu impacto atualmente.

Além disso, há uma riqueza de aspectos que podem ser analisados em um monumento indo muito além de sua estrutura física, as autoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999), afirmam que em um simples monumento podemos “analisar os aspectos construtivos e materiais, a área de entorno, o interior, o aspecto decorativo, o mobiliário, os habitantes ou usuários, as transformações

ocorridas no tempo. Cada um desses aspectos oferece uma infinidade de enfoques a abordar” (1999, p. 8).

A citação dessas autoras ressalta que um monumento é uma entidade complexa que pode ser analisada sob uma variedade de perspectivas, incluindo aspectos físicos, históricos, culturais e sociais, cada aspecto oferece uma oportunidade única de compreender melhor o monumento e seu papel na sociedade. Portanto,

um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função. Existem monumentos construídos especialmente para celebrar ou relembrar algum episódio, momento ou personagem de nossa história, criados por arquitetos, escultores, artistas, [...] outros são remanescentes do passado, que sobreviveram ao tempo, e que são consagrados pela sociedade como símbolo coletivo e como referência da memória de um povo (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 14).

Nesse sentido, pode-se perceber que os monumentos são testemunhos tangíveis da cultura e da identidade de uma comunidade, tanto pelo que representam quanto pelo que simbolizam ao longo do tempo, com o propósito explícito de celebrar ou relembrar eventos, momentos ou figuras importantes da história. Esses monumentos não são estáticos, mas sim dinâmicos em sua significação e interação ao longo do tempo, para Nelci Ruth (2020):

O monumento é carregado de simbolismo tanto para aqueles que edificaram os monumentos, como para as gerações posteriores que farão suas leituras e interpretações sobre os fatos e personagens históricos, embora em contextos e épocas diferentes, valores são transmitidos ou mesmo reelaborados (Ruth, 2020, p. 34).

Eles desempenham um papel vital na transmissão e na reelaboração dos valores culturais e históricos de uma sociedade, refletindo as mudanças e as continuidades na identidade coletiva ao longo das gerações. Enquanto os construtores do monumento podem ter tido uma intenção específica ao criá-lo, as gerações posteriores podem atribuir novos significados e interpretações, influenciadas pelo contexto e pelas perspectivas de suas próprias épocas.

Através da figura 6 é possível analisar parte da Praça Isabel Branco, em primeiro plano na fotografia anterior podemos visualizar o busto de Dona Isabel Branco e Silva, localizada na área central da praça, em segundo plano há o coreto, e

ao fundo encontra-se a Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria: Há um busto no centro da praça Isabel Branco e Silva que foi inaugurado no dia seis de agosto de 1994 para homenagear a segunda esposa do Coronel Luciano Carneiro Lobo, que foi a doadora das terras que viriam a se tornar Jaguaraiáiva:

Figura 6 – Praça Isabel Branco e Silva



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Jaguaraiáiva

Esses monumentos, como estátuas, esculturas, efígies, murais, painéis e bustos, muitas vezes, são instalados em locais públicos de destaque, como praças e ruas principais, com o propósito de chamar a atenção dos moradores e visitantes para determinados episódios ou personagens históricos, no entanto, é importante reconhecer que a história retratada por esses elementos pode ser uma interpretação seletiva, influenciada pelos interesses e perspectivas de quem os ergueu, “os monumentos constituem artefatos de grande relevância para o poder público, na medida em que perpetuam grandes personalidades inscrevendo e eternizando, ao seu modo, relevantes nomes da história, da religião, da política e das artes” (Anjos, 2011, p. 72).

Portanto, os monumentos ajudam a preservar e celebrar as contribuições de figuras históricas em diversas áreas da vida humana, eles são considerados artefatos cruciais para o poder público, pois desempenham um papel vital na construção e manutenção da identidade cultural e histórica de uma comunidade. Ao erigir monumentos, o poder público está, de certa forma, inscrevendo essas personalidades

na história oficial do país ou localidade, isso garante que suas realizações sejam reconhecidas e celebradas por gerações futuras.

A construção desses monumentos permite que os nomes das personalidades sejam eternizados, tornando-se parte permanente do ambiente urbano e da paisagem cultural, isso permite uma espécie de imortalidade simbólica aos indivíduos homenageados. Os monumentos não são apenas sobre políticos, “no passado as estátuas sobressaíam nas grandes praças públicas em pedestais gigantescos com os heróis, fossem eles políticos, militares, religiosos ou membros da classe dominante em flagrante destaque ou suntuosamente sentados sobre cavalos afirmando grandiosidade e poder” (Anjos, 2011, p. 79). Mas hoje os monumentos também homenageiam líderes religiosos, artistas influentes e outras figuras proeminentes, assim abrangem uma ampla gama de campos que moldaram a sociedade ao longo do tempo.

No caso de Jaguariaíva, o busto da Dona Isabel Branco e a homenagem feita com o seu nome a uma praça remete ao início da cidade, que só passou a existir devido as terras doadas pela homenageada, sendo este monumento “um legado à memória coletiva” (Anjos, 2011, p. 75).

É importante salientar que, quando a praça e a igreja foram construídas no final do século XIX, na parte onde hoje encontra-se a vila Cidade Alta, ainda não existia a nomenclatura de regiões de “Cidade Alta” e “Cidade Baixa” em Jaguariaíva, esses termos só passaram a ser estabelecidos com a construção da ferrovia e do Frigorífico Matarazzo, entre os séculos XIX e XX, na região de altitude mais baixa da cidade e esse local passou a ser um segundo centro socioeconômico do município, e as pessoas da época passaram a chamar as regiões de Cidade Alta e Cidade Baixa, por Jaguariaíva ter dois centros econômicos, termo usual até os dias atuais.

A construção da linha férrea e a instalação do Frigorífico Matarazzo fizeram com que a região da Cidade Baixa se tornasse o centro socioeconômico de Jaguariaíva, por isso mais movimentado, com mais comércio e circulação de pessoas. Isso fez com que a região da Cidade Alta perdesse o seu polo comercial principal. Visando movimentar novamente a região em volta da Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria e a Praça Isabel Branco, bem como a região da Cidade Alta, foi construída em 2012, em frente à praça uma nova sede para a Prefeitura de Jaguariaíva, que até então estava ocupando o edifício da antiga estação ferroviária da cidade.

Na fotografia da figura 7 é possível observar que essa praça está localizada na Cidade Alta, entre as ruas Tenente Coronel Joaquim Carneiro Lobo, Major Virgílio Xavier da Silva, José de Alencar e Eduardo Ribas. Ela foi inaugurada no final do século XIX (Prefeitura [...], 2019):

Figura 7 – Localização da Praça Isabel Branco



Fonte: ALTERAÇÃO no sentido de vidas durante as obras de revitalização da Praça Isabel Branco. **Prefeitura Municipal de Jaguaraiá**, 23 set. 2019. Disponível em: <https://jaguaraiava.pr.gov.br/index.php/25-noticias/sarh-administracao-e-recursos-humanos/1335-alteracao-no-sentido-de-vias-durante-as-obras-de-revitalizacao-da-praca-isabel-branco>. Acesso em: 06 mar. 2024.

Antes da construção do novo prédio para a sede da Prefeitura de Jaguaraiá, a praça Isabel Branco contava com canteiros pouco gramados, com as estruturas de ferro enferrujadas e tortas, não possuía acessibilidade e o coreto estava com infestação de cupins e pombas, portanto uma revitalização da praça era necessária. Segundo os dados do site da Prefeitura da cidade, para a revitalização eles realizaram um estudo junto com o Departamento de Patrimônio para inserir os elementos que remetem ao tempo em que a praça foi construída (Prefeitura [...], 2019).

Portanto, segundo o site da Prefeitura de Jaguaraiá (2019), com a revitalização, entregue em dezembro de 2020, na Praça Isabel Branco foram mantidos alguns mosaicos feitos com pedra portuguesa, ampliaram os espaços de passeio e

de acessibilidade, houve uma mudança no sentido das ruas ao seu entorno e, ainda pontos de estacionamento de carros a sua volta, e para gerar mais identidade da cidade foram acrescentados mais dois mosaicos de torres representando o brasão da cidade.

Na fotografia da figura 8 é possível observar parte da Praça Isabel Branco e Silva revitalizada, mostrando o coreto e o canteiro de flores, e ao fundo a Igreja Bom Jesus da Pedra Fria:

Figura 8 – Coreto da Praça Isabel Branco e Silva após a sua revitalização



Fonte: (Prandi, 2022)

As praças são espaços compartilhados onde as pessoas se reúnem, interagem e criam laços sociais, promovendo um senso de comunidade, ao preservar as praças, não apenas protege-se a história e identidade cultural de um local, mas também fortalece o sentimento de pertencimento das pessoas à comunidade.

Ao investir na conservação das praças, isso tem reflexos positivos na promoção social e no desenvolvimento local, uma praça bem conservada e ativa pode contribuir para o aumento da valorização do patrimônio cultural, a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e o estímulo à economia local, como salientam Maysa Faracco e Arlinda Dorsa (2001):

É necessário reforçar a ideia de conservação e preservação das praças como forma de resguardar seu patrimônio cultural, quer seja material ou imaterial, garantindo a proteção histórica da sociedade e fortalecendo seu sentimento

de pertencimento, refletindo consequentemente na promoção social com o fortalecimento do desenvolvimento local (Faracco; Dorsa, 2011, p. 151).

Portanto, a citação destaca que a conservação e preservação das praças não é apenas uma questão de proteger estruturas físicas, mas também salvaguardar a identidade cultural e fortalecer o vínculo emocional e social da comunidade com seu ambiente urbano.

O que se observa é que há uma grande oportunidade que o estudo sobre as praças podem oferecer ao ensino de história ao explorar diferentes perspectivas culturais, oportunizando ao aluno a compreender as complexidades das interações humanas ao longo do tempo e entender as influências que moldaram a sociedade em que estão inseridos.

Portanto, destaca-se a importância dos lugares de memória no ensino de história local, esses lugares de memória são espaços que guardam lembranças e significados para uma comunidade, eles podem ser físicos, como um monumento ou edifício, as praças, ou simbólicos, como uma data ou evento.

Esse estudo do meio, da comunidade e de um determinado território, onde as pessoas passam o seu tempo, sua infância, juventude, moram, estudam e trabalham, é denominado de ensino de história de uma localidade. Ele “[...] se vale de diversos temas, como a própria comunidade escolar, sua localidade, as instituições religiosas, elementos que envolvem aspectos da saúde, educação, lazer da população, entre outros, a partir dos seus lugares de memória” (Nascimento; Karnopp; Siqueira, 2021, p. 428).

A citação anterior diz que o ensino de história local pode ser feito a partir de diversos temas, como a própria comunidade escolar, sua localidade, as instituições religiosas, elementos que envolvem aspectos da saúde, educação, lazer da população, portanto vê-se que é possível trabalhar o ensino de história local através de temas diversos possibilitando assim a oportunidade de diversos grupos sociais estarem envolvidos durante as aulas.

Os autores José Nascimento, Erica Karnopp e Bianca Siqueira (2021) argumentam que o ensino de história local a partir dos lugares de memória pode ajudar os alunos a compreenderem melhor a sua comunidade e a sua identidade. Nesse sentido, os alunos podem pesquisar a história da sua escola, os seus fundadores, os ex-alunos e alunas, bem como pesquisar sobre a história da cidade,

do seu bairro, ou do seu povoado, além de pesquisas sobre a história das igrejas, dos templos, das mesquitas da sua comunidade, ou até mesmo pesquisar a história dos hospitais, dos clubes, das praças, cemitérios, etc.

A Praça Isabel Branco é empregada como uma área de recreação e entretenimento, uma área de lazer, sendo frequentada por pessoas de diferentes faixas etárias, incluindo adultos, adolescentes e crianças. Isso sugere que o espaço oferece atividades ou instalações que são atraentes e adequadas para diferentes grupos e idades, promovendo a socialização, o relaxamento e o lazer para toda a comunidade, essa diversidade de usuários indica que o espaço é inclusivo e acessível a todos, o que contribui para sua importância e valorização dentro da comunidade.

Atualmente a Praça Isabel Branco e Silva continua sendo um local ativo e significativo para as celebrações e festividades religiosas da cidade, especialmente aquelas relacionadas ao padroeiro da cidade, o Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, isso indica que a praça desempenha um papel central na vida cultural e religiosa da comunidade, servindo como um espaço para reuniões, eventos e cerimônias.

Além das celebrações do padroeiro da cidade, a praça é utilizada como cenário para a confecção dos tapetes de *Corpus Christ*, essa tradição religiosa envolve a criação de desenhos elaborados feitos com pétalas de flores, serragem colorida ou outros materiais, que são exibidos no chão da praça durante a celebração desse feriado religioso.

Durante o período natalino, a praça é enfeitada para as festividades de Natal, isso sugere que ela continua a desempenhar um papel na celebração de eventos sazonais e festivos que são importantes para a comunidade, porém os eventos de maior magnitude do município não são realizados ali, mas sim na Cidade Baixa, em frente à Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo onde está localizada a Praça Getúlio Vargas.

Apesar de ser para celebrações religiosas e festividades específicas, nenhum outro evento está sendo realizado na Praça Isabel Branco, isso indica que, embora a praça seja um espaço ativo para certos tipos de atividades, pode haver limitações ou restrições em relação a outros tipos de eventos e atividades que poderiam ocorrer no local.

Para Carlos Machado, Angela Ribeiro e Maria Ribeiro (2020, p. 89), “independente dos diferentes usos, a praça é um local de encontro da população, um

local de memória”. Observa-se então que, independentemente das diversas atividades realizadas na praça, ela desempenha um papel central como ponto de encontro para os habitantes da região, evocando memórias para muitos grupos.

A praça é vista como um espaço onde as pessoas se encontram interagem, promovendo a sociabilidade e o convívio comunitário, além disso, a referência local como “um local de memória” indica que a praça possui significado histórico e cultural para a comunidade. Ela pode ser associada a eventos passados, figuras importantes ou momentos significativos na história da região para determinados grupos sociais, servindo como um símbolo da identidade local desses grupos, deixando de ser apenas um espaço físico, mas também um lugar de valor simbólico e emocional para a comunidade.

Ao reviver a memória histórica das praças “reforça o pensamento da memória coletiva não vista como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados e sim de resgatar por meio de memória os referenciais que marcaram a história de uma população” (Faracco; Dorsa, 2011, p. 147). Em outras palavras, ao reviver a memória histórica das praças, não se trata apenas de recordar eventos isolados, mas sim de reconstruir e dar vida aos símbolos, referências e experiências que moldaram a identidade e o sentido de pertencimento da comunidade ao longo do tempo. Isso envolve lembrar não apenas dos fatos em si, mas também dos valores, tradições, símbolos e narrativas compartilhadas que contribuíram para a construção da história coletiva e local.

É importante valorizar os espaços públicos, como as praças, preservando-os como lugares de memória onde a identidade e a história de uma comunidade são perpetuadas e celebradas. Ao evocar as lembranças associadas às praças, as pessoas são transportadas para momentos passados e experiências vividas nesses locais, essas lembranças podem ser diversas e multifacetadas, evocando diferentes emoções e sensações.

Para Maysa Faracco e Arlinda Dorsa (2011):

Ao trazer-se à tona na memória, o papel das praças na vida da população, percebe-se que ela está presente em nós como também é exterior a nós. Guardamos na memória vários objetos que nos fazem lembrar de maneiras distintas, a praça traz às pessoas a lembrança de momentos felizes ainda que muitas vezes estejam perdidos na memória (Faracco; Dorsa, 2011, p. 148).

Mesmo que essas lembranças possam estar fragmentadas ou vagas em nossa memória, as praças têm o poder de trazer à tona momentos pessoais e significativos. Assim, elas são retratadas como lugares carregados de memórias afetivas e simbólicas, capazes de evocar sentimentos de nostalgia e pertencimento, elas não são apenas espaços físicos, mas também lugares onde as pessoas se conectam com sua história pessoal e coletiva, criando uma ligação emocional duradoura com esses locais.

2.3.3 Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo

Sobre o início da malha ferroviária no Brasil o autor Leonel Monastirsky (2006) relata que entre as décadas de 1850 e 1880, as ferrovias brasileiras foram organizadas visando ligar regiões produtoras aos portos para exportação, sendo a ferrovia de “Petrópolis/Mauá” a primeira inaugurada no país, em 1854. Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, outras linhas ferroviárias foram progressivamente adicionadas às linhas pioneiras, formando redes regionais de ferrovias. O autor Leonel Monastirsky relata que as bacias comerciais exportadoras eram constituídas por redes ferroviárias isoladas, onde:

As primeiras ferrovias do Brasil eram de pequenas extensões, entre um porto exportador e as regiões interioranas, produtoras das principais safras, a exemplo da configuração ferroviária dos demais países sul-americanos, africanos e asiáticos, que tiveram as suas plantas ferroviárias implantadas pelos países europeus, especialmente a Inglaterra (Monastirsky, 2006, p. 35).

Houve semelhanças no cenário brasileiro com outros países sul-americanos, africanos e asiáticos, que também tiveram suas primeiras ferrovias implantadas por potências coloniais europeias em busca de recursos naturais e mercados para seus produtos, ligando as regiões com presença de matéria-prima aos portos do país. Com relação às regiões Sul e Sudeste, “é importante lembrar que essas duas regiões foram interligadas, no início do século XX, à malha paulista pela ferrovia ‘São Paulo/Rio Grande’, que desempenhou função pioneira e decisiva à integração regional e ao comércio interno do país” (Monastirsky, 2006, p. 38).

A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, na cidade de Jaguariáiva, teve um grande impacto na região, onde a presença desse entroncamento trouxe um aumento significativo no fluxo de pessoas, mercadorias e

atividades comerciais para a área, resultando em uma maior atividade e agitação no local. “Esta via férrea tinha por finalidade principal a interligação entre os Estado do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do sul, Mato Grosso e alcançava as fronteiras da Argentina e do Paraguai” (Kroetz, 1985, p. 61).

Segundo Lando Rogério Kroetz (1985) o motivo que levou à construção do sistema ferroviário no interior do Brasil era a preocupação do Governo Central do Império e, posteriormente da República, de:

preencher espaços vazios em territórios pouco povoados, favorecendo-os com um sistema ferroviário que os colocasse em comunicação com o litoral e com os centros consumidores nacionais e internacionais. Além disso, previa-se que a construção de ramais de concessão estadual, com características de linhas agrícolas, ligasse os centros de produção aos de consumo (Kroetz, 1985, p. 61).

Essa iniciativa visava impulsionar o desenvolvimento econômico do país e promover a interligação entre as diferentes regiões, o que realmente impulsionou o desenvolvimento de Jaguariaíva e possibilitou o investimento de setores industriais como o do Frigorífico Matarazzo.

Durante a década de 80 do século XIX, o autor Lando Rogério Kroetz (1985) afirma que no Paraná havia uma grande expectativa em relação à vinda de imigrantes de forma espontânea para trabalhar nos serviços ferroviários, evitando assim gastos do governo provincial com os programas de colonização existentes na época. Havia na época cláusulas contratuais estabelecidas entre o governo e as empresas ferroviárias concessionárias que incluíam benefícios para os imigrantes, como o transporte gratuito, para facilitar a chegada e a instalação dos imigrantes, visando atrair essa mão de obra para trabalhar nas ferrovias. Porém, no caso de Jaguariaíva, José Axt (2007) afirma que as primeiras colonizações imigrantes na região foram por meio dos poloneses e seus descendentes que “começaram a chegar por volta de 1920 e formaram pequenas colônias, geralmente com grupos de pessoas da mesma família” (2007, p. 15).

Como podemos ver, apesar da expectativa de imigração espontânea do governo paranaense, no final do século XIX, o fluxo significativo de imigrantes poloneses para Jaguariaíva, só começou muitos anos depois, isso reflete a complexidade e a evolução dos padrões de imigração ao longo do tempo, mostrando

as necessidades e estratégias de recrutamento de mão de obra para a construção das linhas férreas no Paraná.

Lando Rogério Kroetz (1985) relata que a construção da linha principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, iniciada em 1901, foi realizada em dois sentidos a partir de Ponta Grossa, com as linhas sul e norte. A primeira, ao sair de Ponta Grossa iria entroncar-se nas margens do rio Uruguai, e a segunda de Ponta Grossa em direção a São Paulo, passando por Jaguariaíva para chegar na cidade de Itararé, primeiramente “a construção atingiu Jaguariaíva e foram realizados estudos desta estação até Itararé-São Paulo” (1985, p. 62).

A construção desse entroncamento ferroviário ocorreu na região de altitude mais baixa de Jaguariaíva, mas a maior parte dos imóveis residenciais e comerciais da cidade de Jaguariaíva estava concentrada na parte mais alta da cidade, portanto essa construção acabou por dividir geograficamente a região. Quando a construção da ferrovia de Pirai do Sul a Jaguariaíva foi finalizada com sua inauguração em 19 de outubro de 1905, conforme informa Plicila de Brito (2024).

Esse período iniciado na primeira metade do século XX marcou um momento crucial no desenvolvimento da cidade, atraindo diversos investidores, como o Conde Francesco Matarazzo, que foi responsável por estabelecer uma grande instalação industrial próximo ao pátio da estação.

Anos depois começaram estudos para a construção de um ramal para interligar a região de Jaguariaíva a Ourinhos, o Ramal Paranapanema, a partir dos dados do Museu Histórico Municipal de Jaguariaíva, Plicila de Brito (2024) afirma que a sua construção se deu por volta do ano de 1908, com a obra iniciada somente em 1912, com o primeiro trecho inaugurado em 1915 entre Jaguariaíva e São José de Paranapanema (hoje Calógeras, distrito de Arapoti).

O objetivo desse ramal era atender a uma área de intensa atividade agrícola, aproximando-a de outros centros já desenvolvidos como cita Lando Rogério Kroetz (1985):

Servindo aos municípios de população relativamente densa, em sua demanda à Estrada de Ferro Sorocabana, o ramal do Paranapanema foi implantado para atender o Norte Pioneiro. O objetivo foi atravessar um centro de produção agrícola de grande atividade, aproximando outros já fortemente impulsionados, possibilitando, destarte, lucros imediatos (Kroetz, 1985, p. 121).

Portanto, a construção do Paranapanema visava conectar áreas produtivas com mercados consumidores, facilitando o transporte de produtos agrícolas e impulsionando o desenvolvimento econômico da região.

Para Lando Rogério Kroetz (1985) o ramal Paranapanema desempenhou um papel semelhante ao das outras ferrovias no Paraná e em Santa Catarina, promovendo a consolidação da colonização em áreas de pioneirismo, incentivando o surgimento de núcleos urbanos prósperos e o desenvolvimento da produção agrícola ao redor de suas estações.

Em Jaguariaíva não foi somente o setor agrícola e comercial que foi beneficiado pelo entroncamento ferroviário, pois “no ano de 1920, a *S.A. Indústrias Matarazzo* do Paraná inaugurava o *Frigorífico* de Jaguariaíva, situado no limite do entroncamento do ramal ferroviário” (Brandão, 2000, p. 56). A Cidade Baixa cresceu, tanto pela construção da Estação Ferroviária, quanto por conta do Frigorífico Matarazzo, ganhando ares de progresso, e se tornou polo econômico e social da cidade, fazendo com que região se desenvolvesse.

Por intermédio da fotografia da figura 9, de autoria do fotógrafo Frederico Lange, apresentada abaixo, é possível observar a parte posterior da Primeira Estação Ferroviária de Jaguariaíva, construída em madeira. Não há uma data para a foto, mas através dela observa-se como a construção em madeira era pequena, anos mais tarde, em 1935, um novo prédio em alvenaria foi edificado no mesmo local:

Figura 9 – Primeira estação ferroviária de Jaguariaíva



Fonte: Acervo Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

A fotografia da figura 10 expõe o mesmo local onde a fotografia anterior foi retratada, mostrando a Estação Ferroviária de Jaguariaíva, porém agora com sua construção em alvenaria, antes de sua nova pintura realizada em 2022:

Figura 10 – Vista da parte posterior da Estação Ferroviária de Jaguariaíva



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Jaguariaíva

Uma das estratégias para os alunos desenvolverem habilidades de análise histórica, que lhes permite identificar e compreender as permanências e mudanças que moldaram o mundo ao longo do tempo, é com o uso das fotografias “as comparações de imagens reproduzidas em momentos diferentes são necessárias para que os alunos possam estabelecer relações históricas entre as permanências e mudanças que ocorreram em diferentes épocas e contextos” (Silva, 2016, p. 6). A comparação de imagens com épocas distintas para os estudantes analisarem é uma ferramenta educacional valiosa para os alunos contextualizarem essas mudanças históricas, sendo uma importante estratégia de ensino.

Aplicar atividades em que os estudantes reflitam sobre as imagens pesquisadas “pode criar a oportunidade de promover uma leitura crítica dos acontecimentos históricos considerando as diferenças sociais, culturais e econômicas existentes em nossa sociedade em diferentes tempos” (Silva, 2016, p. 6). Essas atividades que envolvem a reflexão sobre imagens históricas podem ser uma ferramenta poderosa para os alunos desenvolverem habilidade de leitura crítica, compreendendo e contextualizando eventos históricos dentro das complexas interações sociais, culturais e econômicas que caracterizam diferentes épocas da história.

É possível observar, através da fotografia da figura 11 como está a Estação de Jaguariaíva em alvenaria nos dias atuais:

Figura 11 – Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo



Fonte: (Prandi, 2022)

A Estação Ferroviária de Jaguariaíva passou por um processo de pintura em comemoração ao segundo centenário de Jaguariaíva, ao examinar a foto anterior atentamente é possível verificar que em sua fachada ainda há a inscrição da RVPSC (Rede de Viação Paraná – Santa Catarina)¹⁸.

Os autores Cyro Lyra, Rosina Parchen e José La Pastina (2006) fornecem detalhes sobre a arquitetura e o estilo do edifício, destacando suas características distintas e influências das características e técnicas utilizadas no período:

Sua composição abrange três volumes. O corpo central, coberto por telhado de quatro águas oculto por platibanda, possui dois pavimentos. Os laterais, térreos, são cobertos com telhados de duas águas, arrematados nas extremidades por pequenas tacaniças. Os vãos de janelas são preenchidos por esquadrias quadriculadas de madeira e vidro. Percebe-se na fachada principal, a influência do Art Deco na composição do frontão e da marquise (Lyra; Parchen; La Pastina, 2006, p. 227).

Conforme os dados fornecidos por Plicila de Brito (2024) a infraestrutura da Rede Ferroviária em Jaguariaíva não se limitava aos trilhos e à estação, o setor incluía um depósito para locomotivas (utilizado para a revisão das máquinas), um posto para abastecimento das locomotivas, um armazém para cargas, um pátio para manobras

¹⁸ Em 1940, tendo em vista que quase todas as ferrovias do Paraná estavam operando aquém da sua capacidade total, o governo da União, através de decreto encampou-as, transformando as linhas numa única rede dirigida por um único diretor, na condição de autarquia: surgia a RVPSC (Rede Viação Paraná – Santa Catarina) (Monastirsky, 1997, p. 46).

e instalações para funcionários pernoitarem com alojamentos e cozinha (atualmente a Unidade Básica de Saúde Dr. Hélio Araújo de Mais), além de residências destinadas aos ocupantes de cargos mais elevados na ferrovia. Essa descrição ressalta a importância e a abrangência da infraestrutura ferroviária na cidade que não se limitava somente a instalação dos trilhos, mas sim ela se reestruturava visando as necessidades da ferrovia.

Nas afirmações de José Axt (2007) a cidade de Jaguariaíva

tornou-se um dos principais troncos ferroviários do sul do país, ligando grandes centros produtores e consumidores do centro sul através de Ponta Grossa e do Estado de São Paulo através de Itararé e Ourinhos. Centenas de famílias ferroviárias se distribuíram pelo quadro urbano contribuindo para o aumento da densidade demográfica. O núcleo ferroviário no final dos anos 50 tinha aproximadamente 400 famílias (Axt, 2007, p. 28).

Percebe-se então a importância da ferrovia na configuração e desenvolvimento da comunidade local, pois ao proporcionar empregos e oportunidades de trabalho, a ferrovia desempenhava um papel fundamental na geração de mão de obra, contribuindo para o sustento e o crescimento econômico da região. Além disso, ao facilitar o transporte de mercadorias e pessoas, a ferrovia impulsionava a atividade econômica, movimentando o comércio e estimulando o desenvolvimento geral da área, além das trocas culturais possibilitadas pelos viajantes que circulavam por diferentes regiões do país.

Através da leitura do texto de Eliane Netrebka Ramos (2018), foi possível analisar a situação dos funcionários da rede ferroviária jaguariaivense, onde a autora, visando esclarecer a relação entre memória, história e organização espacial da cidade realizou uma entrevista com Rafael Gustavo Pomim Lopes, que era o chefe de divisão de estudos historiográficos do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo entre os anos de 2012-2016, e hoje é o diretor municipal de turismo, ele relatou que:

os funcionários da ferrovia tinham acesso a muitos benefícios que incluíam a Cooperativa Mista, assim como observado nos relatos sobre os elementos da ferrovia em Wenceslau Braz. Como era o núcleo urbano maior da região, a rede ferroviária oferecia ainda em Jaguariaíva o Hospital 26 de Outubro que atendia aos ferroviários das cidades vizinhas, além do Esporte Clube Recreativo Ferroviário, lembrado na memória da cidade pela rivalidade com o time do Matarazzo (Netrebka Ramos, 2018, p. 175).

Portanto, uma série de facilidades foi proporcionada aos funcionários ferroviários, sendo assim, observa-se a importância da ferrovia não apenas como um meio de transporte, mas também como um elemento vital na estruturação social e no bem-estar dos habitantes da região.

No ano 2000, houve um reconhecimento oficial da importância histórica e cultural do patrimônio ferroviário de Jaguariaíva, citado por Cyro Lyra, Rosina Parchen e José La Pastina (2006) que afirmam que ocorreu o tombamento estadual da Estação Ferroviária de Jaguariaíva, no dia dez de outubro, através do processo nº 004/98, sob a inscrição nº 134, no Livro do Tombo Histórico. A antiga Estação Ferroviária de Jaguariaíva também recebeu um decreto de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela lei nº 11.483/07 e portaria nº 407/2010, com nome atribuído de Estação de Jaguariaíva.

Esses registros demonstram a visão de preocupação e proteção para as gerações futuras, onde há uma permanência da memória e do simbolismo associado aos trens e à atividade ferroviária, mesmo diante das mudanças tecnológicas e das decisões motivadas por interesses econômicos que levaram ao fim das operações ferroviárias da região, como cita Eliane Netrebka Ramos (2018):

É possível afirmar que mesmo após o fim das atividades no ramal do Paranapanema em 2001, quando a concessionária ALL decidiu suspender as atividades ferroviárias, as pessoas continuam se relacionando com os lugares da ferrovia. Aquela ideia de movimento e de robustez que os trens simbolizam cristalizou-se diante das inovações tecnológicas e dos interesses capitalistas que determinaram a suspensão das atividades ferroviárias no ramal do Paranapanema (Netrebka Ramos, 2018, p. 198).

As pessoas ainda mantêm uma conexão significativa com os locais relacionados à ferrovia, a ideia de movimento e força evocada pelos trens tronou-se arraigada na percepção das pessoas, e esse vínculo emocional e cultural persiste mesmo com o encerramento das atividades ferroviárias.

Para Leonel Monastirsky (2006) a ferrovia foi o principal componente na organização da região Sul/Sudeste do Brasil até meados do século XX, no entanto, a partir desse período, devido à desarticulação do sistema ferroviário e à adoção de um novo modelo socioeconômico, com ênfase no transporte rodoviário em nível nacional, houve uma transição para um processo de reestruturação diferente, onde o Brasil se tornou totalmente integrado.

A ferrovia desempenhou um importante papel na conexão de diversas localidades, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias e contribuindo para o crescimento econômico e social dessas regiões, no entanto, “a decadência do transporte ferroviário brasileiro foi estrutural e ocorreu em todo o país” (Monastirsky, 2006, p. 40). Nesse contexto, a ferrovia perdeu parte de sua relevância anterior e passou a desempenhar um papel menos central no transporte e na integração regional e nacional, enquanto o transporte rodoviário ganhava destaque.

Ainda segundo o autor, “na paisagem urbana das cidades ferroviárias dos Campos Gerais, parte do patrimônio material está preservada, parte está se deteriorando e outra parte já se encontra erradicada” (Monastirsky, 2006, p. 109). É possível perceber que há uma certa diversidade de condições e estados do patrimônio material relacionado às ferrovias na região dos Campos Gerais, mesmo esse patrimônio sendo parte fundamental da identidade e história dessas comunidades muito acabou sendo deteriorado com o tempo.

Plicila de Brito (2024) faz uma ressalva explicando que durante as últimas décadas, a maioria das ferrovias na região foi negligenciada em termos de manutenção, o que tornaria difícil ou mesmo impossível a retomada do serviço ferroviário. Isso se deve ao fato de que seria essencial realizar ajustes nas linhas, restaurar ou até mesmo reconstruir as estações, acarretando custos substanciais para a empresa responsável pela concessão da ferrovia.

Em resumo, observa-se os desafios e os custos significativos envolvidos em restaurar a funcionalidade das ferrovias após um longo período de negligência e falta de investimento em meio ao desenvolvimento urbano e mudanças sociais. “A depredação de vários edifícios e equipamentos ferroviários (muitos centenários) expõe o descaso que atinge o patrimônio ferroviário, tanto sob responsabilidade das concessionárias quanto dos governos” (Monastirsky, 2006, p. 41).

Monastirsky (2006) cita que houveram demolições das edificações ferroviárias em algumas cidades e em outras não, ressaltando que:

Daquelas que mantiveram as edificações, algumas estão abandonadas ao desgaste natural e à ação de vândalos, enquanto outras estão sob a interferência do poder público. Como estas interferências são realizadas isoladamente, conforme o senso de cada governo, muitas intervenções são desastrosas (Monastirsky, 2006, p. 110).

Percebe-se então a complexidade e os desafios enfrentados na preservação e manutenção das edificações ferroviárias nas cidades, destaca-se aqui a importância de abordagens coordenadas e conscientes por parte das autoridades locais para garantir a conservação adequada desse importante patrimônio cultural.

Em Jaguariaíva, segundo Plicila de Brito (2024), manteve-se a concessão de uso da Estação, conservando-a como um símbolo do passado progressista da cidade, onde durante o período entre os anos de 2004 e 2013, a Estação serviu como sede do Poder Executivo Municipal, e a partir de 2014, foi transformada na Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo¹⁹.

Hoje a estação passou a abrigar diversos serviços públicos, incluindo Procon, Junta Militar, Centro de Informações Turísticas, Delegacia Sindical dos Ferroviários, Departamento Municipal de Habitação, entre outros. Uma das salas da antiga estação foi adaptada para abrigar o Memorial Ferroviário, um espaço dedicado à preservação e celebração da história ferroviária de Jaguariaíva.

Em entrevista concedida a autora Eliane Netrebka Ramos (2018), Rafael Gustavo Pomim Lopes, relata um pouco sobre esta sala, que inclui um conjunto de materiais da antiga estação de Jaguariaíva para exposição:

Lopes (2018) descreve que o estado de conservação desses bens incluía peças antigas, vestimentas e documentos em geral. O trabalho de recomposição desse acervo compôs uma exposição cultural denominada a “História da Ferrovia em Jaguariaíva”, apresentada à população em 2012. Esse material foi levado para uma sala na antiga estação em 2013, constituindo um conjunto de peças que hoje se mantém constantemente disponível à visitação no Memorial Ferroviário na Estação Cidadã. Quanto aos documentos da rede ferroviária, todos foram catalogados e organizados no Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo, localizado próximo à estação. São, portanto, importantes fontes históricas sobre a presença ferroviária na região, expressando as relações diversas que se deram naquela sociedade (Netrebka Ramos, 2018, p. 171).

Esses documentos presentes em um “Memorial Ferroviário” representam importantes fontes históricas sobre a presença da ferrovia na região, refletindo as diversas relações que ocorreram na sociedade da época, “o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço” (Tomaz, 2010, p. 3). Isso significa que ao compreender e preservar o patrimônio cultural, as pessoas e a sociedade em geral

¹⁹ Antigo chefe de estação que atuou na Estação de Jaguariaíva por muitos anos.

reconhecem e atribuem importância aos aspectos que são compartilhados e considerados significativos dentro desse grupo social.

É possível perceber que a entrevista de Rafael Gustavo Pomim Lopes a historiadora Eliane Netrebka Ramos vem a corroborar com esse pensamento ao afirmar que:

Segundo Lopes (2018), após ser restaurado entre 2006 e 2012, o local da antiga estação abrigou a sede da Prefeitura Municipal. De acordo com informações obtidas, as sucessivas administrações municipais vêm mantendo políticas que se revertem em práticas e ações preservativas desse patrimônio cultural local. A refuncionalização do espaço em benefício dos cidadãos, revertidos em serviços públicos e atividades cívicas e culturais, expressam o reconhecimento da população de que ali se trata de um lugar de memória (Netrebka Ramos, 2018, p. 170).

Portanto, o estudo do patrimônio cultural não apenas preserva a identidade e os valores de um grupo social, mas também contribui para a compreensão de sua história, identidade e herança cultural. Essa valorização não se limita apenas ao presente, mas também abrange o reconhecimento da importância desses elementos ao longo do tempo (passado) e em diferentes lugares (espaço).

Dessa forma, há necessidade de se trabalhar um conteúdo que é mais próximo da realidade dos estudantes, uma história do local, do lugar onde estão inseridos, conectando eventos do passado a situações contemporâneas, permitindo que os estudantes compreendam como os acontecimentos históricos moldaram o mundo em que vivem, como afirma Circe Bittencourt (2008):

Os estudos de História têm como base o desenvolvimento intelectual do educando, e daí a recomendação de introduzir o conteúdo a ser estudado por um problema situado no *tempo presente*, buscando em tempos passados as respostas para as indagações feitas (Bittencourt, 2008, p. 113-114).

Essa citação destaca a importância do ensino da História no desenvolvimento intelectual dos estudantes, ela sugere que o conteúdo histórico deve ser apresentado de forma que os alunos possam se relacionar com ele, começando por questões ou problemas relevantes para o tempo presente. Ao fazer isso, os alunos são incentivados a fazer perguntas sobre o passado e a procurar respostas, o que promove uma compreensão mais profunda da História e do contexto em que vivemos.

Portanto, o estudo e a valorização do patrimônio cultural não apenas mantém viva a identidade e os valores de uma comunidade, resgatando as memórias do

passado, mas também ajudam a compreender sua história, identidade e herança cultural, sendo assim, essa valorização transcende o presente, pois reconhece a importância desses elementos ao longo do tempo em diferentes lugares.

2.3.4 Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo

Ao refletirmos sobre a relação memória e história, deparamo-nos com uma complexa interdependência entre esses dois conceitos. A memória, como a lembrança viva do passado, se manifesta através de relatos, costumes, objetos e lugares. Já a história, munida de métodos rigorosos e análise crítica, busca interpretar e organizar essa memória coletiva, tecendo um relato coeso e contextualizado do passado.

Sem a memória, a história não teria base para construir seu relato, e sem história, a memória se fragmentaria em lembranças individuais e dispersas, fadadas ao esquecimento, “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (Nora, 1993, p. 14).

Assim, memória e história se configuram como fases indissociáveis da mesma moeda, a memória fornece a matéria-prima, e a história com ferramentas e métodos, transforma essa matéria-prima em um relato coeso, garantindo a preservação da memória e sua relevância para o presente e futuro, nesse sentido, a memória nos conecta ao passado, enquanto a história nos permite interpretá-lo e aprender com ele.

Para Pierre Nora (1993) a memória do passado não se resume a um mero conjunto de lembranças individuais, ela se configura como um dever compartilhado, uma responsabilidade que recai sobre cada indivíduo e grupo social, democratizando o acesso à história e reconhecendo a importância de compreendermos o passado. Portanto,

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais (Nora, 1993, p. 17).

Essa necessidade de desvendar o passado deixou de ser um privilégio restrito aos especialistas e se tornou uma preocupação de toda a sociedade, essa

democratização da história abre espaço para a participação ativa de todos na construção da memória coletiva, valorizando diferentes perspectivas e experiências.

A relação com o passado, onde a memória se torna um dever e a história se democratiza, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural, pois ao compreendermos as diferentes perspectivas que moldaram o nosso passado, podemos construir um futuro onde mais vozes sejam ouvidas e valorizadas.

O antigo prédio do Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM) em Jaguariaíva se ergue como um testemunho da história da cidade, mais do que um marco arquitetônico, o frigorífico representa um capítulo crucial no desenvolvimento local, entrelaçando memória, história e fatores que moldaram a identidade de Jaguariaíva.

Portanto, segundo o livro de Angela Brandão *Frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva* de 2000, o antigo prédio do Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, localizado na área central da Cidade Baixa, atrás da Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo, foi um grande empreendimento econômico para a cidade de Jaguariaíva desde a sua criação até o fim de suas atividades como frigorífico no ano de 1964. “A fábrica Matarazzo funcionou por mais de sessenta anos, quarenta dos quais, explorando a industrialização dos derivados da carne suína e bovina” (Axt, 2007, p. 32)²⁰.

O motivo para a construção do Frigorífico na cidade de Jaguariaíva é justificado por Angela Brandão (2000) devido às condições adequadas, como a presença da ferrovia que já passava pela cidade, a abundância de matéria-prima devido à extensa produção de suínos na região e os rios que cortam a cidade, os quais poderiam ser utilizados para geração de energia, além da proximidade com a região de São Paulo.

Segundo a autora Jaguariaíva já possuía uma história e um reconhecimento como um núcleo de povoamento antes da chegada desses empreendimentos, ferrovia e indústria. Essa análise destaca a relação complexa entre os fatores históricos, geográficos e econômicos que moldaram o desenvolvimento da cidade ao longo do tempo, sugerindo que sua escolha como local para a indústria foi mais resultado de seu contexto pré-existente do que de uma criação deliberada da ferrovia ou da indústria.

²⁰ AXT, José. **Do tropeirismo aos dias atuais**. Jaguariaíva, 2007. Texto não publicado presente no arquivo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.

Para os autores Francisco Hardman e Victor Lenardi (1982):

Do ponto de vista da geografia industrial, podem-se destacar dois elementos decisivos para a localização das fábricas: as ferrovias (transporte de matérias-primas, máquinas e trabalhadores imigrantes; transporte de bens industriais produzidos) e os rios (além da função de transporte, surgiam como fontes de energia hidráulica e hidrelétrica [...]) (Hardman; Lenardi, 1982, p. 177).

Tanto as ferrovias quanto os rios desempenhavam papéis importantes na determinação da localização das fábricas, proporcionando acesso a recursos essenciais, transporte eficiente e energia para sustentar as operações industriais. Esses fatores geográficos influenciaram as decisões de localização das indústrias e tiveram impactos significativos no desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão localizadas. Portanto, vê-se que Jaguariáiva “correspondia a este mesmo processo de expansão industrial que, apesar da concentração em São Paulo, estendia-se, em casos específicos, a pequenas cidades rurais ou periferias urbanas” (Brandão, 2000, p. 58).

Além disso, as ferrovias também são vitais para o transporte dos bens industriais produzidos pelas fábricas, conectando essas instalações aos mercados consumidores. Enquanto os rios podem ser usados para a geração de energia hidráulica aplicada diretamente na operação de algumas fábricas, e a energia hidrelétrica pode ser aproveitada para a produção de eletricidade, o que é essencial para alimentar as operações industriais.

Em seu texto, José Axt (2007) relata que a escolha da cidade foi motivada pela passagem do Conde Francisco Matarazzo, a bordo de um trem, onde ele viu potencial para a implementação de uma de suas indústrias:

Em 1917, quando fazia uma viagem de trem de Sorocaba à Antonina (o meio de comunicação mais eficiente seguro na época, era a ferrovia) na passagem por Jaguariáiva, chamou-lhe a atenção da janela do vagão, no rio Capivari, uma queda de água, chamada pelos moradores locais de “cachoeirão”. Na margem oposta, aonde é hoje a Vila São Roque, deparou com um chiqueiro de engorda de porcos. Pediu para que parassem o trem a fim de poder apreciar melhor o acidente geográfico e o chiqueiro de suínos. Entusiasmado com a fartura de água, da possibilidade de construir uma hidrelétrica e de obter matéria prima necessária na região, associou esses fatores a existência da estrada de ferro, da situação geográfica favorável e disse aos que o acompanhavam: *“aqui é um lugar ideal para se construir um grande frigorífico...”* (Axt, 2007, p. 31).

Observa-se então, que o Conde Matarazzo identificou oportunidades econômicas e industriais na região com base em fatores como recursos naturais, infraestrutura e localização geográfica. Sua observação e visão empreendedora foram fundamentais para a futura instalação do frigorífico em Jaguariaíva, influenciando significativamente o desenvolvimento econômico e social da cidade.

No século XIX, a freguesia de Jaguariaíva contava com agricultores e pecuaristas na região, ela “já existia desde o século XVIII como povoamento ligado à criação de gado e à agricultura e, desde o início do século XX, como estação e tronco ferroviário” (Brandão, 2000, p. 57). Com a entrada do empreendimento industrial, somada à estação ferroviária, a região de Jaguariaíva teve seu número de habitantes aumentada de forma significativa.

Até então, a maioria dos textos, como o de Angela Brandão (2000) e de José Axt (2007) citam que a construção do frigorífico foi iniciada no ano de 1918. No entanto, segundo a historiadora local Plicila de Brito (2024), por meio de pesquisas em jornais e documentos da época, revela que na verdade, a prefeitura liberou a construção do empreendimento no final de 1919 pela Lei nº 67, de 30 de agosto, a edificação do frigorífico foi iniciada no ano seguinte, gerando uma série de empregos em sua construção.²¹

Assim que a construção foi finalizada, outra série de empregos foi gerada, agora diretamente ligadas ao frigorífico, que iniciou o seu funcionamento em 1924, e “uma série de privilégios eram concedidos aos trabalhadores, beneficiando a cidade como um todo: moradias operárias, assistência médica, escola para os filhos de funcionários, lazer e esporte” (Brandão, 2000, p. 124).

Segundo os relatos da historiadora Plicila de Brito (2024), em torno da fábrica, além de um armazém e um grupo escolar do grupo Matarazzo para atender os trabalhadores e filhos dos trabalhadores, desenvolveu-se uma infraestrutura que incluía usinas hidrelétricas, uma ferrovia com acesso direto ao frigorífico, uma vila para os trabalhadores e também um clube social e esportivo (Associação Atlética Matarazzo – AAM), equipado com salão de dança, campo de futebol, quadra de basquete, quadra de futsal, sauna e piscina.

²¹ Registro do capítulo “Fides, Honor, Labor – As Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo em Jaguariaíva-PR”, por Plicila de Brito, no livro em comemoração ao segundo centenário de Jaguariaíva, a ser publicado no ano de 2024.

Esses benefícios tinham o intuito não apenas de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas também contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar geral da comunidade, criando um ambiente mais saudável e equilibrado. Por mais que essa abordagem demonstre o compromisso da empresa não apenas com o sucesso comercial, mas também com o bem-estar e a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade em que estão inseridos.

Porém há um questionamento se essa melhoria na qualidade de vida ocorria para toda a comunidade ou somente para os cargos mais altos, devido aos relatos de movimentos grevistas ocorridos na indústria por causa dos baixos salários como salientados por Plicila de Brito (2024). A historiadora relata que durante o funcionamento na cidade, em 1936, houve a paralização das atividades, devido aos baixos salários, e o não pagamento de horas-extras. A parada foi cessada somente com a intervenção do Ministério do Trabalho do Paraná com a promessa de melhoria na situação dos funcionários.

A mão de obra utilizada no frigorífico também contava com a presença feminina, devido as habilidades específicas que as mulheres demonstravam em determinadas tarefas, como podemos ver no texto de Angela Brandão (2000):

Conforme as lembranças dos trabalhadores, o trabalho feminino foi largamente empregado no Frigorífico. Muitas vezes justificado mesmo por habilidades específicas para tarefas as quais as mulheres desempenhavam melhor. Por outro lado, em nenhum dos depoimentos, sobre nenhum período de existência da empresa se falou em trabalho infantil. Percebemos, no entanto, que a idade mínima para ingressar na fábrica teria sido nos anos vinte de doze anos, passando para dezesseis em época posterior (Brandão, 2000, p. 120).

Isso sugere que as mulheres desempenhavam papéis importantes na operação da fábrica e que suas habilidades eram reconhecidas, mas será que o salário delas era equiparado ao dos homens, será que essa “valorização” realmente era reconhecida, vê-se que a greve foi geral em 1936, portanto entende-se que não. Ainda segundo a autora Angela Brandão (2000), em suas entrevistas relacionadas à fábrica ou ao contexto em questão, o tema do trabalho infantil não foi identificado.

Sobre a estrutura física do Frigorífico Matarazzo, Angela Brandão (2000) relata que o edifício em Jaguariaíva se destaca por sua estrutura de madeira, resultado de um minucioso trabalho de carpintaria, sendo diferente da Europa, onde predominam

os modelos de arquitetura que empregam ferro e vidro, essas formas de construção não foram plenamente adotadas no Brasil.

Ainda segundo a autora, acredita-se que a utilização da madeira em sua construção se deva “à abundância de qualidade da madeira da região; à disponibilidade de mão-de-obra qualificada para este tipo de construção e, provavelmente, a uma presença restrita de máquinas movidas a vapor, tendo predominado a energia elétrica” (Brandão, 2000, p. 80).

Esses fatores combinados contribuíram para a escolha da madeira como material de construção para o edifício, oferecendo uma solução viável e adaptável às condições locais e tecnológicas da época.

A história do edifício em questão é marcada por um processo de construção gradual, com várias etapas de ampliação e adaptação conforme as necessidades em que a produção evoluía. Sobre a sua arquitetura e construção, Angela Brandão (2000), cita que:

Em sua área construída de vinte e dois mil metros quadrados, o aspecto predominante da fábrica, distribuída em diferentes módulos de um ou mais andares, é de tijolinhos à vista, com aberturas de portas e janelas de madeira. As coberturas de telhas apresentam-se, em parte do edifício, recortadas em duas águas, como módulos colocados em sequência, dando um aspecto de cobertura em *shed* ou cobertura em dente de serra. Em outras partes, as coberturas formam frontões triangulares recortados, com uma abertura circular, ao modo de óculos. Temos, nestas partes, coberturas compostas, em que a viseira acompanha o telhado, transmitindo à fachada a harmonia de seu recorte. Entre as duas partes da cobertura, há aberturas como lanternins. O vão da maioria das janelas é demarcado com arcos abatidos, cujas aduelas são feitas também de tijolos aparentes, com exceção das cunhas e dos fechos que se apresentam evidenciados em pedra branca, arrematando os arcos com leveza e dinamismo. [...] A imensa chaminé, de tijolos aparentes, complementa como vertical, o complexo que se distribui horizontalmente (Brandão, 2000, p. 81).

Essa descrição revela a diversidade e a complexidade da arquitetura do edifício, resultado de seu desenvolvimento gradual ao longo do tempo, destacando as suas características arquitetônicas distintas. A construção em si resultou em um aumento significativo da demanda por mão de obra na região, e como consequência, muitos trabalhadores migraram de áreas próximas em busca de emprego nas obras de construção da fábrica.

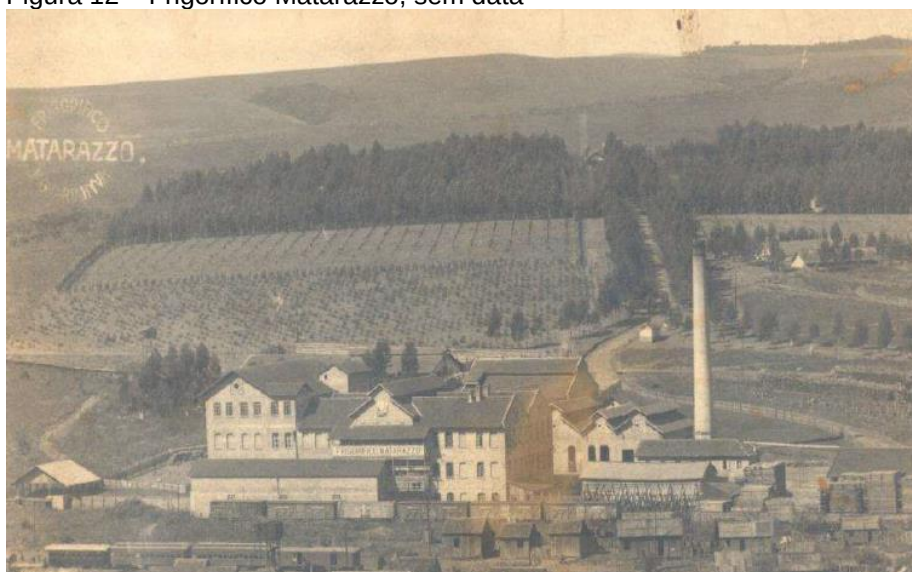
Esses indivíduos, trazendo consigo suas habilidades e experiência no campo da construção, tornaram-se parte ativa do processo de construção, e fixaram-se na cidade “muitos destes primeiros trabalhadores que chagaram em Jaguariaíva,

trazendo sua experiência em construção, acabaram estabelecendo-se na cidade de modo definitivo” (Brandão, 2000, p. 88).

Esse fenômeno não apenas contribuiu para a economia local durante a construção, mas também teve um impacto duradouro na composição demográfica e na vida da comunidade, enriquecendo-a com novos residentes e suas habilidades profissionais.

Através da fotografia da figura 12 é possível observar o edifício do Frigorífico Matarazzo, nota-se a em frente a construção os vagões de carga que provavelmente eram utilizados para o transporte dos suínos utilizados no frigorífico:

Figura 12 – Frigorífico Matarazzo, sem data



Fonte: Acervo Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Como a imagem está em preto e branco e não está com uma resolução alta, é limitada a quantidade de detalhes que podem ser analisados, mas com ela é possível observar que na época na região em seu entorno havia muita área verde, e ao fundo da imagem também é possível verificar a construção da casa do Conde Francisco Matarazzo.

Além da fábrica “outro edifício associado ao universo do frigorífico [...] era a casa destinada a abrigar o Conde Francisco Matarazzo e sua família, quando viessem a Jaguariáva” (Brandão, 2000, p. 89), o local ainda é amplamente reconhecido como “Palacete Matarazzo”, mesmo hoje abrigando um museu, com o nome de Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo, isso sugere que o nome original do

edifício, associado à família Matarazzo, ainda é prevalente na memória coletiva da comunidade, mesmo após sua conversão em um museu.

Indicando também a importância da presença e do investimento da família Matarazzo na região, bem como a influência social e econômica que exerciam sobre a comunidade local. Porém essa dualidade com a nomenclatura do local resalta a importância histórica e cultural do edifício na cidade, mantendo viva a lembrança de sua ligação com o primeiro dono do Frigorífico Matarazzo.

A fotografia da figura 13 retrata o “Palacete Matarazzo”:

Figura 13 – Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Jaguariaíva

O edifício em si configura com um lugar de memória, o que por um lado representa a influência social e econômica que a família exercia sobre a comunidade local, por outro ele vai além da mera lembrança da família, ele conecta o presente à história da cidade, essa dualidade se encaixa na definição de lugares de memória proposta por Pierre Nora (1993):

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração (Nora, 1993, p. 21).

Nesse sentido, ao visitar os lugares de memória, cada pessoa, com suas vivências e perspectivas, atribui seus próprios significados aos elementos presentes.

Alguns lugares de memória estão relacionados a elementos naturais, como paisagens exuberantes ou formações geológicas, que ao longo do tempo adquirem significado cultural e histórico, já outros são construídos de forma artificial, como monumentos, memoriais e museus que preservam a história, como no caso do “Palacete Matarazzo” que se transformou em um museu.

Plicila de Brito (2024) relata que, em 1963, a empresa das Indústrias Reunidas Matarazzo teve que passar por uma reorganização devido a um período de instabilidade, influenciado por uma severa seca, a transferência da criação de suínos para o sudoeste do Paraná e as mudanças econômicas decorrentes do regime militar. Então, no ano de 1964, o frigorífico encerrou suas operações industriais, causando um impacto significativo na economia da região “quando do encerramento de suas atividades em 1964, se rompe uma dinâmica construída ao longo de 44 anos” (Correia, 2015, p. 147).

Como um dos principais empregadores do município, o fechamento da indústria resultou em uma séria crise de desemprego. Para remediar a situação, o grupo Matarazzo recebeu financiamento do governo do estado do Paraná e introduziu uma nova atividade fabril na cidade, desta vez no setor têxtil, usando o mesmo prédio que servia para o frigorífico, porém, “o processo industrial da empresa Matarazzo em Jaguariaíva cessou em 01/11/1981 com a venda de todo patrimônio à Cia Nacional de Estamparia – Cianê” (Axt, 2007, p. 34).

Os ativos e as operações da empresa foram transferidos para a Cianê, marcando o fim das atividades industriais da Matarazzo em Jaguariaíva, esse evento é significativo porque representa uma mudança importante na indústria local gerando impactos na economia e na comunidade da área.

Houve uma mudança de uso do edifício ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades e demandas da comunidade. Segundo Angela Brandão (2000), hoje o prédio comporta, além do Cine Teatro Municipal Valéria Luercy, o estacionamento dos veículos pertencentes a prefeitura, e outros empreendimentos privados como lanchonete, marmoraria, fábrica de roupas, entre outros. Essa transformação reflete uma evolução na função do espaço, que hoje além de ser um local dedicado à cultura e ao entretenimento também abriga atividades administrativas e comerciais.

Na fotografia da figura 14 podemos observar uma fotografia atual do Complexo Matarazzo que se destaca pela grandiosidade da construção do empreendimento,

nela também é possível verificar a placa do Cine Teatro Municipal Valéria Luercy anexada ao edifício:

Figura 14 – Prédio do antigo Frigorífico Matarazzo



Fonte: (Prandi, 2022)

Para Beatriz Correia (2015):

A reabilitação desses espaços abandonados ou subutilizados, como no caso do Complexo Matarazzo de Jaguariá - PR reveste-se de uma importância redobrada para o planejamento do território e a oferta de novos espaços reciclados, destinados às atividades diversas, sejam elas econômicas, comerciais, culturais, educacionais, recreativas, ou mesmo habitacionais (Correia, 2015, p. 58).

Portanto, essa iniciativa não apenas resgata áreas que antes estavam negligenciadas, mas também proporciona novas oportunidades de uso que beneficiam a comunidade em diversos aspectos.

Angela Brandão (2000) afirma que:

O edifício construído na segunda década do século XX, em Jaguariá, até hoje persiste não apenas como materialidade, não apenas como patrimônio arquitetônico a ser preservado em sua concretude, mas também como uma construção imaterial, aquela fixada na memória de seus trabalhadores e dos moradores da cidade. E, assim, na esfera das lembranças, a fábrica tornou-se também a alma da cidade (Brandão, 2000, p. 92).

Além de sua presença física como um marco arquitetônico a ser preservado, o edifício assume também um significado imaterial e simbólico na memória daqueles que trabalharam nele e dos habitantes da cidade, tornando-se assim, parte da identidade coletiva da comunidade. Ao longo do tempo, ele se enraíza nas memórias

e experiências dos trabalhadores e moradores locais, assumindo um papel central na história e na cultura da cidade, tornando-se um símbolo da conexão entre o passado e o presente, enriquecendo a compreensão e o apreço pela história local.

Destaca-se então, a importância dos lugares de memória para a preservação e o acesso à uma memória coletiva “o interesse pelos lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva ressalta dessa sensibilidade” (Nora, 1993, p. 28). Mais do que um simples espaço físico, eles se configuram como repositórios da identidade de um povo, transmitindo histórias, valores e costumes às novas gerações. Os lugares de memória proporcionam uma experiência de aprendizagem única, permitindo que o público vivencie a história de forma sensorial e interativa, sendo possível contextualizar eventos históricos e compreender suas causas e consequências, contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes estimulando a reflexão e ao debate. Ao preservarmos esses espaços, garantimos que a memória do passado seja transmitida às novas gerações conectando essas pessoas ao um senso de pertencimento.

Quanto mais a memória se distancia da experiência vivida, mais ela se torna dependente de suportes tangíveis para se manter viva “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (Nora, 1993, p. 14). Esses suportes, que assumem diversas formas, servem como pontes que conectam o presente ao passado, permitindo que a memória se perpetue e se torne acessível às novas gerações. Através dos suportes de memória como monumentos e memoriais, cartas, diários, livros, celebrações de datas e eventos, a memória se torna acessível e duradoura, transcendendo os limites da experiência viva e se transformando em um legado para as gerações futuras.

Vê-se, então, a necessidade de o professor incluir em seu programa de ensino de História não apenas o estudo do passado de outros povos e outros países, mas também explorar o local e social de cada aluno, “ao assumir funções de mediação, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores *a priori*, criar espaços de aprendizagem e interação que facilitem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio” (IPHAN, 2014, p. 23).

O papel das instituições públicas, como escolas e órgãos governamentais, no contexto do ensino de história e na preservação do patrimônio cultural torna-se cada

vez mais importante. Estas instituições não devem simplesmente impor valores ou conhecimentos predefinidos aos grupos sociais, mas sim atuar como mediadoras para criar ambientes de aprendizagem e interação.

Essa abordagem é especialmente relevante no contexto do ensino de história local, onde a ênfase está na conexão direta com o patrimônio cultural da comunidade. A participação ativa dos grupos sociais na preservação e reflexão de sua herança cultural faz com que os alunos conheçam as suas próprias histórias, identifiquem as memórias locais, os depoimentos, e incentiva-os a fazer reflexões sobre os conceitos atuais de acordo com os estudos locais, fazendo essa ligação através das fontes históricas.

Vale ressaltar que para que os alunos se reconheçam e se identifiquem como comunidade é importante que haja uma problematização do presente, situando os locais, os sujeitos e os eventos do passado, pois nem sempre esses estudantes irão se sentir representados pelos donos das fazendas e das indústrias e sim aos trabalhadores locais.

A preservação da memória do passado não se dá por acaso, é um esforço consciente, uma vigilância constante que se manifesta através de diversas formas através de comemorações de datas e eventos históricos, obras físicas que eternizam momentos e figuras importantes “sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria” (Nora, 1993, p. 13). Essa vigilância é crucial para evitar que a história se torne um mero amontoado de fatos, varrendo do mapa os vestígios do passado e condenando-o ao esquecimento, ela garante que eventos, pessoas e valores importantes sejam preservados e transmitidos as novas gerações.

Ou seja, a memória não se restringe ao mero acúmulo de lembranças individuais e subjetivas, ela se expande para um conjunto de elementos como documentos, objetos e imagens que guardam vestígios do passado, “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (Nora, 1993, p. 15). Mesmo com acesso a um extenso conjunto de documentos e registros, a memória individual se revela seletiva e fragmentada, ela é influenciada por diversos fatores, como contexto social, crenças pessoais, sendo assim, ela se torna suscetível a esquecimentos e distorções.

Diante desse contexto, o resgate e a preservação da memória e identidade local surgem como uma construção contínua. Para os professores do ensino fundamental I, que muitas vezes carecem de formação específica, a realização de cursos de aperfeiçoamento pelos órgãos públicos se torna essencial, consolidando o compromisso de enriquecer a abordagem educativa e fomentar a valorização do patrimônio cultural desde as bases do sistema educacional.

É necessário que o aluno conheça o patrimônio local, os motivos que levaram a construção dos mesmos em sua cidade, mas também como esse patrimônio é usado nos dias de hoje, pois tal conhecimento contribui para o reconhecimento de sua identidade cultural.

Em síntese, concluímos que através dessas narrativas, foi possível discutir sobre o patrimônio edificado de Jaguariaíva, sua preservação, estabelecendo assim uma ligação com a fundamentação teórica e os elementos da história local Jaguariaivense, ressaltando-os como bens culturais preservados e com potencial educativo. Esses são alguns dos lugares de memória da cidade Jaguariaíva que fazem parte da história e do cotidiano local que podem ser explorados pelos professores e alunos para trabalhar a história local do município, desde questões trabalhistas, industriais, entre outros.

CAPÍTULO 3 – MATERIAL DIDÁTICO

A proximidade entre professores e estudantes contribui para o resgate e a reflexão da cultura local, o que, por sua vez, auxilia na preservação dos bens culturais, além disso, é importante destacar a importância da ludicidade para os alunos do Ensino Fundamental I, que podem se beneficiar da utilização de jogos didáticos. Os jogos não apenas proporcionam emoções positivas, mas também auxiliam no desenvolvimento da empatia e na capacidade de lidar com a frustração e o fracasso, podendo ajudar na construção de laços sociais, nesse sentido, vale ressaltar que o uso dos jogos pode ser utilizado através das tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

Para abordar este tópico, este capítulo será dividido em três seções: a primeira abordará as reflexões sobre como o lúdico permite ao professor trabalhar diferentes conceitos históricos, destacando a importância dos jogos e das atividades lúdicas em sala de aula, especialmente quando associados à disciplina de História, pois podem proporcionar aos alunos um contato mais criativo com o passado.

A segunda parte abordará as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em sala de aula, pois como o material didático apresentado na presente dissertação envolve o uso de tecnologias digitais, é importante explorar a variedade de ambientes educacionais que podem ser utilizados para envolver e despertar o interesse dos alunos, beneficiando tanto educadores quanto os estudantes. A análise dos textos de Philippe Perrenoud (2000), Sidnei Silveira (2019) e José Moran (2019) serão fundamentais para explorar o tema das tecnologias na educação nesta seção do texto.

A terceira seção deste capítulo apresentará o material didático desenvolvido como parte integrante do curso do Mestrado Profissional em Ensino de História: um jogo de trilha *on-line* produzido por meio de tecnologias digitais que abordará patrimônios culturais edificados da cidade de Jaguariaíva. A cidade de Jaguariaíva apresenta uma diversidade muito grande relacionada ao seu patrimônio cultural, proporcionando uma ampla gama de elementos históricos e arquitetônicos para explorar e integrar ao contexto de um material didático, portanto ela foi utilizada como pano de fundo inspirador para esta iniciativa. Portanto, serão abordados quatro patrimônios edificados da cidade no material didático: o Santuário do Bom Jesus da

Pedra Fria, a Praça Isabel Branco e Silva, a Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo e o Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo.

Este recurso educacional é um jogo de trilha *on-line*, confeccionado a partir de linguagem de desenvolvimento *web*, que retrata o patrimônio cultural edificado de Jaguariaíva, representando uma abordagem tecnológica para a aprendizagem do conhecimento histórico e cultural, especialmente adaptado à era digital. Ao longo desta seção, discutiremos detalhadamente o processo de confecção do jogo *on-line*, destacando suas características e metodologias empregadas.

Além disso, será analisado o papel da tecnologia digital na criação deste recurso educacional, abordando questões relacionadas à usabilidade e ao engajamento dos alunos. O jogo de tabuleiro *on-line* oferece uma plataforma interativa e dinâmica que visa envolver os jogadores promovendo uma aprendizagem ativa e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, enquanto exploram o patrimônio cultural edificado de Jaguariaíva.

3.1 O ENSINO PELA LUDICIDADE E A UTILIZAÇÃO DE JOGOS

Uma das grandes aliadas dos professores no processo de ensino-aprendizagem é a ludicidade, através do uso de jogos. Eles são instrumentos mediadores no processo de ensino e de aprendizagem do Fundamental I, “o jogo não pode ser visto, apenas, como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral” (Ide, 2005, p. 95).

Sendo assim, a importância do jogo como uma atividade didática vai muito além do mero entretenimento, pois exige raciocínio, planejamento, estratégia e resolução de problemas, o que contribui para o ensino-aprendizagem, estimulando o pensamento crítico, a tomada de decisões e a criatividade.

O jogo se apresenta como um apoio pedagógico, permitindo ao professor inserir metodologias lúdicas no cotidiano escolar, com ênfase nos jogos, proporcionando aos alunos a aprendizagem de forma divertida e aulas mais descontraídas, sendo uma ferramenta de suma importância em sala de aula “o jogo é feito para brincar e brincando também se aprende” (Antoni; Zalla, 2018, p. 114).

Entretanto, nem sempre o jogo foi visto dessa maneira, o aspecto lúdico na sociedade contemporânea foi negado, como argumentam Débora Silva e Nelson Marcellino (2006):

Negado, na sociedade contemporânea, para o ser humano em todas as fases da vida (na primeira, em nome da preparação; na segunda, em nome da produção; e tolerado, na terceira, mas para que não se foi preparado), em nome da racionalidade e da produtividade, o lúdico ficava restrito à criança, faixa etária “improdutiva”. Mas, mesmo para ela, o lúdico vem sendo negado, ou furtado, cada vez mais precocemente, em nome da preparação para o ser adulto, considerado completo e perfeito (Silva; Marcellino, 2006, p. 21).

A citação destaca que em nome de uma preparação para a vida adulta, em nome da racionalidade e da produtividade, o lúdico muitas vezes foi negado à criança, também quando o professor em sala de aula, “esquece” da importância desse tipo de atividade com os menores, “esquece” que com o uso de jogos as crianças podem aprender umas com as outras, que o lúdico colabora para a socialização e a aprendizagem delas.

A análise dos autores Débora Silva e Nelson Marcellino (2006) indica uma preocupação com relação à prevalência de valores vinculados à racionalidade e produtividade na sociedade contemporânea, os quais tendem a reprimir, menosprezar e desvalorizar as atividades lúdicas. A afirmação sugere que a sociedade, ao dar prioridade à preparação para a vida adulta e à busca por essa produtividade, acaba por negligenciar o valor intrínseco do lúdico em todas as fases da vida, essa negligência pode resultar em uma perda de elementos essenciais para o bem-estar humano, tais como a criatividade, imaginação e alegria associadas às atividades lúdicas.

É crucial destacar que o vínculo criado com o lúdico contribui significativamente para o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando que o conhecimento seja construído de diferentes maneiras pelos alunos como afirmam Edson Antoni e Jocelito Zalla (2018):

A prática do jogo elabora, assim, vínculos entre os jogadores e os convoca aderir a seu conteúdo que, por estar associado a um tempo extraescolar, se consolida a partir de outros tipos de referenciais. Transportados para a sala de aula, as experiências cotidianas e o prazer das atividades lúdicas (Antoni; Zalla, 2018, p. 114).

Em sala de aula, observa-se que alguns estudantes têm preferência por música, enquanto outros gostam de leitura, e alguns preferem vídeos, nesse sentido

as atividades lúdicas e os jogos têm o potencial de abranger uma variedade de gostos pessoais dos estudantes. Eles têm diferentes preferências em relação às atividades e as formas de aprendizado, especialmente em relação às mídias e ao entretenimento, essas preferências são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo experiências pessoais, interesses e estilos de aprendizagem.

Portanto é necessário reconhecer e respeitar as diferentes preferências e interesses dos estudantes, nesse sentido as atividades lúdicas e jogos podem ser uma maneira eficaz de abordar essa diversidade, proporcionando uma experiência de aprendizado mais inclusiva e significativa para todos, como salienta Sahda Ide (2005) ao afirmar que:

As experiências positivas nos dão segurança e estímulo para o desenvolvimento. O jogo nos propicia a experiência do êxito, pois é significativo, possibilitando a autodescoberta, a assimilação e a integração com o mundo por meio de relações e de vivências (Ide, 2005, p. 96).

Portanto, a afirmação de Sahda Ide (2005) ressalta que o uso de jogos na educação vai além do simples entretenimento, sendo uma abordagem que favorece o desenvolvimento integral dos alunos, como a área física, cognitiva, afetiva, social e moral. Essa compreensão ressalta a importância de reconhecer o jogo como uma ferramenta pedagógica valiosa no processo de ensino-aprendizagem, capaz de proporcionar uma abordagem mais envolvente e eficaz para o desenvolvimento educacional dos alunos.

Porém, o jogo deve ser planejado, trabalhado de forma organizada e clara, há diferentes tipos de jogos para serem utilizados e explorados em sala de aula, para que o aluno alcance uma aprendizagem mais significativa “as crianças ficam mais motivadas a usar a inteligência, pois querem jogar bem; sendo assim, esforçam-se para superar obstáculos, tanto cognitivos quanto emocionais. Estando mais motivadas durante o jogo, ficam também mais ativas mentalmente” (Ide, 2005, p. 95).

A citação de Sahda Ide (2005) destaca a ideia de que as crianças, ao se engajarem em atividades lúdicas, como jogos, encontram uma motivação que é essencial para usar sua inteligência. Essa motivação surge do desejo de se destacar no jogo, levando as crianças a se esforçarem para superar os desafios tanto cognitivos, relacionados ao pensamento e a resolução de problemas, quanto emocionais, lidar com as emoções associados ao jogo. A motivação durante o jogo

resulta em uma maior atividade mental, indicando que as crianças estão mais envolvidas e participativas enquanto se divertem.

O jogo é um passatempo que gera divertimento, mas que torna as aulas mais descontraídas, contribui para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos, as motiva e as empolga a estarem inseridas no ambiente escolar e proporcionam um ambiente propício para a aprendizagem.

Pensando no jogo durante as aulas de história, Nilton Pereira e Marcello Giacomoni (2018) afirmam que:

O jogar na aula de história é um belo exercício amoroso. Uma vez que o jogo pressupõe uma entrega ao movimento absoluto da brincadeira e que jogar implica um deslocamento. Um deslocamento do espaço, da ordem, das medidas, dos horários, das imposições disciplinares, da avaliação, das provas, numa palavra, da obrigação (Pereira; Giacomoni, 2018, p. 15).

Esse deslocamento citado pelos autores, abrange uma libertação das estruturas convencionais da sala de aula que inclui a ordem, os horários, as imposições disciplinares e as avaliações, que são substituídos por um ambiente mais livre dessas “obrigações”. Essa abordagem oferece uma alternativa valiosa para repensar a dinâmica na educação, promovendo a aprendizagem por meio da ludicidade e permitindo aos alunos uma experiência mais significativa.

Nesse sentido, é possível dizer que tem como ensinar conceitos históricos utilizando os jogos, tornando assim as aulas mais atrativas, buscando sair do tipo de aula dita “expositiva”, como salientam Nilton Pereira e Marcello Giacomoni (2018):

Em diversos momentos no ensino, nunca possuímos a garantia plena do aprendizado; isto é, “vencer o conteúdo” através de aulas expositivas, exercícios e outros métodos mais tradicionais (mesmo que absolutamente importantes dentro do cotidiano do ensino) não significa a formação de aprendizagens significativas (Pereira; Giacomoni, 2018, p. 17).

Embora esses métodos, ditos tradicionais, sejam reconhecidos como importantes no contexto educacional diário, a citação dos autores Nilton Pereira e Marcello Giacomoni (2018) ressalta que simplesmente cobrir os conteúdos dessa maneira não garante uma aprendizagem significativa, que vai além da mera absorção de informações.

É necessária uma abordagem mais ampla e participativa no ensino de História, incorporando atividade lúdicas e incentivando a reflexão sobre o significado e a

preservação do patrimônio cultural na sociedade, como afirma Circe Bittencourt (2008):

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: *como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado* (Bittencourt, 2008, p. 277).

A tarefa envolve não apenas transmitir informações sobre o passado, mas também explorar as relações que a sociedade estabelece com seu patrimônio, questionando como e por que certos elementos são preservados, quem está envolvido nesse processo e qual o significado cultural dessas práticas. Como resultado disso, as atividades lúdicas facilitam a aprendizagem dos alunos, aproximando-os dos conceitos históricos e ampliando seus conhecimentos sobre o passado do local onde vivem.

Destaca-se então, a necessidade de os alunos relacionarem os novos conhecimentos a suas experiências vividas anteriores, construindo uma compreensão mais profunda sobre a sociedade em que está inserido. Para tanto, é necessário buscar alternativas para que as aulas se tornem mais dinâmicas, “o recurso do jogo permite que o estudante desenvolva uma simpatia com a aula, uma vez que, na forma da brincadeira, não há necessidades do presente que estabilizem a relação pedagógica impondo limites a ela” (Pereira; Torelly, 2015, p. 97).

Ao se referir ao jogo como uma forma de brincadeira, Nilton Pereira e Gabriel Torelly (2015) ressaltam a natureza lúdica e prazerosa desta metodologia de aprendizagem, onde a expressão “simpatia com a aula” sugere que, por meio do jogo, os estudantes desenvolvem uma afinidade e uma conexão mais positiva com o conteúdo apresentado pelo professor. Em outras palavras, o jogo oferece um ensino-aprendizagem mais flexível permitindo uma interação mais livre e descontraída entre o estudante e o conteúdo de aprendizado. Isso cria um ambiente propício para a absorção do conhecimento, uma vez que o estudante se envolve de maneira mais ativa e motivada na experiência de aprendizagem que é proporcionada pelo jogo.

A disciplina de história é bastante ampla, “contando histórias” de diferentes épocas e lugares, sendo assim, é possível “criar”, “elaborar”, ou propor diferentes tipos de jogos, para diferentes faixas etárias “a intensidade do jogo e seu poder de

fascinação não podem ser explicados por análises biológicas. E, contudo, e nessa intensidade, nessa fascinação, nessa capacidade de exercitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo” (Huizinga, 2007, p. 5).

Ao mencionar a “intensidade do jogo” e seu “poder de fascinação”, o autor Johan Huizinga (2007) está enfatizando a natureza cativante e envolvente do ato de jogar. O jogo, segundo essa perspectiva, possui uma dimensão que vai além das explicações puramente biológicas e está ligada à experiência humana de forma mais abrangente. Pode-se interpretar que essa “essência” e “característica primordial” do jogo residem na capacidade única que ele tem de exercitar aspectos diversos da mente humana, como a criatividade, a imaginação, a resolução de problemas e a interação social, esses elementos, que contribuem para a riqueza da experiência lúdica, não podem ser plenamente explicados pelos fatores biológicos isoladamente.

Com o uso de atividades lúdicas, o aluno torna-se protagonista do seu processo de aprendizagem, colaborando assim com a disciplina de história. Nilton Pereira e Gabriel Torelly (2015) afirmam que nas aulas de história,

[...] o jogo permite não apenas um reconhecimento exteriorizado do passado, mas uma experiência com o passado por meio da imaginação. E é essa experiência com o passado que permite uma imersão direta no tempo e que joga o estudante no ato de criador de qualquer conceito. A faculdade da imaginação está presente no fazer histórico, o historiador ao selecionar e seriar os documentos realiza um trabalho com rigor metodológico, mas nunca sem a faculdade fabuladora que o auxilia a criar uma imagem do passado e a imaginar como as coisas se passaram, face ao que dizem os documentos (Pereira; Torelly, 2015, p. 98).

A ideia central desta citação é que, ao envolver os estudantes em atividades lúdicas relacionadas à história, eles não apenas aprendem os fatos e eventos, mas também utilizam a sua imaginação para se conectar de forma mais profunda e pessoal com o material histórico. Essa capacidade inventiva é essencial para criar uma representação mental do passado, preenchendo lacunas e permitindo ao estudante especular sobre como as coisas realmente aconteceram no passado com base nas informações disponíveis.

O aluno consegue, através da sua imaginação, viver uma experiência com o passado de forma mais ampla do que com as aulas tradicionais, ou somente com a leitura de textos, gerando assim, um envolvimento com o passado. O jogo “dá um tom de brincadeira com a história, que nos reporta a algo que excede o presente, pois que

o estudante é levado a propor outros presentes, outras configurações imaginárias que resultam do contato com o passado” (Pereira; Torelly, 2015, p. 94).

Ao introduzir o jogo como uma atividade pedagógica, os autores afirmam que ele proporciona uma abordagem mais leve e divertida à história, ao invés de abordar a história de maneira formal, o jogo permite que os estudantes se envolvam de forma mais descontraída e participativa. Portanto, o jogo não apenas nos conecta ao passado, mas também desafia os estudantes a imaginarem e proporem outras possibilidades imaginárias que vão além do presente.

Em síntese, a incorporação de atividades lúdicas no ensino de história desempenha um papel crucial na facilidade da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma conexão mais estreita com os conceitos históricos e expandindo seu entendimento sobre o passado local. O desenvolvimento desse senso de preservação da memória e construção de identidade é um processo essencial. Assim, a abordagem educacional que integra práticas lúdicas não apenas enriquece a experiência de aprendizagem, mas também promove uma compreensão mais profunda e significativa do patrimônio local e da identidade cultural.

Em virtude disso, percebe-se a importância dos jogos e das atividades lúdicas em sala de aula, e quando associados à disciplina de história podem resultar no contato dos alunos com o passado de forma mais criativa. O lúdico oportuniza ao professor a trabalhar diferentes conceitos históricos, e somados com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) abre-se uma gama muito maior de possibilidades, portanto, é necessário falar também sobre o uso das TICs na educação.

3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

As novas propostas de ensino sugeridas pelo Ministério da Educação (MEC), a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trazem a valorização e estimulam o uso das novas tecnologias nas propostas curriculares para a Educação Básica.

Vivemos em uma sociedade cada vez mais informatizada, e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão cada vez mais presentes e mais acessíveis durante as atividades acadêmicas na escola, pois elas “transformam

não só nossas maneiras de comunicar, mas também de trabalhar, de decidir, de pensar” (Perrenoud, 2000, p. 125).

As tecnologias associadas à educação podem melhorar os processos de ensino e aprendizagem nas diversas disciplinas presentes no currículo educacional, cabe então às políticas públicas estimular o uso das TICs nas escolas, visando cumprir a quinta competência geral da BNCC, que é a cultura digital:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 7).

Nesse caso, essa competência aborda a relação dos indivíduos com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TIC), através dela podemos perceber que os estudantes devem não apenas saber usar as tecnologias digitais, mas também compreender seu funcionamento e ter habilidade para criar conteúdo digital. Porém, o uso das tecnologias deve ser acompanhado por uma postura crítica, reflexiva e ética, isso significa que os estudantes devem avaliar de maneira consciente o impacto das tecnologias em suas vidas e na sociedade, entender o significado do que estão fazendo e agir de maneira ética.

Essa competência não se limita ao ambiente escolar, mas busca a integração das habilidades tecnológicas nas diversas esferas da vida social, reconhecendo que as tecnologias digitais têm aplicações em diversos contextos. O novo cenário educacional proposto pelas mudanças tecnológicas cobra dos professores uma inovação em suas práticas pedagógicas com a inclusão das TICs, alinhando-se aos objetivos de formar cidadãos preparados para enfrentar os desafios da sociedade atual.

As TICs devem ser utilizadas como ferramentas para comunicação efetiva, acesso e disseminação de informações, produção de conhecimento, resolução de problemas e, ainda, para permitir que as pessoas exerçam protagonismo e autoria em suas vidas pessoais e coletivas. Portanto, vê-se que ao longo das últimas décadas, a inserção dessas ferramentas computacionais no ambiente escolar está cada vez maior, como cita Sidnei Silveira (2019):

Ferramentas computacionais tornaram-se cada vez mais acessíveis nos últimos quarenta anos. Enquanto na década de 60 apenas "gênios" sabiam usar computadores, hoje qualquer pessoa tem tanto acesso quanto capacidade de usar algum tipo de ferramenta de computação (Silveira, 2019, p. 87).

Apesar de que ainda há muitas pessoas sem acesso aos meios digitais, destaca-se aqui como aumentou a democratização do acesso e uso de ferramentas computacionais ao longo do tempo, Sidnei Silveira (2019) menciona que, nas últimas quatro décadas, as ferramentas computacionais tornaram-se cada vez mais acessíveis, isso indica uma mudança significativa pois sugere que essas ferramentas estão disponíveis para um número cada vez maior de pessoas.

O autor também afirma que durante a década de 60, o uso dos computadores estava geralmente associado a especialistas ou "gênios" que tinham conhecimento técnico avançado, nesse contexto, o acesso e o uso de computadores eram limitados a uma elite de profissionais altamente capacitados.

Essa evolução reflete os avanços tecnológicos, a popularização de dispositivos e a disseminação do conhecimento sobre o uso de computadores, contribuindo para uma maior inclusão digital na sociedade. Percebe-se então que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação estão cada vez mais acessíveis nas escolas, tornando o ensino mais dinâmico e mais atrativo para os alunos, auxiliando nos processos de ensino e aprendizagem de conteúdos diversos das diferentes disciplinas presentes no currículo escolar.

Para Sidnei Silveira (2019):

Não há mais espaços para questionarmos se o uso do computador faz ou não sentido na Educação e, sim, como tirarmos o maior proveito das ferramentas computacionais para apoiar os processos de ensino e de aprendizagem. As TICs, em especial os computadores, oferecem uma variedade de ambientes de ensino e de aprendizagem, que podem ser explorados e utilizados de maneira a despertar o interesse do aluno, servindo aos professores como uma poderosa ferramenta de apoio (Silveira, 2019, p. 12).

Nesse sentido, para o autor o foco deve ser direcionado para tirar o maior proveito dessas ferramentas no processo educacional, aproveitando assim, ao máximo as ferramentas computacionais para apoiar os processos de ensino e aprendizagem.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), incluindo computadores, oferecem uma variedade de ambientes educacionais que podem ser explorados de

maneira a envolver e despertar o interesse dos alunos. Mas vale destacar que, as tecnologias não substituem o papel do professor, mas podem ser utilizadas de maneira a enriquecer as práticas educacionais, tornando o processo de ensino mais eficaz e envolvente.

Há várias ferramentas computacionais que podem ser utilizadas durante as aulas, promovendo uma abordagem metodológica que explore e otimize o uso dessas ferramentas no ambiente escolar, portanto é necessário que o professor tenha em mente a necessidade de se especializar mais para poder utilizar ao máximo as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, pois as aulas associadas aos meios tecnológicos só vêm a acrescentar nos processos de ensino-aprendizagem.

Embora cada escola e cada comunidade escolar possuam características distintas, há muitos alunos que só têm acesso aos meios informacionais nas escolas, e também há escolas que estão com instrumentos informacionais ultrapassados, portanto, toda a equipe pedagógica deve estar envolvida nos projetos informacionais desenvolvidos na escola para que o seu uso seja mais proveitoso, e lutar para que os recursos públicos sejam direcionados corretamente para a educação.

Para o ensino de História, as TICs são importantes ferramentas em sala de aula, seja através de jogos digitais como também através de aplicativos que auxiliem o professor no ensino de seus alunos, como cita Philippe Perrenoud (2000):

Outros programas orientados para a aprendizagem oferecem suportes a tarefas mais abertas, por exemplo, construção geométrica, modelização científica, composição de textos, de palavras cruzadas ou de melodias. Outros ainda facilitam o acesso a documentações ou processamento de dados numéricos ou cartográficos (Perrenoud, 2000, p. 132-133).

A ideia da citação é ilustrar a diversidade de tarefas educativas que podem ser realizadas por diferentes programas computacionais orientados para a aprendizagem, que abrange desde atividades mais práticas até aquelas que estão relacionadas à pesquisa e ao processamento de informações.

Entende-se, então, que as TICs vêm a acrescentar nos processos educacionais, no entanto, sabe-se que o uso das TICs não depende só do professor. A administração escolar, pública ou privada, deve estar atenta à inserção dessas novas tecnologias nas escolas, pois “a compreensão do mundo digital é importante para que o estudante possa se apropriar dos processos que ocorrem no mundo digital,

podendo compreender e criticar tendências, sendo ativo neste cenário” (Silveira, 2019, p. 84).

Ao compreender o funcionamento do mundo digital, os estudantes terão a capacidade não apenas de utilizar as tecnologias digitais, mas também de compreender e criticar as tendências que surgem nesse cenário. A ênfase é na necessidade de os estudantes não serem apenas usuários passivos da tecnologia, mas sim indivíduos ativos e críticos, capazes de compreender, analisar e questionar as dinâmicas e as influências do mundo digital em que estão inseridos.

Vale ressaltar que o professor não precisa ser um especialista em informática, ele deve estar atento às tecnologias voltadas para a educação, incluindo-as em suas aulas, favorecendo assim a utilização de novas metodologias educacionais, como salienta Philippe Perrenoud (2000):

Não é necessário que um professor torne-se especialista em informática ou em programação. Um certo número de *softwares* educativos são, hoje, concebidos para permitir ao usuário que escolha os numerosos parâmetros de utilização e o conteúdo dos exercícios (Perrenoud, 2000, p. 134).

O autor destaca que existem diversos *softwares* educativos disponíveis, os quais foram projetados para serem acessíveis e utilizáveis por usuários sem conhecimentos avançados em informática. Esses *softwares* oferecem opções para que os professores possam escolher diferentes modelos de utilização e ajustar o conteúdo dos exercícios conforme suas necessidades e objetivos pedagógicos, a mensagem principal é que os professores podem aproveitar os recursos tecnológicos sem a necessidade de uma especialização técnica aprofundada.

Observa-se, então, que as TICs foram criadas para dinamizar e acelerar processos diversos, sejam educativos ou não, mas há uma gama de *softwares* que podem ser escolhidos pelos professores que envolvem os temas das aulas. Com relação a disciplina de história, José Moran (2019) afirma que:

As narrativas digitais podem ser utilizadas, por exemplo, para recontar eventos históricos. Em um ambiente de sala de aula, os alunos podem usar fotografias históricas, manchetes de jornais, discursos, gravar vídeos e outros materiais disponíveis para criar cenas que ilustrem e visibilizem eventos do passado (Moran, 2019, p. 66).

Portanto, as tecnologias digitais têm a capacidade de serem empregadas de maneira eficaz para recontar os eventos históricos, onde os alunos podem aproveitar os recursos históricos, através de fontes diversas, para criar representações envolvendo os eventos históricos, e com esse auxílio, os professores poderão tornar esses temas mais acessíveis e compreensíveis em suas aulas.

Sendo assim, para a disciplina de História, pode-se encontrar aplicativos que auxiliam na busca por documentos, imagens, entre outros, ou até mesmo *softwares* que oferecem acesso facilitado a documentos, imagens e até visitas virtuais a museus, independentemente da localização física dos estudantes. O acesso a essas tecnologias digitais, se destacam por sua capacidade de recontar eventos históricos de forma envolvente e acessível, permitindo aos alunos criarem representações inovadoras desses eventos, estimulando o engajamento dos alunos durante as aulas de história e proporcionando que a disciplina seja mais compreensível.

Partindo da importância do uso das tecnologias na educação, na próxima seção será apresentado um jogo em formato de trilha digital que aborda os patrimônios culturais edificados de Jaguariaíva, exemplificando como essas tecnologias podem ser utilizadas de forma prática e eficaz no ensino de História.

3.3 MATERIAL DIDÁTICO JOGO DE TRILHA SOBRE JAGUARIAÍVA

3.3.1 Confeção do jogo de trilha *on-line*

Para o desenvolvimento do jogo de trilha digital sobre o patrimônio cultural edificado de Jaguariaíva, foi utilizada a plataforma *Visual Studio Code*, um editor de código aberto desenvolvido pela Microsoft, “os editores de texto são programas de computadores leves e ideais para escrever e editar as páginas de um *site*, [...] que possuem realce de sintaxe e outras ferramentas para facilitar o desenvolvimento de páginas” (Alura, 2019, p. 2).

Nesse editor foram escritas a linguagem de marcação HTML (*HyperText Markup Language*), a linguagem de estilo CSS (*Cascading Style Sheets*) e a linguagem de programação Javascript (linguagem de *scripting*), que são linguagens frequentemente utilizadas no desenvolvimento *web* para criar e desenvolver *websites*, aplicações *web*, jogos *web*, entre outros tipos de projetos e soluções digitais.

Uma linguagem de marcação é um conjunto de códigos ou símbolos inseridos em um texto para indicar a estrutura, formatação e elementos de um documento, ela não possui capacidade de execução de instruções, sendo utilizada para descrever a apresentação e organização do conteúdo. Como exemplo desse tipo de linguagem é possível citar o HTML (*HyperText Markup Language*) para páginas *web*, portanto pode-se afirmar que “a única linguagem que um navegador *Web* consegue interpretar para a exibição de conteúdo é o HTML” (Alura, 2019, p. 7).

Sobre a linguagem de marcação HTML, a Plataforma de Aprendizagem de Tecnologia Alura (2019) explica que:

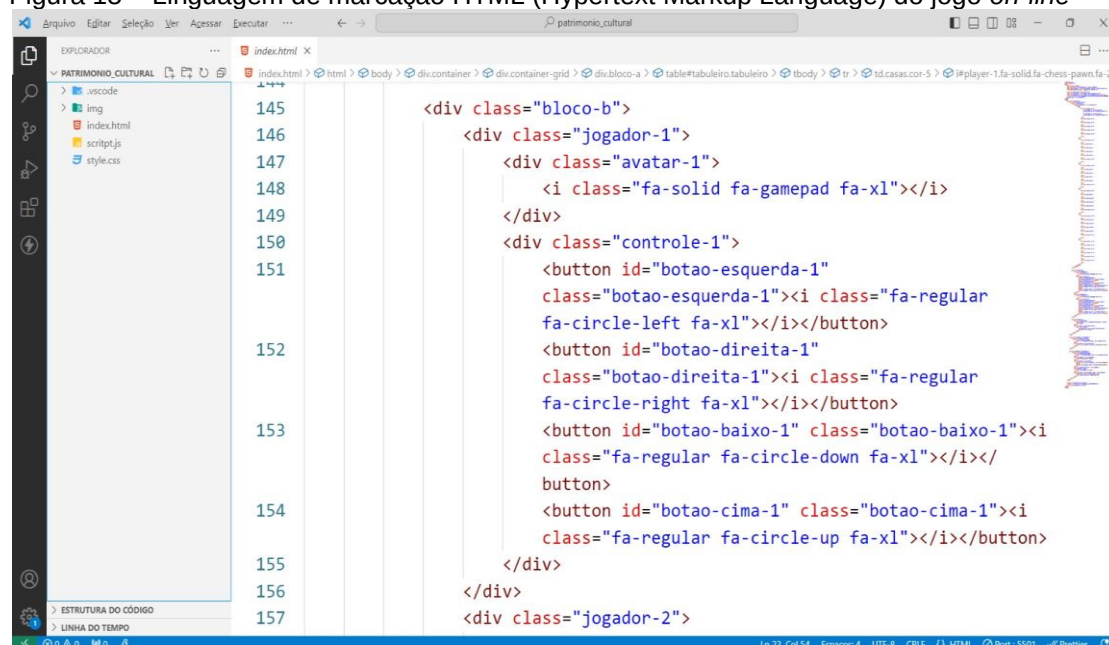
O HTML (*Hypertext Markup Language*) ou linguagem de marcação de hipertexto foi desenvolvido para suprir a necessidade exibição de documentos científicos fornecidos por uma rede de Internet. Para termos uma comparação, é como se a Web fosse desenvolvida para exibir monografias rígidas e formatadas pela Metodologia do Trabalho Científico da ABNT. Porém, com o tempo e a evolução da Web e de seu potencial comercial, tornou-se necessária a exibição de informações com grande riqueza de elementos gráficos e interação (Alura, 2019, p. 12).

À medida que a *web* evoluiu e se tornou mais comercial, houve necessidade de exigir informações de forma mais visível e interativa, isso levou a uma evolução do HTML para suportar uma variedade maior de elementos gráficos e interativos.

O HTML “é um conjunto de *tags* responsáveis pela marcação do conteúdo de uma página no navegador” (Alura, 2019, p. 12). Essas *tags*, representadas pelos sinais < >, são responsáveis por estruturar e organizar os diferentes elementos presentes na página, como textos, imagens, *links* e vídeos, permitindo que o navegador interprete e exiba o conteúdo de forma adequada para o usuário.

É possível visualizar através da figura 15 uma imagem de parte da estrutura do jogo realizada com os códigos da linguagem de marcação HTML que mostra o desenvolvimento dos botões de direção do jogo *on-line*:

Figura 15 – Linguagem de marcação HTML (Hypertext Markup Language) do jogo *on-line*



Fonte: (Ramos, 2024)

A linguagem de estilo é um conjunto de regras e instruções utilizadas para definir a aparência e o *design* de elementos em um documento, como cores, fontes, margens, posicionamento e outros atributos visuais. Ele não possui capacidade de processamento lógico ou execução de instruções, focando exclusivamente na apresentação do conteúdo. Um dos exemplos de tipo de linguagem de estilo é o CSS (*Cascading Style Sheets*) para páginas *web*, “o CSS (*Cascading Style Sheets* ou folha de estilo em cascata), que é uma outra linguagem, separada do HTML, com objetivo único de cuidar da estilização da página” (Alura, 2019, p. 29).

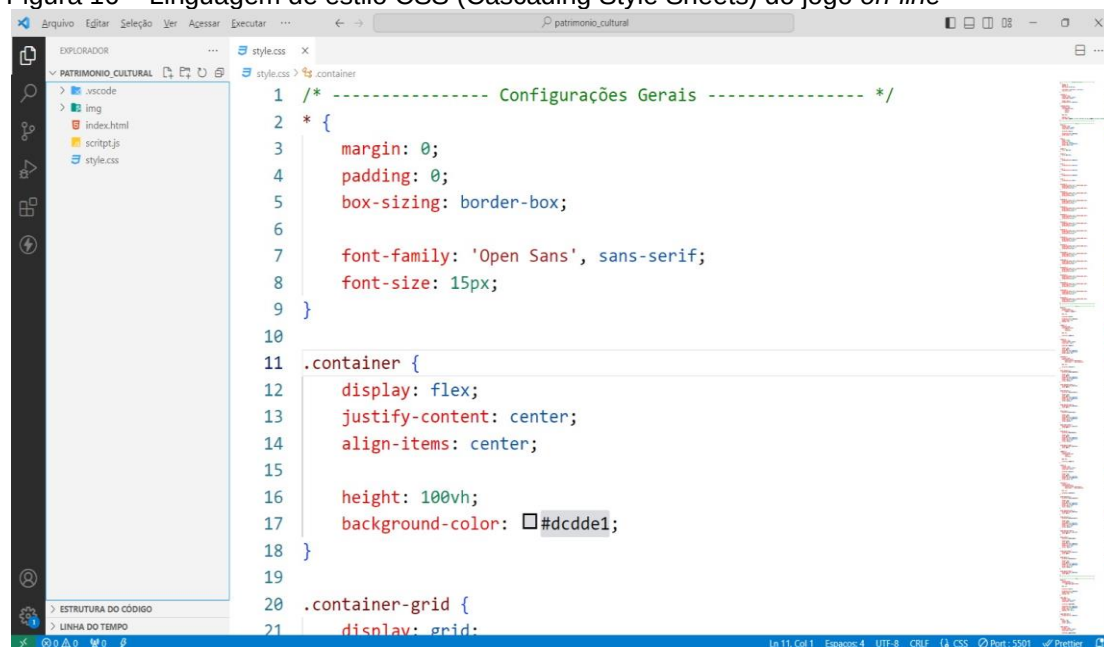
A plataforma Alura (2019) explica que:

Como estamos declarando as propriedades visuais de um elemento em outro lugar do nosso documento, precisamos indicar de alguma maneira a qual elemento nos referimos. Fazemos isso utilizando um seletor CSS. É basicamente uma forma de buscar certos elementos dentro da página que receberão as regras visuais que queremos (Alura, 2019, p. 30).

O CSS é uma forma de apontar quais elementos da página serão estilizados conforme desejamos, seja a cor do texto, a fonte, o tamanho dela, parágrafo, entre outros, ele serve para identificar os elementos na página aos quais queremos aplicar as regras visuais que estamos definindo.

A partir da figura 16, observa-se uma imagem de parte da estrutura do jogo realizada com os códigos da linguagem de estilo CSS que mostra a estilização das configurações gerais do jogo de trilha *on-line*:

Figura 16 – Linguagem de estilo CSS (Cascading Style Sheets) do jogo *on-line*



Fonte: (Ramos, 2024)

Já a linguagem de programação é um conjunto de regras que são utilizadas para escrever códigos que instruem um computador a realizar determinadas tarefas, essas tarefas podem variar desde cálculos simples até a execução de operações complexas, ela permite que os desenvolvedores comuniquem instruções de forma estruturada e compreensível para o computador, facilitando o desenvolvimento de *software*, aplicativos e sistemas computacionais. Como exemplos desse tipo de linguagem de programação podemos citar Python, JavaScript, Java, C++, entre outros.

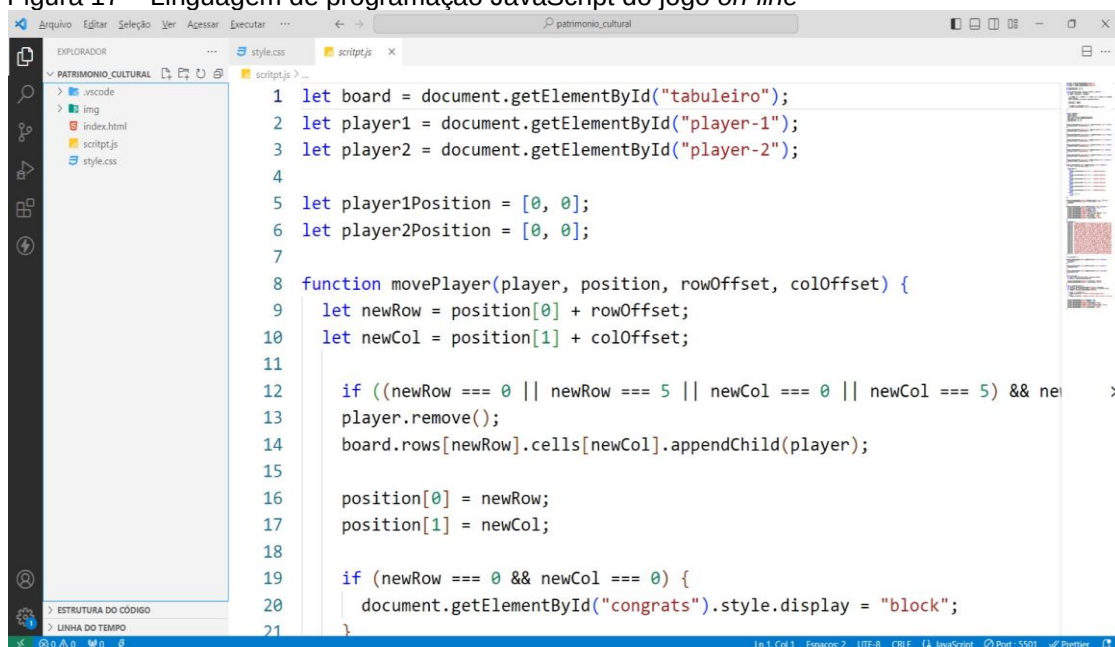
Para a confecção do material didático da presente dissertação, foi utilizado o JavaScript, sobre ele Alura (2019) explica que:

O JavaScript, como o próprio nome sugere, é uma linguagem de *scripting*. Uma linguagem de *scripting* é comumente definida como uma linguagem de programação que permite ao programador controlar uma ou mais aplicações de terceiros. No caso do JavaScript, podemos controlar alguns comportamentos dos navegadores através de trechos de código que são enviados na página HTML (Alura, 2019, p. 267).

Essa linguagem de programação pode ser usada para controlar diferentes aspectos das aplicações de *software*, ele é capaz de controlar certos comportamentos dos navegadores, como as interações do usuário, manipulação de eventos, atualização dinâmica do conteúdo, o “JavaScript é uma linguagem de programação mais popular no desenvolvimento *Web*. Suportada por todos os navegadores, a linguagem é responsável por praticamente qualquer tipo de dinamismo que queiramos em nossas páginas” (Alura, 2019, p 266). Através do JavaScript é possível criar interatividade, animações, atualizações de conteúdo dinâmicas e muitos outros recursos que tornam as páginas mais dinâmicas e atraentes para os usuários.

Através da figura 17 é possível observar uma imagem de parte da estrutura do jogo *on-line* realizada com os códigos da linguagem de programação JavaScript, que mostra o desenvolvimento da posição inicial dos peões²² do jogo:

Figura 17 – Linguagem de programação JavaScript do jogo *on-line*



Fonte: (Ramos, 2024)

Para o desenvolvimento *web* ocorrer de modo que crie experiências interativas visualmente atraentes para os usuários, é necessário que esses três elementos estejam trabalhando em conjunto, a linguagem de marcação, a linguagem de estilo e a linguagem de programação, nesse sentido para a confecção do jogo de trilha *on-line* foram utilizadas o HTML, o CSS e o JavaScript.

²² O peão representa o jogador no tabuleiro do jogo.

O HTML atuou como a espinha dorsal do jogo, definindo a estrutura e o conteúdo básico do documento, porém ele sozinho não teve a capacidade para estilizar ou criar dinamismo no jogo. É aí que entrou o CSS, para adicionar estilo e apresentação visual, permitindo definir e controlar aspectos como cores, fontes, margens, garantindo uma maior flexibilidade e consistência no *design* do jogo *on-line*, tornando o *layout* mais atraente que se adaptou a diferentes dispositivos como celulares ou computadores. E por fim, para tornar o jogo mais dinâmico e interativo foi necessário o JavaScript, que permitiu adicionar funcionalidade ao jogo como a movimentação dos peões. Essa interação dos três elementos de linguagem *web* trabalhadas em conjunto, HTML, o CSS e o JavaScript, possibilitaram uma experiência de usuário mais envolvente e interativa para a confecção do jogo *on-line*.

3.3.2 Apresentação do jogo de trilha *on-line* e as regras

O jogo de trilha digital em formato de tabuleiro, está disponível em um servidor *web*, através do seguinte *link*: <https://jogocrisuepg.github.io/pci/>. Podendo ser acessado pelos principais navegadores da *internet* como *Mozilla FireFox*, *Google Chrome*, *Edge*. Não é necessário fazer o *download* do jogo, pois não há necessidade do uso de nenhum aplicativo para a sua funcionalidade, desde que haja conexão com a *internet* o jogo pode ser acessado por qualquer *smartphone* ou computador de forma *on-line*. Nas escolas municipais da cidade de Jaguariaíva há suporte para tal visto que todas as escolas possuem um laboratório de informática equipado com vinte e cinco computadores de mesa com acesso à *internet*.

Visando buscar acessibilidade e disponibilidade extras de recursos, também será disponibilizado no [Apêndice A](#) da dissertação um material do jogo para ser impresso, com o tabuleiro do jogo, os dados para jogar e as cartas perguntas caso o professor queira trabalhar em sala de aula e não na sala de informática.

O jogo consiste na disputa de conhecimentos sobre quatro patrimônios culturais edificados da cidade de Jaguariaíva e um pouco da história da cidade, ele está disponível em formato digital, permitindo a participação de dois jogadores por vez, onde cada jogador escolherá a cor do seu peão para movimentá-lo durante o jogo.

Abaixo, através da figura 18, poderá ser observada a tela de início do jogo visto no computador, nele há um desenho da cidade e uma onça representado a origem do

nome de Jaguariaíva com um breve resumo sobre a confecção desse material didático.

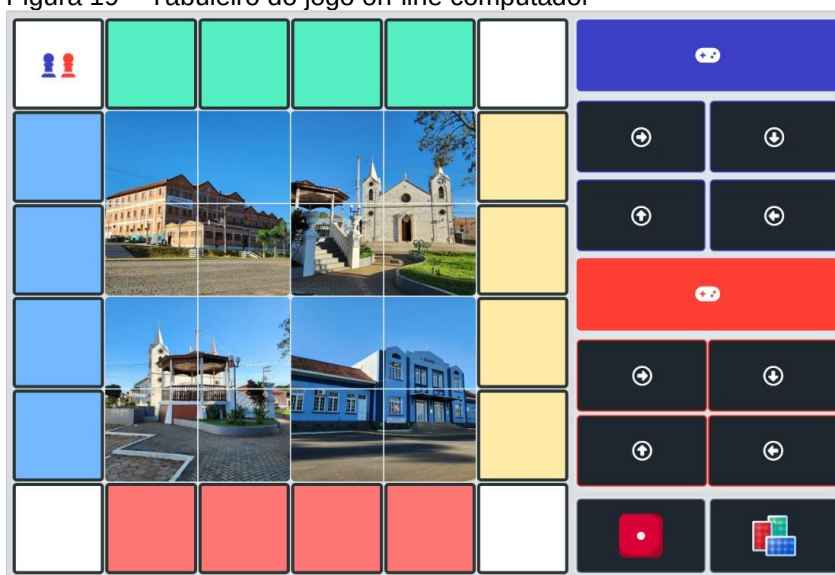
Figura 18 – Tela inicial do jogo de trilha *on-line*



Fonte: (Ramos, 2024)

O jogo apresenta funcionalidade tanto para computador quanto para celular, a figura 19 demonstra o tabuleiro do jogo *on-line* que ficará disponível para quem jogar utilizando um computador, nela também é possível visualizar os botões de comando do jogo, para o peão azul e para o peão vermelho, bem como o ícone do dado e das cartas que deverão ser selecionados quando necessário:

Figura 19 – Tabuleiro do jogo *on-line* computador



Fonte: (Ramos, 2024)

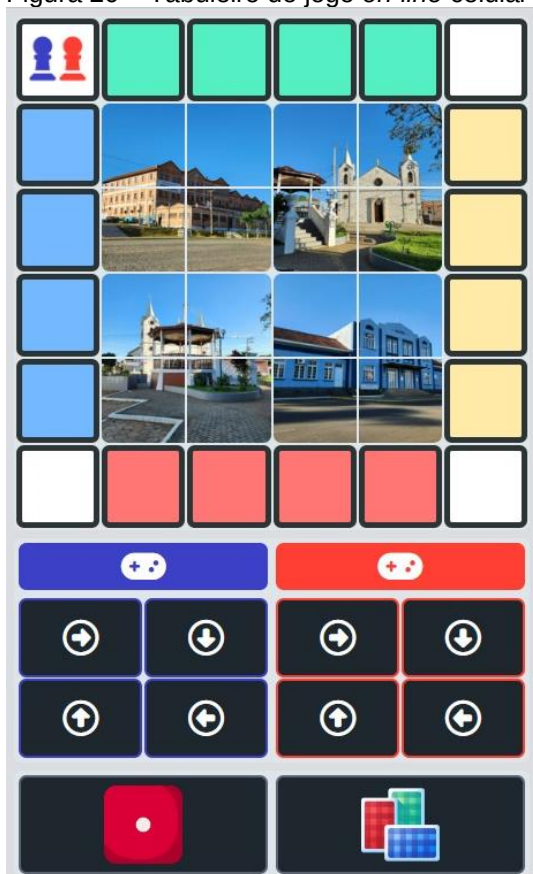
O tabuleiro do jogo é composto por vinte casas com quatro temas relacionados aos patrimônios culturais da cidade de Jaguariaíva, temas estes pré-selecionados: o

Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, a Praça Isabel Branco e Silva, a Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo e o Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo.

Há quatro fotografias na área central presente no centro do tabuleiro do jogo com os quatro patrimônios culturais edificados de Jaguariaíva trabalhados durante a pesquisa, a primeira da esquerda para a direita, retrata o Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, a segunda é do Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, na parte posterior encontra-se parte da Praça Isabel Branco e a última mostra a foto da Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo.

Através da figura 20 é possível observar o tabuleiro do jogo *on-line* que ficará disponível para quem jogar utilizando um celular, nele os botões de comando ficam abaixo do tabuleiro do jogo para uma melhor jogabilidade, podendo observar também os ícones do dado e das cartas perguntas.

Figura 20 – Tabuleiro do jogo *on-line* celular



Fonte: (Ramos, 2024)

Para iniciar o jogo de trilha digital *on-line* sobre o patrimônio cultural jaguariaívense, os alunos acessam o *link* disponibilizado pelo professor e ao acessar

o jogo, os participantes, um por vez, clicam no ícone do dado e o jogador que obtiver o maior numeral no dado da jogada começa a partida, tendo a opção de escolher os peões vermelho ou azul, ambos os jogadores iniciam com os seus peões na casa de **início**.

Avança-se o número de casas indicado pelo numeral do dado, através dos botões de comando em setas “direita”, “esquerda”, “embaixo” e “em cima”, seguindo a cor dos peões, sendo que as casas correspondem a um tema aleatório de acordo com o patrimônio cultural edificado de Jaguariaíva ou parte da história da cidade, cada patrimônio cultural edificado possui ao menos cinco perguntas pertinentes a ele.

Ao parar em uma casa, de acordo com o resultado do dado, o jogador deve clicar no ícone de cartas, e na área central do tabuleiro, a qual aparecerá uma pergunta aleatória, então o jogador deverá ler a pergunta em voz alta e respondê-la selecionando o ícone **verdadeiro** ou **falso** que aparecerá embaixo da carta pergunta.

Na figura 21 é possível observar algumas das cartas com as perguntas do jogo de trilha *on-line*, as demais estão disponíveis no apêndice, a imagem de um tropeiro foi utilizada nas cartas por fazer parte dos primórdios da história de Jaguariaíva:

Figura 21 – Cartas com perguntas do jogo



Fonte: (Ramos, 2024)

Caso a resposta do aluno esteja correta, o jogador ganha o direito de lançar o dado novamente, caso contrário, passa a vez para o próximo jogador. Portanto, durante o jogo, cada jogador lança o dado para determinar quantas casas avançará no tabuleiro, ao responder corretamente às perguntas ele poderá progredir no jogo.

Na figura 22 é possível observar o verso de algumas das cartas com as respostas do jogo de trilha *on-line*, as demais estão disponíveis no apêndice:

Figura 22 – Verso das cartas com perguntas do jogo



Fonte: (Ramos, 2024)

O objetivo é alcançar a casa final do tabuleiro, aquele que alcançá-la primeiro será declarado vencedor da partida e poderá reiniciar ou encerrar o jogo, porém se o aluno errar a pergunta ele irá passar a vez para o seu adversário, portanto uma mensagem de resposta incorreta irá aparecer na tela central do tabuleiro, através da figura 23 é possível observar essa tela com a mensagem “resposta incorreta”:

Figura 23 – Mensagem de resposta incorreta



Fonte: (Ramos, 2024)

Ao longo do jogo há a possibilidade de aparecer na tela principal a seguinte frase “parabéns continue jogando” caso o aluno acerte a resposta da questão, através da figura 24 é possível analisar essa mensagem, sendo assim, o aluno poderá clicar no ícone do dado para verificar quantas casas deverá pular e retirar uma nova carta de pergunta.

Figura 24 – Mensagem para continuar avançando no jogo



Fonte: (Ramos, 2024)

Quando um jogador chega na última casa aparecerá na tela do computador ou do celular um desenho de um tropeiro com um troféu de campeão com a mensagem para reiniciar o jogo, caso os alunos queiram jogar mais uma partida, através da figura 25 é possível analisar esta figura no centro da tela do tabuleiro:

Figura 25 – Mensagem de fim de jogo



Fonte: (Ramos, 2024)

É de suma importância ressaltar que o jogo por si só não é capaz de proporcionar aos estudantes uma “construção identitária” ou um “resgate da memória local”, o jogo é um recurso metodológico que irá auxiliar o professor do Ensino Fundamental I durante as aulas de história, mas cabe ao professor estruturar e organizar o conteúdo didático para que o aluno identifique os patrimônios e conheça a história da cidade.

Em outras palavras, os jogos podem ser ferramentas valiosas para envolver os alunos e tornar o aprendizado mais dinâmico e interessante, mas eles não substituem o papel do professor na explicação e na contextualização do conteúdo com a realidade dos estudantes, ele ainda é responsável por direcionar seus alunos na compreensão mais profunda dos temas abordados, incluindo a identidade cultural e a memória local.

Portanto, os jogos são apenas uma parte de uma estratégia educacional, onde ao utilizar os jogos o professor pode aproveitar essa ferramenta para criar situações que permitam aos alunos explorar conceitos históricos de maneira mais prática e envolvente.

Os jogos podem aumentar o engajamento dos alunos nas aulas de história, proporcionando uma experiência mais interativa e divertida. Isso significa que o professor deve estar presente para fornecer *feedback*, responder perguntas e direcionar discussões que ajudem os alunos a compreender melhor os temas abordados relacionando o que estão aprendendo com outras áreas do conhecimento e com suas próprias experiências pessoais.

Em resumo, os jogos são ferramentas valiosas que podem enriquecer o processo de ensino aprendizagem, mas o papel do professor continua sendo fundamental para orientar, mediar e contextualizar a experiência educacional, garantindo que os alunos desenvolvam uma compreensão profunda e significativa dos temas abordados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível analisar através da escrita da dissertação que o termo patrimônio passou por um longo processo de reavaliação e evolução conceitual, motivada pela formação de novos sujeitos históricos ao longo do tempo, resultando em debates contínuos que visavam identificar o que merece ser lembrado, protegido e valorizado como parte integrante do patrimônio cultural. E essa preservação vai muito além da conservação de edifícios antigos, ela também envolve manter viva a memória, a identidade e possíveis conexões das pessoas com esses lugares, para assegurar que as futuras gerações possam compreender e apreciar a história e a cultura de uma comunidade, reconhecendo sua relevância e cultivando um sentimento de valorização.

A presente dissertação também abordou que a Constituição Federal atribui aos municípios a competência de proteger o patrimônio cultural local, considerando as contribuições das diversas etnias e culturas para estabelecer a identidade nacional, afirmando que as autoridades municipais são responsáveis, em conformidade com a legislação federal e estadual, em preservar e promover os bens culturais dentro de sua área de atuação.

Nesse contexto, a preservação da memória e identidade local é destacada como um processo contínuo, atrelada a educação patrimonial, onde a formação dos professores do Ensino Fundamental I é ressaltada como essencial, sendo importante a realização de cursos de aperfeiçoamento pelos órgãos públicos, que visem enriquecer a abordagem educativa e promover a valorização do patrimônio cultural.

Esse estudo e valorização do patrimônio cultural não apenas preserva a identidade e valores de uma comunidade, resgatando memórias do passado, mas também permitem compreender sua história, identidade e herança cultural.

Diante do exposto, a presente dissertação explorou as possibilidades metodológicas do ensino de história por meio do patrimônio cultural edificado da cidade de Jaguariaíva-PR para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Trazendo temas como o estudo das praças, em especial a Praça Isabel Branco e Silva, como um lugar físico, carregado de memórias afetivas e simbólicas, onde as pessoas estabelecem uma conexão emocional pessoal e/ou coletiva, bem como do patrimônio cultural religioso do Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria que abrange

elementos ligados às práticas e tradições religiosas, como o edifício, a arte sacra, os rituais e a festividade que preservam o referencial cultural de um grupo social da cidade ao longo do tempo.

Foi trabalhado também sobre o patrimônio ferroviário de Jaguariaíva, através do estudo da Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo, ressaltando a complexidade e os desafios enfrentados ao longo da história para manter a sua preservação e manutenção, e também a importância do Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo como um testemunho da história local jaguariaívense, que vai muito além de um marco arquitetônico, ele representa também o desenvolvimento industrial local que ajudou na formação da identidade local.

Portanto, pode-se relatar que os professores e alunos podem aproveitar esses lugares históricos como ferramentas educativas poderosas, propondo atividades que envolvem desde as questões religiosas, políticas, trabalhistas, industriais, ou seja, há uma riqueza de histórias e experiências para explorar dentro do campo patrimonial, percebendo assim que cada monumento, edifício ou local tem uma história a contar, e ao propor atividades voltadas a essas narrativas, enriquece-se a compreensão da história e do cotidiano local.

Destacou-se através deste texto a importância de integrar o patrimônio cultural no ensino de história, promovendo o engajamento dos estudantes e a formação de suas identidades e resgate da memória local por meio da estratégia pedagógica do jogo durante as aulas de história.

Para tanto, foi discutido que os jogos por si só não têm o poder de proporcionar aos estudantes a construção de identidade ou o resgate da memória local, em vez disso, os jogos são vistos como um tipo de recurso metodológico que pode auxiliar os professores durante as aulas de história, especialmente no Fundamental I. No entanto, o verdadeiro papel do professor é sistematizar o conteúdo e orientar os alunos para que possam identificar os patrimônios e compreender a história da cidade.

Ao fazer isso, espera-se contribuir para o avanço do campo de educação patrimonial, fornecendo uma oportunidade valiosa através de jogos digitais como meio de preservar e promover o patrimônio cultural jaguariaívense em contextos educacionais atuais.

Portanto, ao explorar os lugares de memória de Jaguariaíva, estamos não apenas preservando o patrimônio cultural, mas também enriquecendo o processo

educativo. Esses locais são importantes para a comunidade local e devem ser preservados e compartilhados, pois são fundamentais para a construção da identidade e resgate da memória local e para o entendimento do passado, presente e futuro como comunidade.

Por meio desta dissertação, buscou-se falar sobre quatro patrimônios culturais edificados de Jaguariaíva, “Santuário do Bom Jesus da Pedra Fria”, “Praça Isabel Branco e Silva”, “Estação Cidadã Durvalino de Azevedo” e “Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo”, e pode-se perceber como muitas vozes foram silenciadas na escrita da história desses patrimônios. Foi observado que os patrimônios culturais de maior destaque em Jaguariaíva estão voltados para as narrativas dominantes da elite local o que faz com que muitas histórias e narrativas ao longo dos anos tenham sido esquecidas e/ou apagadas.

Esse cenário nos leva a refletir sobre as memórias silenciadas, que merecem ser resgatadas e valorizadas, em um futuro trabalho, será fundamental explorar essas vozes que foram marginalizadas, buscando reescrever a história da cidade de forma mais inclusiva e representativa, permitindo que a diversidade de experiências e identidades também encontre seu espaço nas narrativas patrimoniais.

REFERÊNCIAS

200 anos do Santuário Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, em Jaguariaíva. Notícias diocesanas. **Diocese de Jacarezinho, Jacarezinho**, 19 set. 2023. Disponível em: <https://diocesejacarezinho.org/2023/09/200-anos-do-santuario-senhor-bom-jesus-da-pedra-fria-em-jaguariaiva/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ALTERAÇÃO no sentido de vidas durante as obras de revitalização da Praça Isabel Branco. **Prefeitura Municipal de Jaguariaíva**, 23 set. 2019. Disponível em: <https://jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/25-noticias/sarh-administracao-e-recursos-humanos/1335-alteracao-no-sentido-de-vias-durante-as-obras-de-revitalizacao-da-praca-isabel-branco>. Acesso em: 06 mar. 2024.

ALURA. **Desenvolvimento Web: HTML, CSS e JavaScript**. São Paulo: Caelum, 2019. Apostila digital. Disponível em: <https://www.caelum.com.br/apostila/apostila-html-css-javascript.pdf>. Acesso em: 11 mar. De 2024.

ANJOS, Melissa. Algumas considerações geográficas sobre monumentos. **Albuquerque**: revista de História, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3970/3166>. Acesso em: 6 mar. 2024.

ANTONELLI, Diego. Legado construído no lombo do cavalo: pesquisadores querem levar à Unesco a proposta de transformar o homem tropeiro em patrimônio cultural da humanidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 dez. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/legado-construido-no-lombo-do-cavalo-47tpgoeb139yfap24ktkwpkcu/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ANTONI, Edson; ZALLA, Jocelito. O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História. In: PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz (Org.). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. cap. 7, p. 113-125.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação).

BRANDÃO, Angela. **Memórias: frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva**. Curitiba: PNUD, 2000.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Lei no 704 de 29 de agosto de 1853**. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 12 de setembro de 1853. Rio de Janeiro: 1853. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/542263/publicacao/15819155>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

BRITO, Plicila de. Fides, Honor, Labor – As Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo em Jaguariaíva-PR. In: LOPES, Rafael Gustavo Pomim. (org.). **Jaguariaíva 200 anos: História e Memória**. Ponta Grossa: Editora Texto e Contexto, 2024. No prelo.

BRITO, Plicila de. Freguesia de Jaguariaíva – a criação da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria. In: LOPES, Rafael Gustavo Pomim. (org.). **Jaguariaíva 200 anos: História e Memória**. Ponta Grossa: Editora Texto e Contexto, 2024. No prelo.

BRITO, Plicila de. Jaguariaíva-PR nos trilhos do progresso: a ferrovia como fator econômico, social e cultural. In: LOPES, Rafael Gustavo Pomim. (org.). **Jaguariaíva 200 anos: História e Memória**. Ponta Grossa: Editora Texto e Contexto, 2024. No prelo.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BARRETO, Alice Pereira; DIAS, Guilherme Silvério. Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e cultura material**. São Paulo: Nova Série, 2021. p. 1-87. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/171841/173284>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações. **Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319, jul./dez. 2005.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Memória e patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 120-132, mai./out. 2013.

CORREIA, Beatriz Silva. **Retrofit em baldios industriais urbanos e o complexo Matarazzo, Jaguariaíva – PR**. 2015. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

DEMARCHI, João Lorandi. A educação patrimonial? Uma análise do guia básica de educação patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 140-162, jan./set. 2018.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte**: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. 2010. Tese (Doutorado na área de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/revistas/historica02.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

EDUCAÇÃO Básica de Jaguariaíva se destaca na região oferecendo capacitação mensal aos professores. **Educação, Cultura, Esporte e Lazer**, Jaguariaíva, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/fotos/105-turistas/detail/1237-dscn0133?tmpl=component>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FARACCO, Maysa; DORSA, Arlinda Cantero. As praças de Campo Grande: um olhar na memória e na educação patrimonial. **Multitemas**, Campo Grande, n. 39, p. 139-153, jul. 2011.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 265-276, set. 1992/ago. 1993.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Um lugar na escola para a história local. **Ensino em Re-vista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 43-51, jan./dez. 1995.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses**: origens e significados de seus nomes. Curitiba: Cadernos Paraná da Gente, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Uma breve trajetória do patrimônio cultural brasileiro**: políticas, atores, perspectivas. Academia Brasileira de Letras. Youtube, 17 out. 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3l1NJqtgHC0> > Acesso em 04 out. 2023.

GUIA turístico Jaguariaíva. **Jaguariaíva turística**. Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, Jaguariaíva, 2024. Disponível em: <https://turismo.jaguariaiva.pr.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. In: CHUVA, Márcia (org.). História e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 34, p. 91-111, abr. 2012.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Regime de fábrica e operários urbanos. In: HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e**

do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Ed., 1982. cap. 9, p. 165-189.

HISTÓRIA de Jaguariaíva. **Prefeitura Municipal de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/a-cidade/10-pagina/229-historia#t3-mainbody>. Acesso em: 13 jul. 2023.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

IDE, Sahda Marta. O jogo e o fracasso escolar. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. cap. 5, p. 89-107.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População no último censo:** 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/jaguariaiva/panorama>. Acesso em: 02 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasília/DF: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

JAGUARIAÍVA. **Lei nº 2.758, de 24 de dezembro 2018**. Ementa: Institui o Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva, Jaguariaíva: Paraná, 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-jaguariaiva-pr>. Acesso em: 12 jul. 2023.

JAGUARIAÍVA recebe obra de restauração da Casa da Cultura. **Prefeitura Municipal de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/estrutura-de-governo/secretarias/gabinete/2001-jaguariaiva-recebe-obra-de-restauracao-da-casa-da-cultura>. Acesso em: 22 fev. 2024.

JAGUARIAÍVA. **Secretaria municipal de turismo e meio ambiente**. Jaguariaíva, PR: 2021. Disponível em: <https://jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/estrutura-de-governo/secretarias/setma>. Acesso em: 23 fev. 2024

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. 1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LARA, Camila de Brito Quadros. **O patrimônio cultural religioso:** história e memória da igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão, *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LOPES, Rafael Gustavo Pomim. **Entrevista concedida a Eliane Netrebka Ramos na cidade de Jaguariaíva (PR), em 18 jan. 2018**. [Entrevista cedida a] Eliane Netrebka Ramos. A dinâmica territorial do patrimônio da ferrovia no ramal do Paranapanema (PR). 2018. Dissertação (Mestrado na área de Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2591/1/ELIANE_NETREBKA_RAMOS.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

LYRA, Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira; PARCHEN, Rosina Coeli Alice; LA PASTINA, José. **Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná**. Tradução e revisão de Larissa Aparecida Brotto. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MACHADO, Carlos José de Azevedo; RIBEIRO, Angela Mara Bento; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Educação patrimonial: a praça da “matriz” como lugar de memória. **Revista Didática Sistemática**, Rio Grande, RS, v. 22, n. 1, p. 79-95, 2010.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia: patrimônio cultural estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MORAN, José. **Metodologias ativas de bolso: como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda**. São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

MORENO, Júlio César. **A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do turismo religioso**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do; KARNOPP, Erica; SIQUEIRA, Bianca Tamara de. História Local e (re) construção de identidades. **Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online)**, Recife, v. 39, n. 2, p. 420-440, jul./dez. 2021.

NETREBKA RAMOS, Eliane. **A dinâmica territorial do patrimônio da ferrovia no ramal do Paranapanema (PR)**. 2018. Dissertação (Mestrado na área de Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

NEVES, Dulce Dilma Oliveira. História local e educação patrimonial: perspectivas e abordagens pedagógicas nas aulas de história. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, BA, v. 1, n. 9, p. 28-44, jan./jun. 2022.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 47-67, jul./dez. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

OOSTERBEEK, Luiz. Revisitando Antígona: o patrimônio cultural na fronteira da globalização. In: BITENCOURT, Juliano; CAMPOS, Daniel Ribeiro Preve; SOUZA, Ismael Francisco de Souza (org.). **Patrimônio Cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. Curitiba: Multideia, 2015, cap. 1, p. 13-29.

PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. Flertando com o caos: os jogos no Ensino de História. In: PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz (Org.). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018, cap. 1, p. 9-18.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. O jogo e o conceito: sobre o ato criativo na aula de história. **OPIS**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 88-100, jan./jun. 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIREHOWSKI, Dariane. **A atuação da Igreja na organização socioespacial do Santuário de Nossa Senhora das Brotas, de Piraí do Sul, PR**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

PRADO, João Fernando de Almeida. **Jean-Baptiste Debret**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

PRANDI, Jair. O que fazer em Jaguariaíva. **Viagens e caminhos**, [S. l.], 8 fev. 2024. Disponível em: <https://www.viagensecaminhos.com/2023/01/jaguariaiva-pr.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PREFEITURA de Jaguariaíva inicia entrega de obras de final de ano pela revitalização da Praça Izabel Branco, na Cidade Alta. **Correio dos Campos**, Jaguariaíva, 2 dez. 2020. Disponível em: <https://correiodoscamos.com.br/jaguariaiva/2020/12/02/prefeitura-de-jaguariaiva-inicia-entrega-de-obras-de-final-de-ano-pela-revitalizacao-da-praca-izabel-branco-na-cidade-alta>. Acesso em 13 jul. 2023.

PREFEITURA inicia obra de revitalização da Praça Isabel Branco. **Prefeitura Municipal de Jaguariaíva**, 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/estrutura-de-governo/secretarias/sedul/1314-prefeitura-inicia-obra-de-revitalizacao-da-praca-isabel-branco>. Acesso em: 13 jul. 2023.

RAMOS, Luiz Miguel. **Jogo de trilha on-line: Patrimônio cultural de Jaguariaíva PR**. Disponível em: <https://jogocrisuepg.github.io/pcj/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Raízes e pioneiros do Planalto Médio**. Carazinho: Prefeitura Municipal de Carazinho, 1991.

RUTH, Nelci Aparecida. **A praça Marechal Floriano Peixoto: espaço de construção e preservação da memória da cidade de Ponta Grossa.** 2020. Dissertação (Mestrado na área de ensino de história) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

SABER Tecnologias Educacionais e Sociais. **Patrimônio cultural: conceito** (parte 1). Youtube, [S. l.], 18 ago. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vGeXC_2nx9M. Acesso em: 04 out. 2023.

SANTUÁRIOS e celebrações compõe o turismo religioso do Paraná. **Agência Estadual de Notícias.** Governo do Estado do Paraná, [S. l.], 10 jul. 2019. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Santuarios-e-celebracoes-compoem-o-turismo-religioso-do-Parana>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à comarca de Curitiba (1820).** Tradução de Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Editora Nacional, 1964.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, jan./mar. 2017.

SILVA, Débora A. Machado da; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Considerações sobre o lazer na infância. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e recreação: repertório e atividades por fases da vida.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2006, cap. 1, p. 15-22.

SILVA, Marcia Ambrósio da. História local: possibilidades e usos da fotografia como fonte histórica. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2016.** Curitiba: SEED/PR, 2016, v. 1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_ufpr_marciaambrosiodasilva.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2007, cap. 1, p. 80-97.

SILVEIRA, Sidnei Renato *et al.* **Metodologia do ensino e da aprendizagem em informática.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Catarina, NTE, 2019.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de história. **Biblos**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

THON, Carlos João; FRIZANCO, Orlando. **Os 100 anos da Comarca de Jaguariaíva: juízes.** Jaguariaíva: edição do autor, 2007.

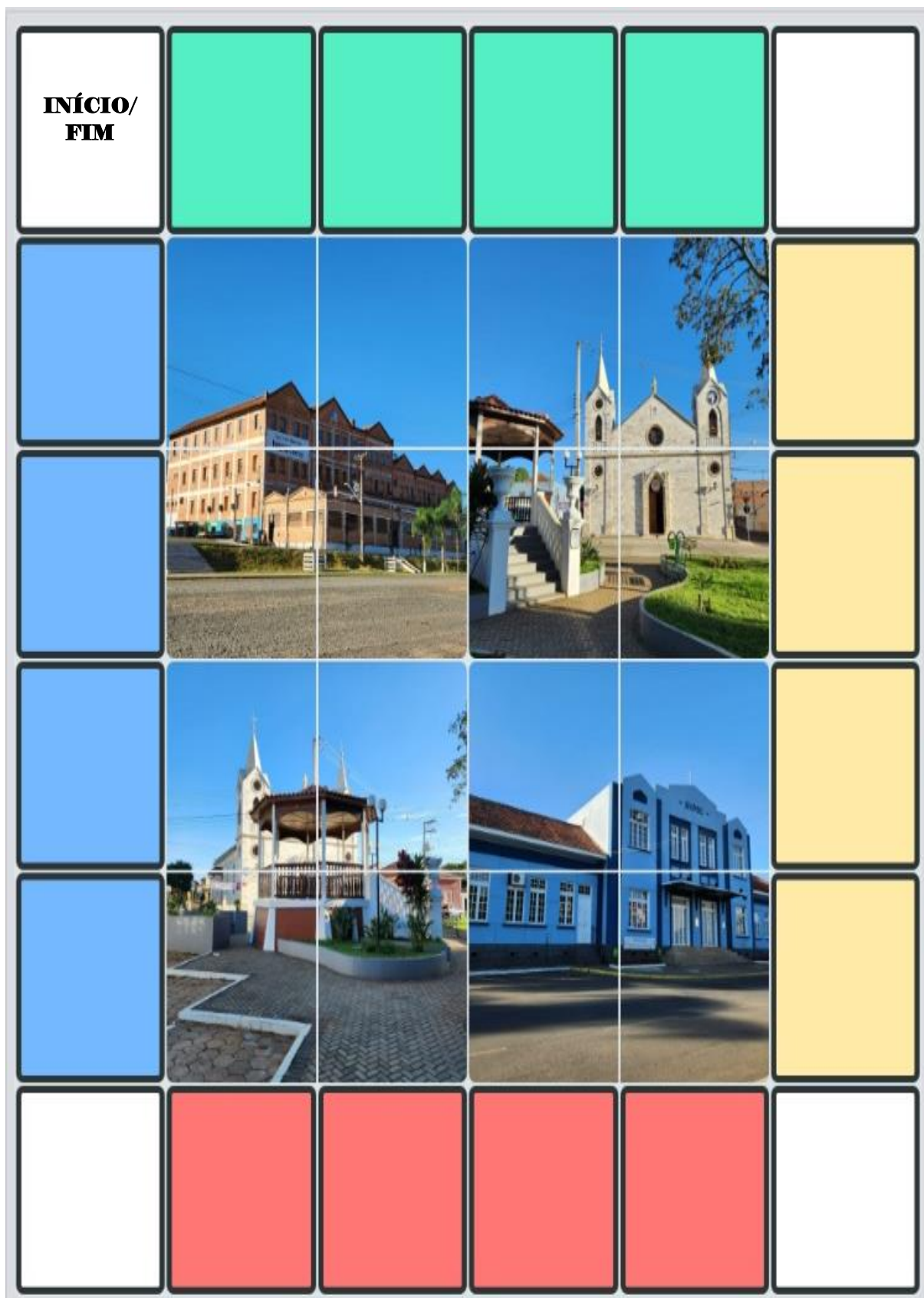
TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira

(org.). **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio Paraíba, 2016, cap. 4, p. 38-48.

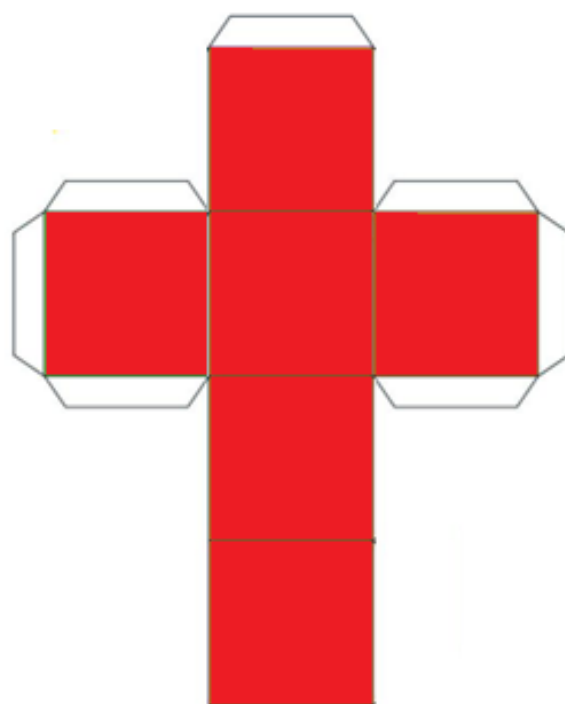
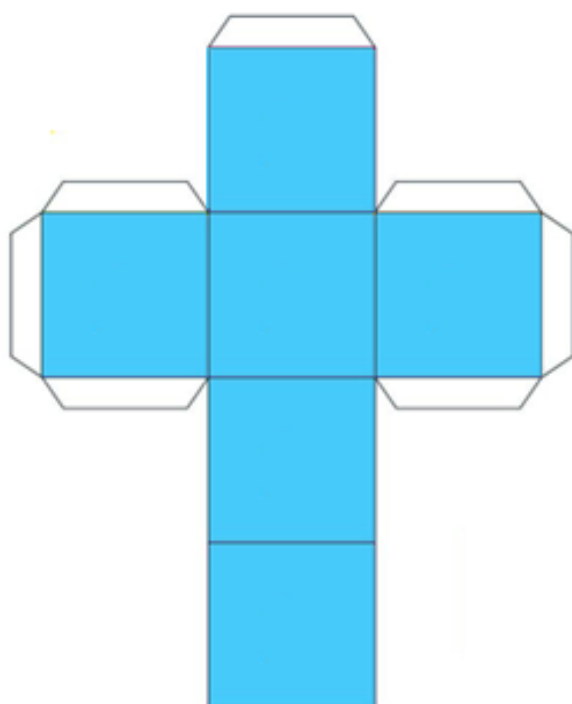
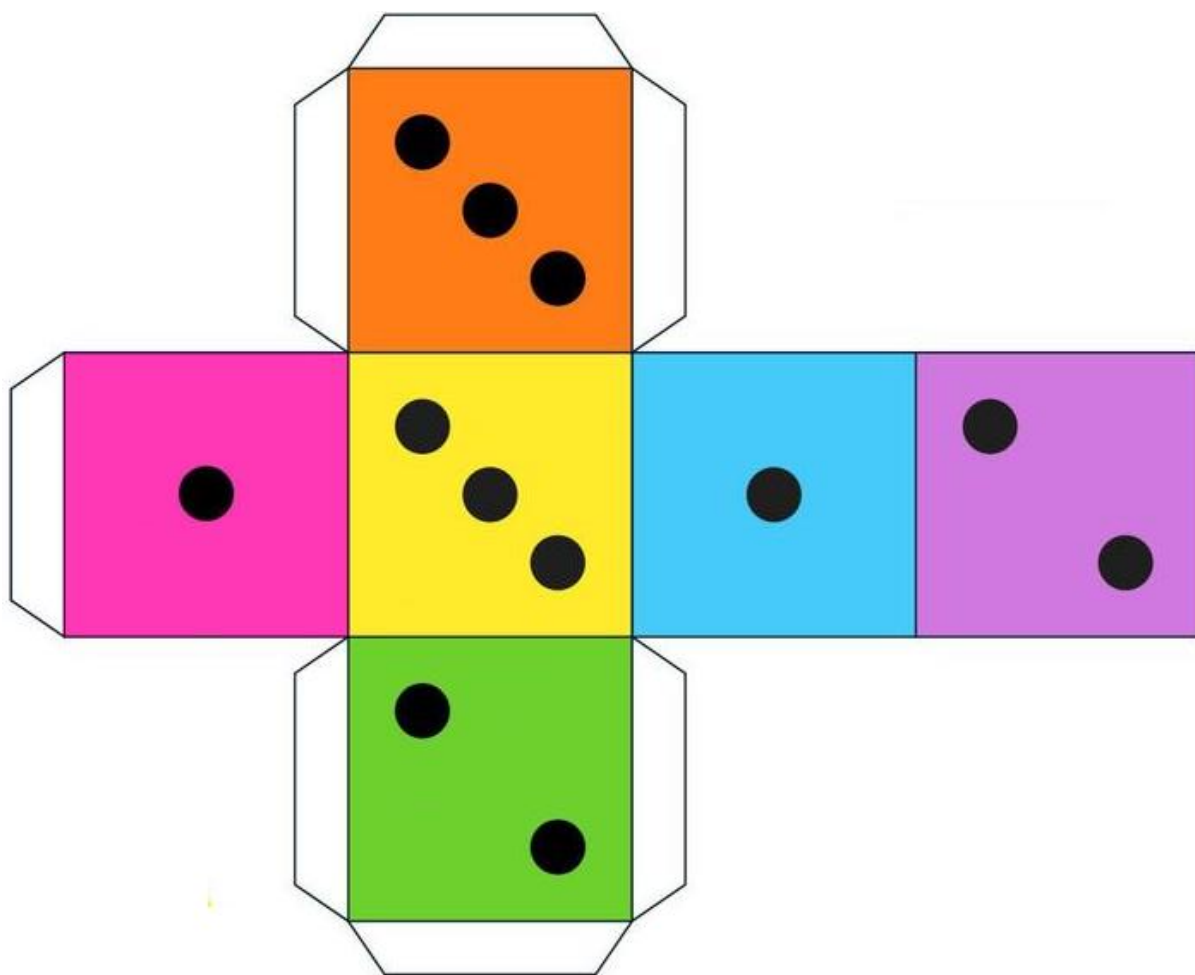
TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**, Maringá, v. 7, n. 2, mai./jun./jul./ago. 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260>. Acesso em: 23 fev. 2024.

APÊNDICE A – MATERIAL DO JOGO DE TABULEIRO PARA IMPRESSÃO

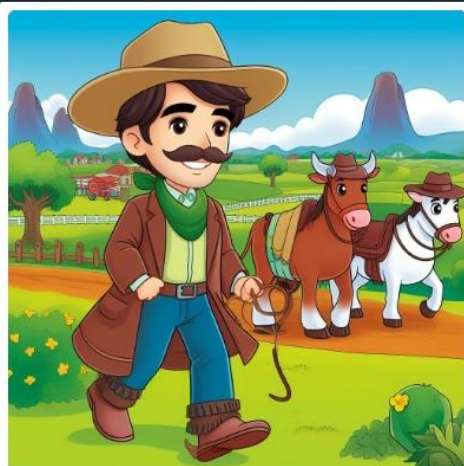
Tabuleiro do jogo de trilha para impressão



Dados do jogo de trilha para impressão



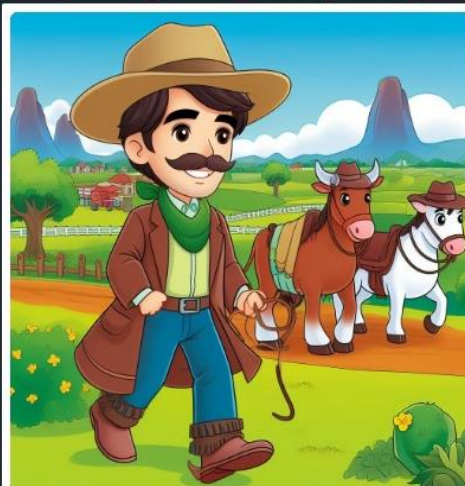
Cartas perguntas do jogo de trilha para impressão



Jean-Baptiste Debret foi um pintor, desenhista e professor francês, ele quem desenhou a primeira imagem de Jaguariaíva em 1827, chamada de Port de Javuaiaiva.

Verdadeiro

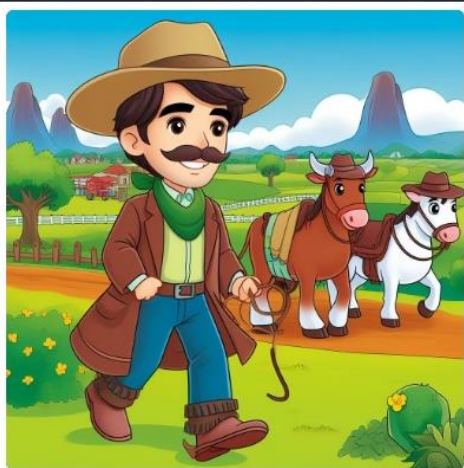
Falso



A região de Jaguariaíva surgiu dentro da rota dos tropeiros, pois essa região servia de passagem no trajeto do chamado Caminho do Viamão.

Verdadeiro

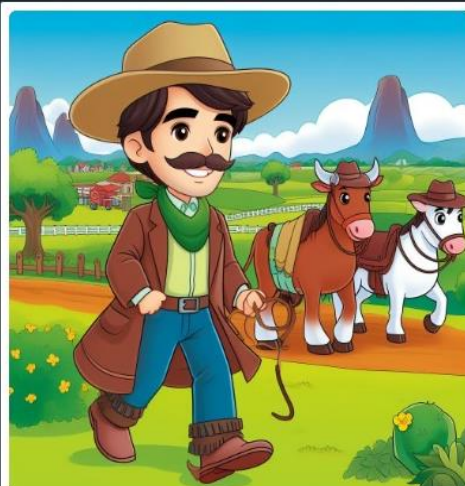
Falso



Foi o Coronel Luciano Carneiro Lobo o primeiro requerente a edificar uma Igreja Matriz na região de Jaguariaíva em orago ao Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Verdadeiro

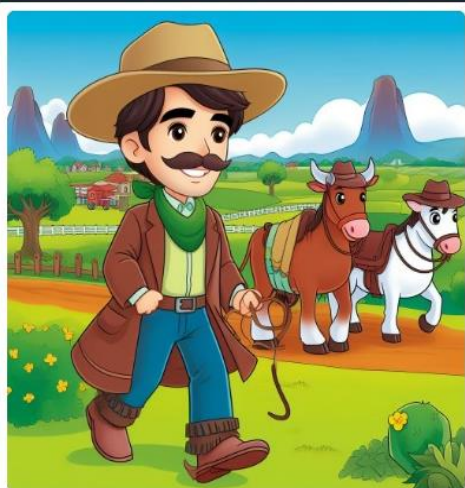
Falso



August Saint-Hilaire foi um famoso naturalista francês, que esteve em visita as terras da fazenda Jaguariaíva em 1820.

Verdadeiro

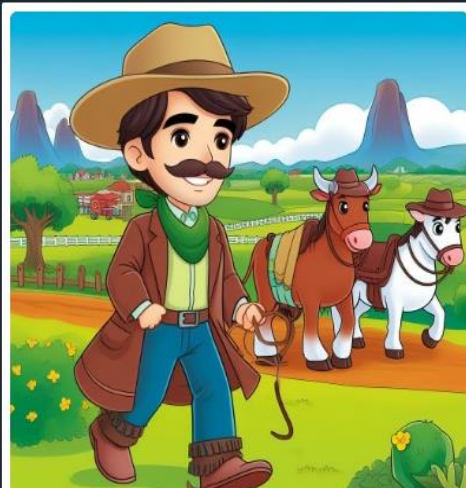
Falso



No dia seis de agosto é realizada a festividade em comemoração ao padroeiro de Jaguariaíva, o Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Verdadeiro

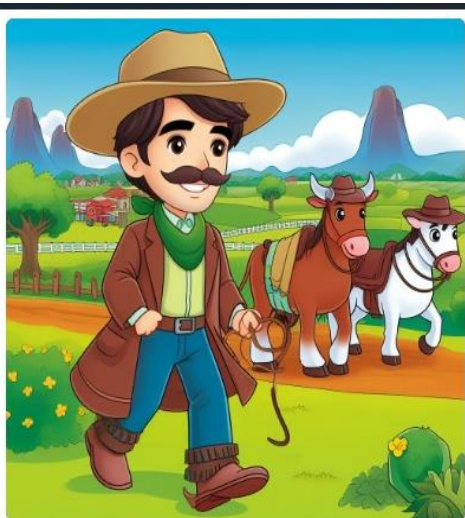
Falso



A edificação da primeira Igreja Matriz de Jaguariaíva só ocorreu entre os anos de 1863 e 1864.

Verdadeiro

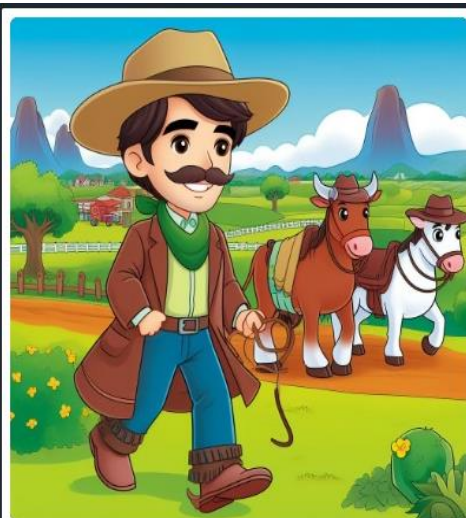
Falso



Jaguariaíva em seus primórdios estava sob jurisdição administrativa da Villa de Castro.

Verdadeiro

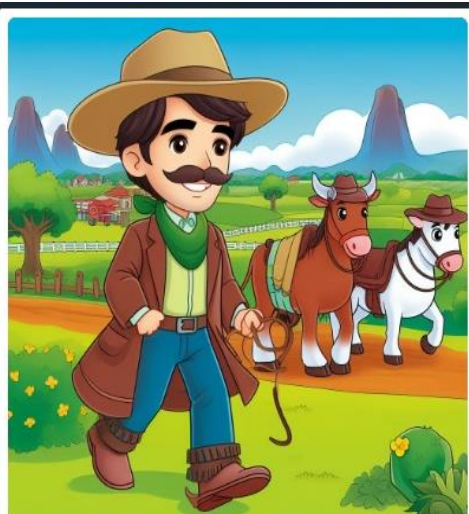
Falso



Foi Dona Isabel Branco e Silva quem oficializou a doação do terreno para o Senhor bom Jesus da Pedra Fria.

Verdadeiro

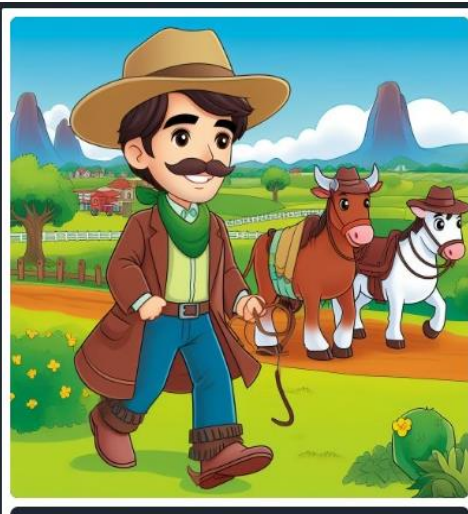
Falso



O Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria faz parte da Rota do Rosário.

Verdadeiro

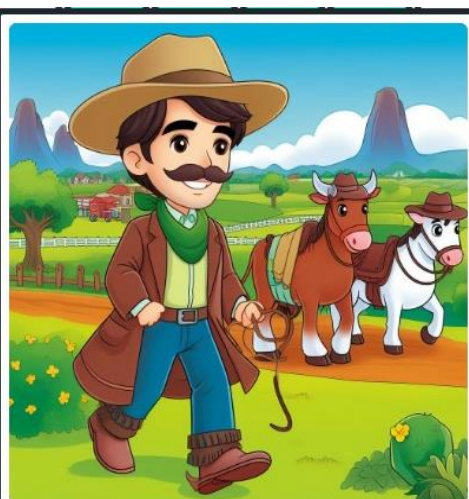
Falso



A Praça Isabel Branco e Silva recebeu esse nome em homenagem a doadora das terras para a criação da cidade de Jaguariaíva.

Verdadeiro

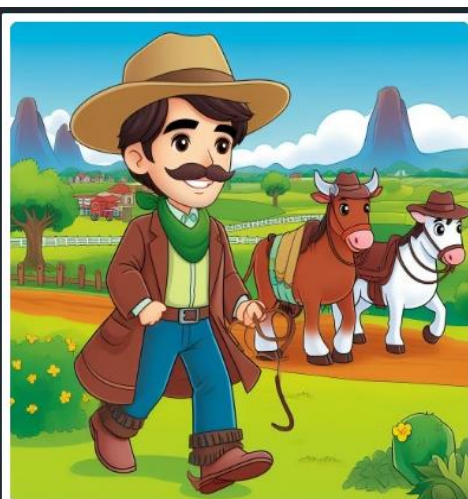
Falso



Para atravessar a região do Norte Pioneiro foi criado o Ramal do Paranapanema que também passava por Jaguariaíva.

Verdadeiro

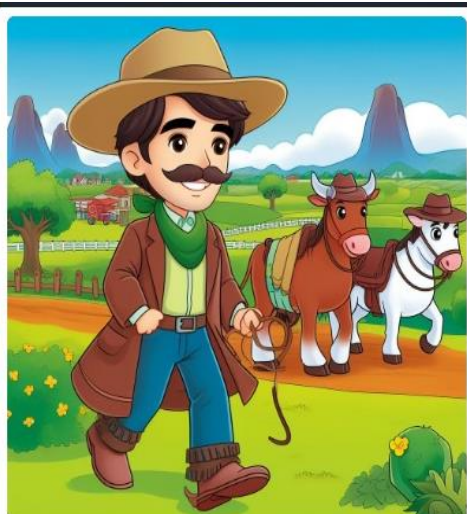
Falso



O Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo foi um importante empreendimento realizado na cidade de Jaguariaíva no início do século XX.

Verdadeiro

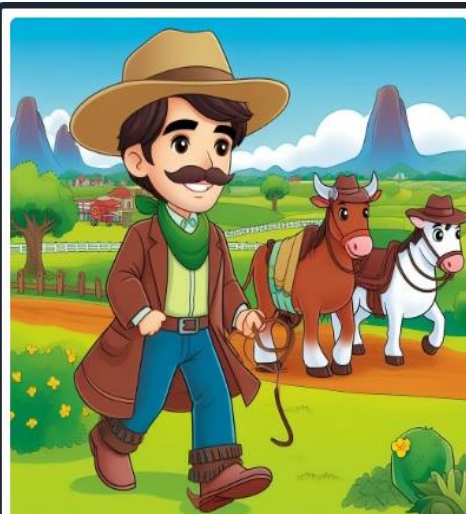
Falso



Hoje a estação ferroviária recebe o nome de Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo.

Verdadeiro

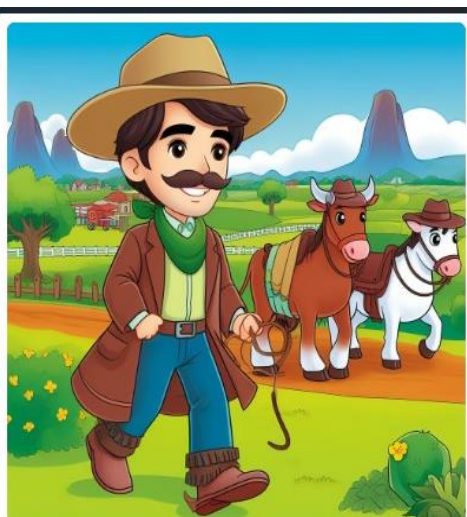
Falso



O coreto da Praça Isabel Branco e Silva nunca precisou passar por reforma, revitalização ou restauração.

Verdadeiro

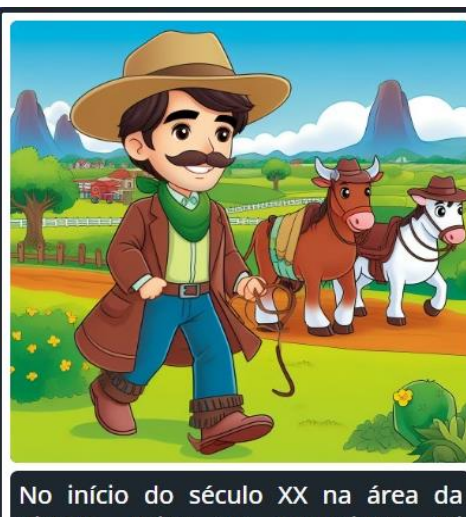
Falso



Há um busto do Coronel Luciano Carneiro Lobo na Praça Isabel Branco e Silva.

Verdadeiro

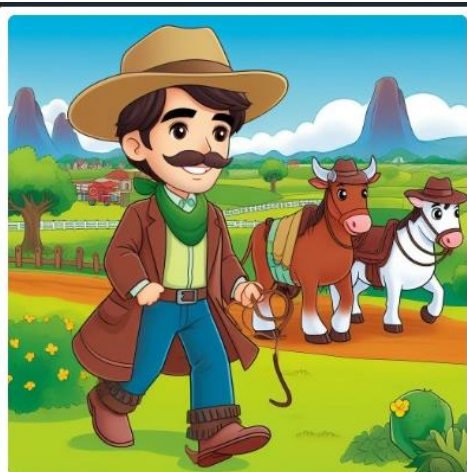
Falso



No início do século XX na área da Cidade Baixa de Jaguariáva foi construída parte da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande que ligava a região sudeste com o extremo sul do Brasil.

Verdadeiro

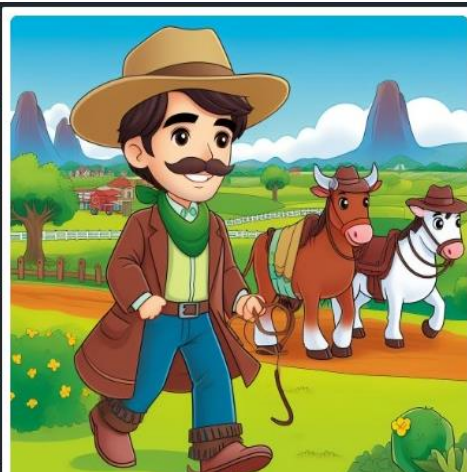
Falso



A grande criação de suínos em Jaguariaíva foi um dos aspectos que motivou a instalação de um frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo na cidade.

Verdadeiro

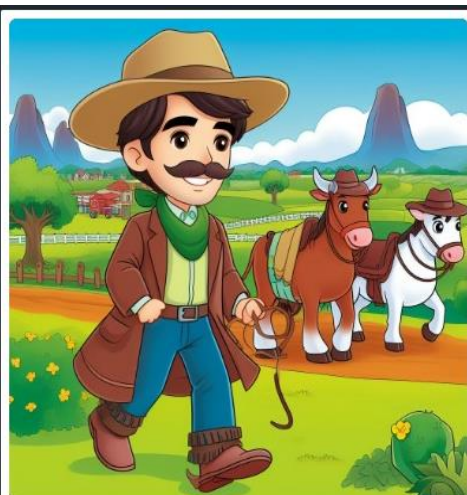
Falso



O Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo esteve em operação em Jaguariaíva até o ano de 1964.

Verdadeiro

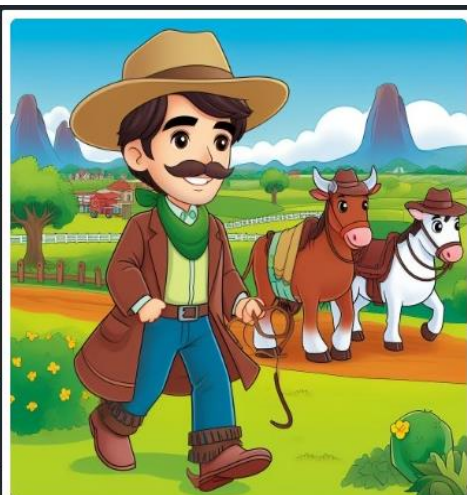
Falso



A Praça Isabel Branco e Silva nunca passou por nenhuma reforma ou revitalização, se encontra exatamente igual ao modelo ao qual foi projetada.

Verdadeiro

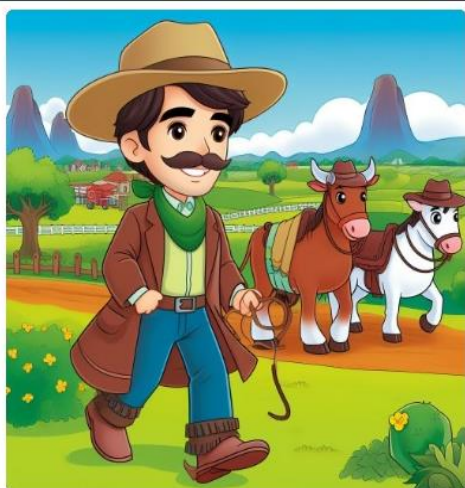
Falso



O motivo que levou a construção da ferrovia em Jaguariaíva foi o empreendimento do Frigorífico Matarazzo.

Verdadeiro

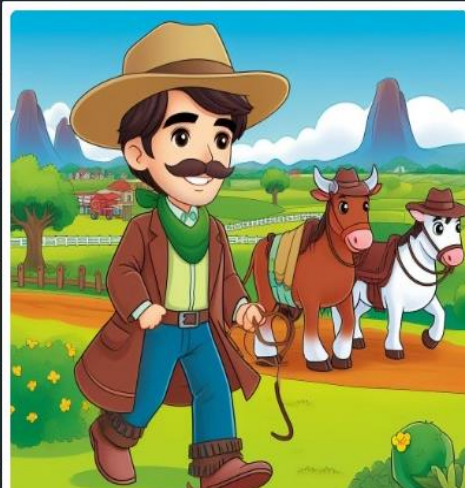
Falso



O fechamento da indústria Matarazzo em Jaguariaíva em nada alterou significativamente a qualidade de vida local.

Verdadeiro

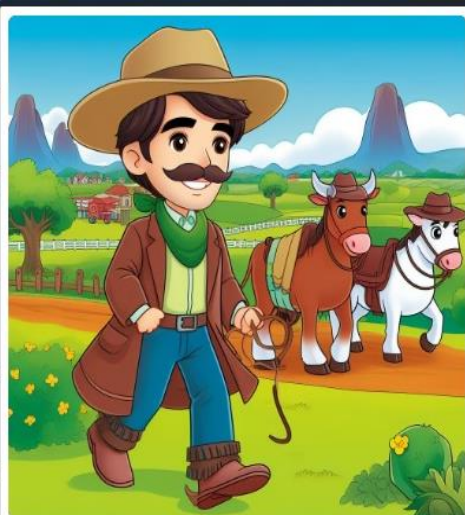
Falso



O nome de Jaguariaíva é de origem tupi guarani e significa "rio da onça brava".

Verdadeiro

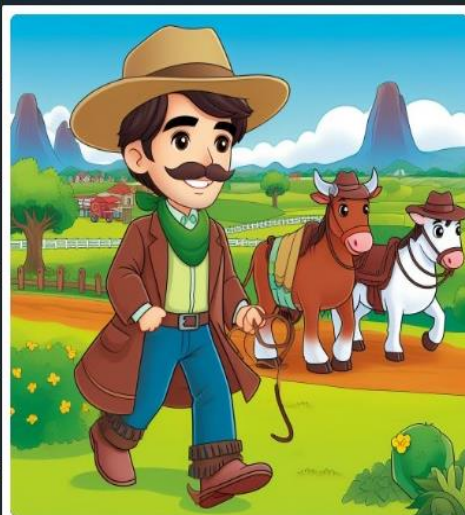
Falso



A primeira estação ferroviária de Jaguariaíva já foi construída em alvenaria.

Verdadeiro

Falso

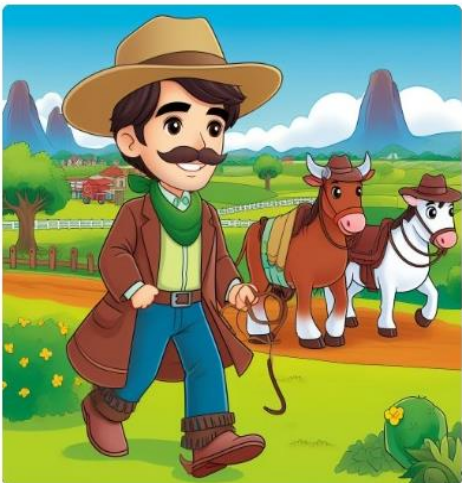


Somente o público masculino era contratado no Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva.

Verdadeiro

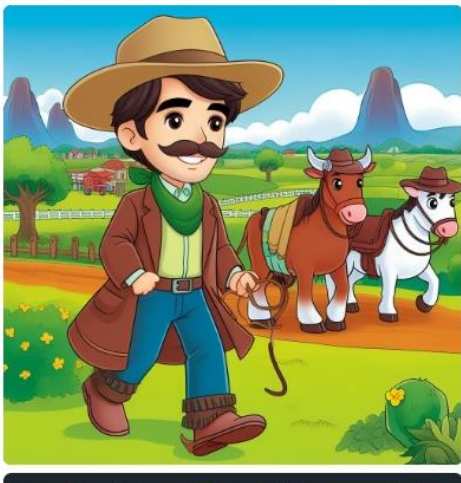
Falso

Verso das cartas perguntas com as respectivas respostas para impressão



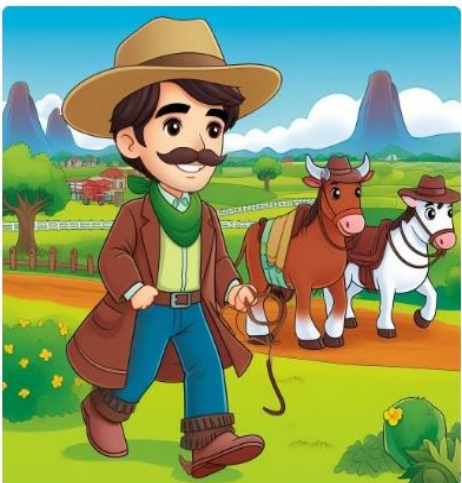
A região de Jaguariaíva surgiu dentro da rota dos tropeiros, pois essa região servia de passagem no trajeto do chamado Caminho do Viamão.

Verdadeiro Falso



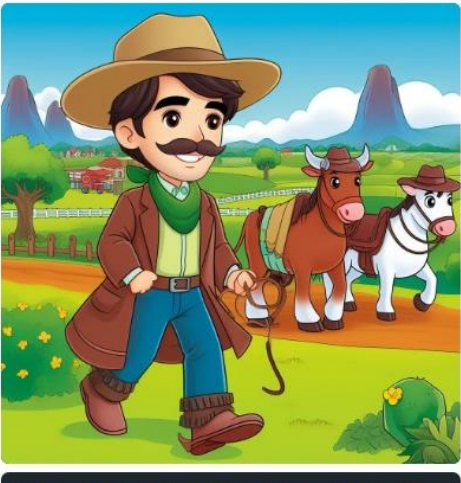
Jean-Baptiste Debret foi um pintor, desenhista e professor francês, ele quem desenhou a primeira imagem de Jaguariaíva em 1827, chamada de Port de Javuaiaíva.

Verdadeiro Falso



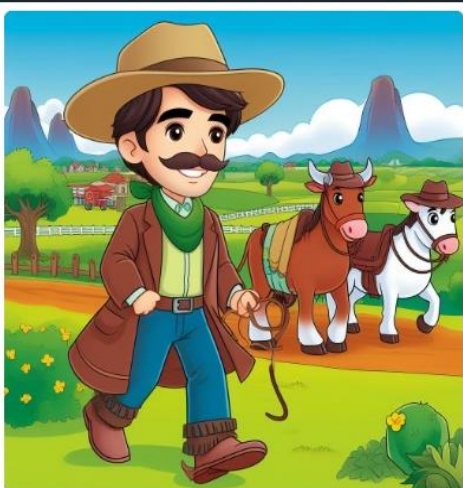
August Saint-Hilaire foi um famoso naturalista francês, que esteve em visita as terras da fazenda Jaguariaíva em 1820.

Verdadeiro Falso



Foi o Coronel Luciano Carneiro Lobo o primeiro requerente a edificar uma Igreja Matriz na região de Jaguariaíva em orago ao Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

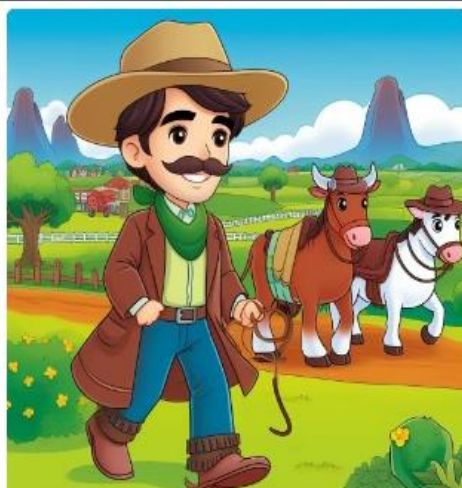
Verdadeiro Falso



No dia seis de agosto é realizada a festividade em comemoração ao padroeiro de Jaguariaíva, o Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Verdadeiro

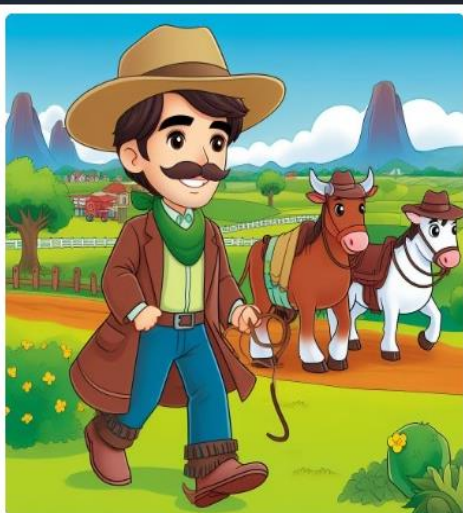
Falso



A edificação da primeira Igreja Matriz de Jaguariaíva só ocorreu entre os anos de 1863 e 1864.

Verdadeiro

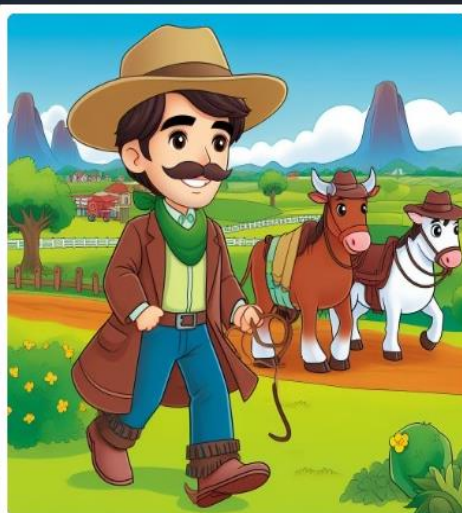
Falso



Foi Dona Isabel Branco e Silva quem oficializou a doação do terreno para o Senhor bom Jesus da Pedra Fria.

Verdadeiro

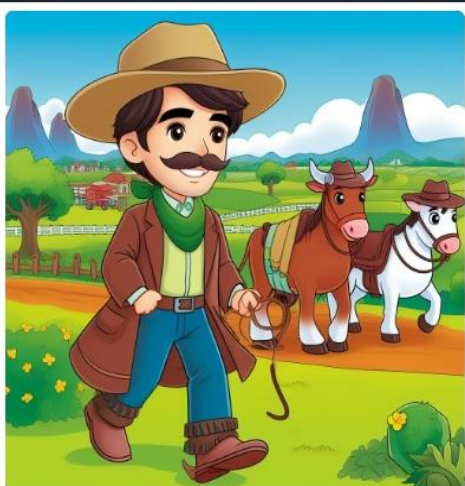
Falso



Jaguariaíva em seus primórdios estava sob jurisdição administrativa da Villa de Castro.

Verdadeiro

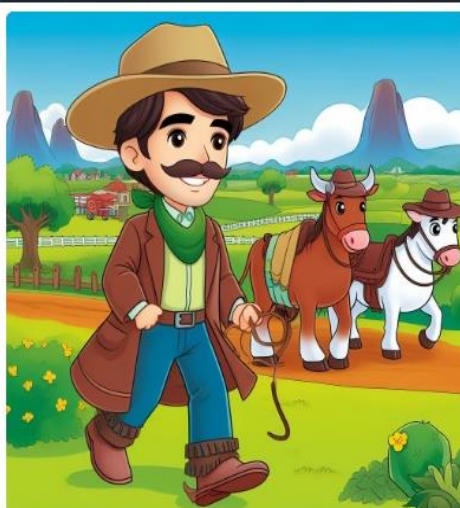
Falso



A Praça Isabel Branco e Silva recebeu esse nome em homenagem a doadora das terras para a criação da cidade de Jaguariaíva.

Verdadeiro

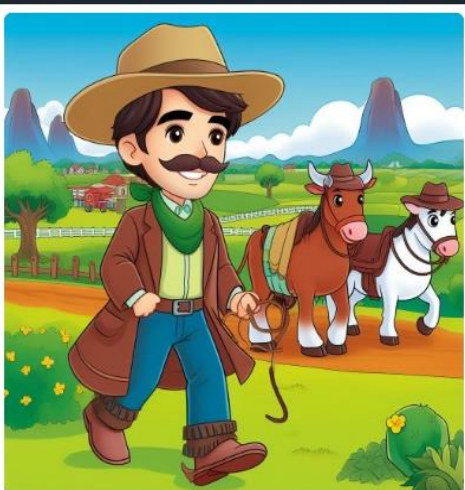
Falso



O Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria faz parte da Rota do Rosário.

Verdadeiro

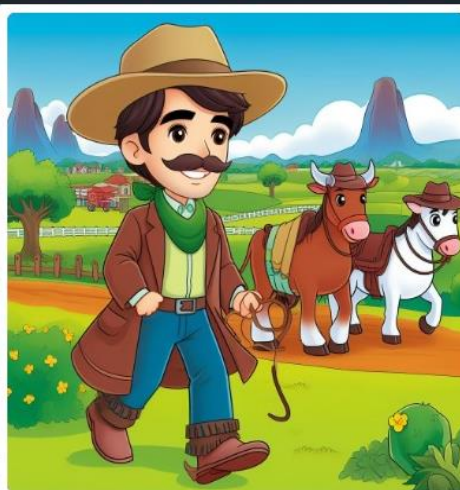
Falso



O Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo foi um importante empreendimento realizado na cidade de Jaguariaíva no início do século XX.

Verdadeiro

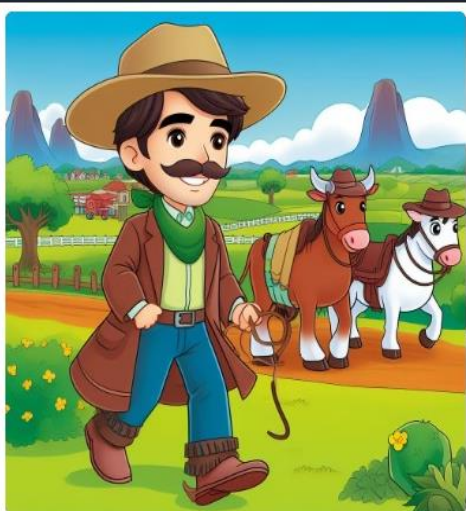
Falso



Para atravessar a região do Norte Pioneiro foi criado o Ramal do Paranapanema que também passava por Jaguariaíva.

Verdadeiro

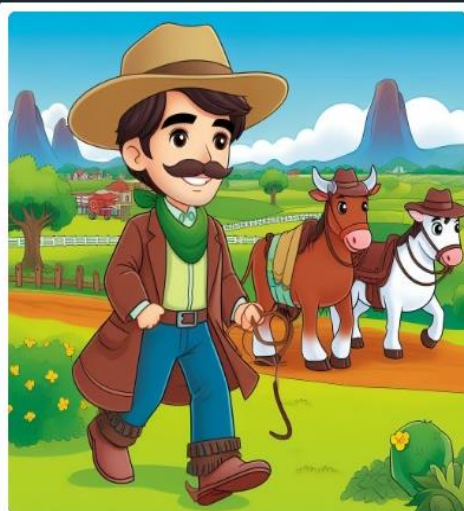
Falso



O coreto da Praça Isabel Branco e Silva nunca precisou passar por reforma, revitalização ou restauração.

Verdadeiro

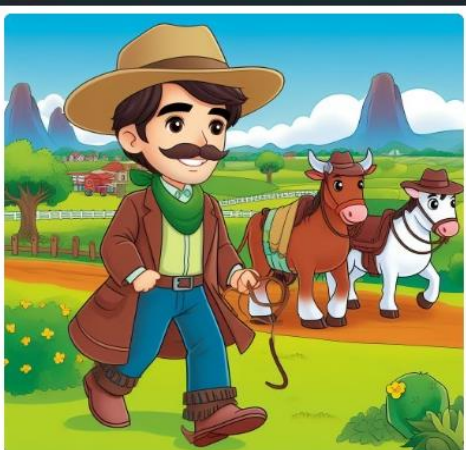
Falso



Hoje a estação ferroviária recebe o nome de Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo.

Verdadeiro

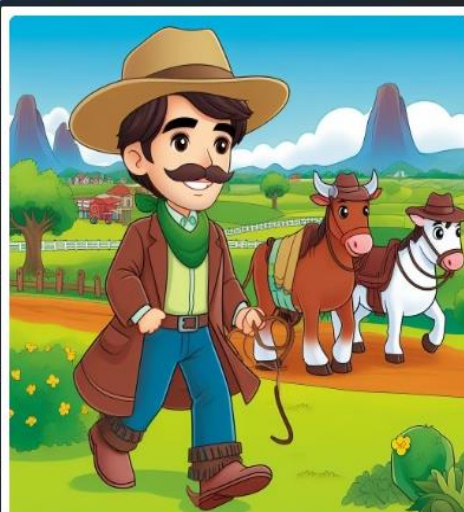
Falso



No início do século XX na área da Cidade Baixa de Jaguariaíva foi construída parte da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande que ligava a região sudeste com o extremo sul do Brasil.

Verdadeiro

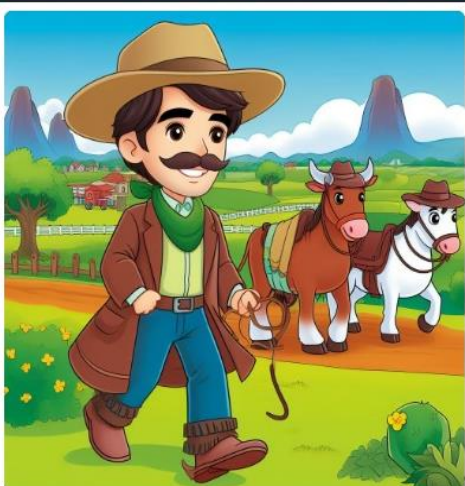
Falso



Há um busto do Coronel Luciano Carneiro Lobo na Praça Isabel Branco e Silva.

Verdadeiro

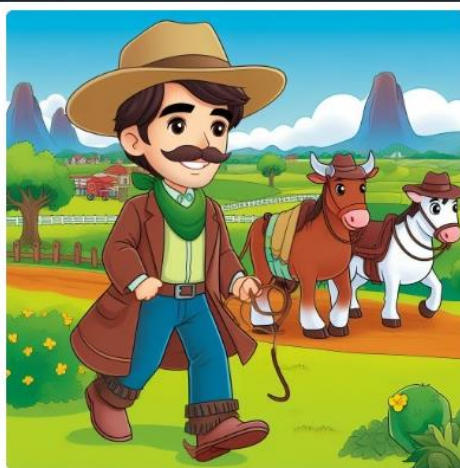
Falso



O Frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo esteve em operação em Jaguariaíva até o ano de 1964.

Verdadeiro

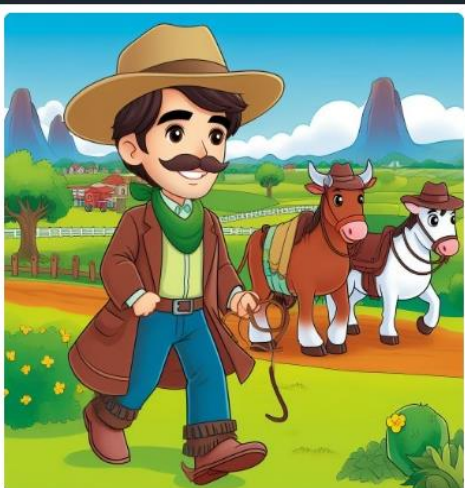
Falso



A grande criação de suínos em Jaguariaíva foi um dos aspectos que motivou a instalação de um frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo na cidade.

Verdadeiro

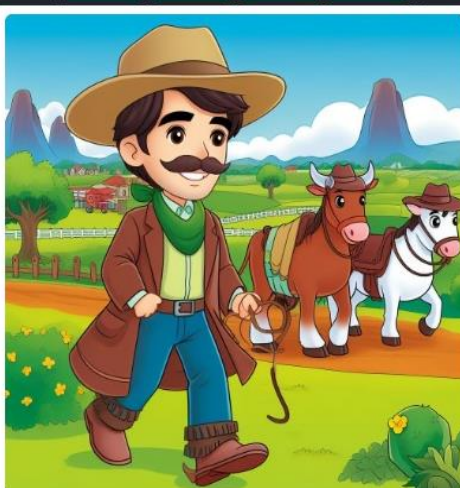
Falso



O motivo que levou a construção da ferrovia em Jaguariaíva foi o empreendimento do Frigorífico Matarazzo.

Verdadeiro

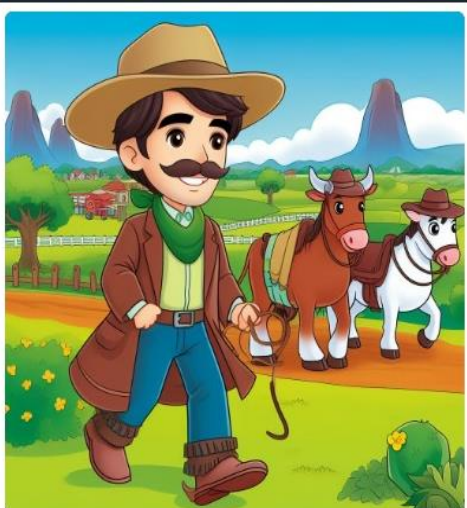
Falso



A Praça Isabel Branco e Silva nunca passou por nenhuma reforma ou revitalização, se encontra exatamente igual ao modelo ao qual foi projetada.

Verdadeiro

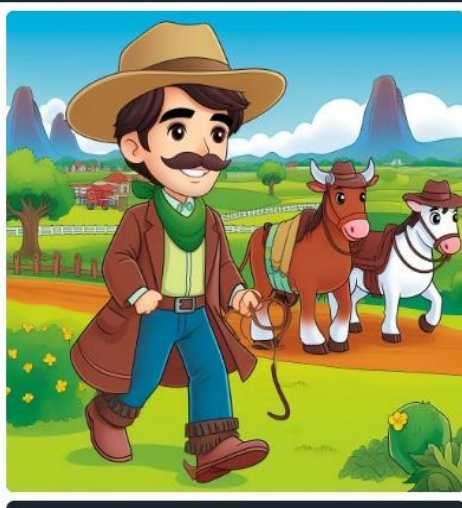
Falso



O nome de Jaguariaíva é de origem tupi guarani e significa "rio da onça brava".

Verdadeiro

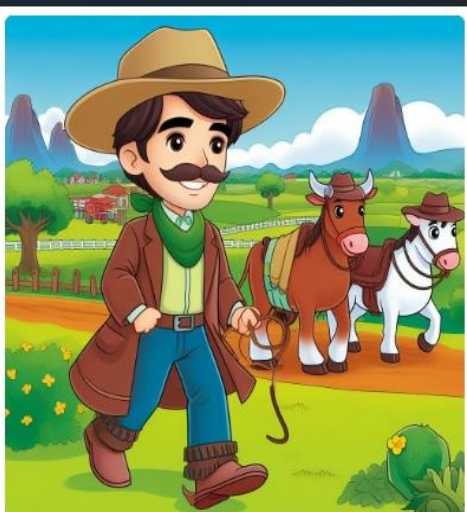
Falso



O fechamento da indústria Matarazzo em Jaguariaíva em nada alterou significativamente a qualidade de vida local.

Verdadeiro

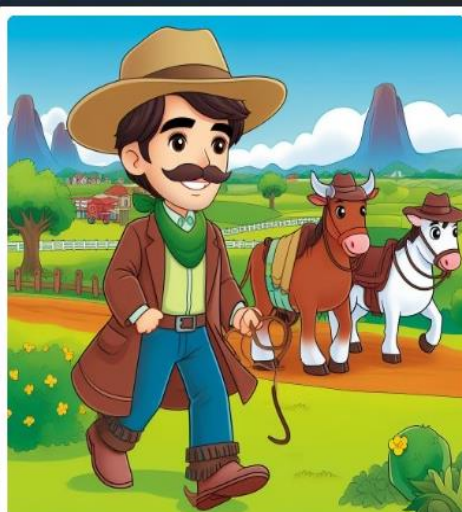
Falso



Somente o público masculino era contratado no Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva.

Verdadeiro

Falso



A primeira estação ferroviária de Jaguariaíva já foi construída em alvenaria.

Verdadeiro

Falso